



CLEBER BIANCHESI
Organizador

Mulheres do Brasil

Empoderamento, Resistência
e (Im)Possibilidade



Vol. 5



MULHERES DO BRASIL

Empoderamento, Resistência e (Im)Possibilidade – Vol. 5





AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Alice Benevidez CRB-1/5889

E26 Mulheres do Brasil: empoderamento, resistência e
1.ed. (im)possibilidade – vol. 5 [recurso eletrônico] /
 [org.] Cleber Bianchessi. – 1.ed. – Curitiba-PR,
 Editora Bagai, 2024. 136p.

Recurso digital.
Formato: e-book

ISBN: 978-65-5368-409-6

1. Mulheres. 2. Empoderamento. 3. Atuação.
I. Bianchessi. Cleber

10-2024/49

CDD 370.7

CDU 37.01

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação: Mulheres do Brasil 370



<https://doi.org/10.37008/978-65-5368-409-6.13.06.24>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da **Editora BAGAI** por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfilmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[@editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



[contato@editorabagai.com.br](mailto: contato@editorabagai.com.br)

Cleber Bianchessi
Organizador

MULHERES DO BRASIL

Empoderamento, Resistência e (Im)Possibilidade – Vol. 5



O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa e Diagramação</i>	Brenner Silva
<i>Conselho Editorial</i>	<p>Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado - UFSC Dra. Andressa Graziele Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudio Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Clediono Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti – PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPB Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jorge Henrique Gualandi – IFES Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT - Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias - SME/PMF Dra. Larissa Warnava - UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFLA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luisa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPB Dr. Marcel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. María Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPel Dra. Patrícia de Oliveira - IF BALANÓ Dr. Paulo Roberto Barbosa - FATEC-SP Dr. Porfirio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Caueca Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronald Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozana Zaionz - SME/SEED Dr. Stelio João Rodrigues - UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Pérez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo - UEM Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoisell López Bestard- SEDUCRS</p>

APRESENTAÇÃO

A obra traz como premissa uma nova perspectiva sobre os variados assuntos ligados às mulheres e defende a necessidade de mudança da postura para ampliar o espaço destinado à presença feminina. No Brasil, temos acompanhado e participado das discussões públicas acerca do papel da mulher em diversas esferas e pautas femininas. A batalha contínua pelos direitos das mulheres tem progredido de forma gradual no território nacional. Avanços significativos foram obtidos nas últimas décadas, como o direito ao voto e à participação política etc. Contudo, quando o foco se volta para a representatividade feminina, observa-se que essa discussão ainda está distante do ideal almejado, dada a escassa presença de mulheres. Tal cenário pode ser reflexo da histórica exclusão enfrentada pelo gênero feminino, cujos impactos ressoam até os dias atuais em nossa sociedade brasileira.

Deste modo, esta coletânea reúne capítulos de diferentes áreas do saber e níveis educacionais, os quais foram elaborados de forma a considerar, ou não, a interconexão e influência entre eles, podendo até mesmo questionar a visão fragmentada (disciplinar) da realidade do processo da independência das mulheres.

Destarte, o primeiro capítulo expressa reflexões referentes ao feminismo, filantropia e educação no Brasil no início do século XX. Na sequência, o segundo capítulo reflete acerca da importância das mulheres e o direito à moradia com destaque para equidade de gênero e desafios na construção de cidades justas. Por sua vez, o terceiro capítulo destaca a compreensão de mulheres transgêneros acerca do reiki ressaltando as contribuições das práticas integrativas e complementares para o cuidar em enfermagem e o quarto capítulo, na sequência, disserta sobre a mulher e a gestão democrática.

Em continuidade, o quinto capítulo valoriza a luta coletiva enquanto um ato de resistência para mulher camponesa, o sexto capítulo expressa

o protagonismo feminino na banda de um conservatório de música no sul do Brasil. No que lhe concerne, o sétimo capítulo destaca a importância da vida como acontecimento artístico, o oitavo capítulo analisa a violência para além do corpo e, por fim, o nono capítulo disserta no que concerne a importância das mulheres e pioneiras com destaque para algumas contribuições para o esporte brasileiro e inspirações para a vida.

À luz do que foi dito, a coletânea é composta por textos que convidam à reflexão sobre a formação e o papel das diversas heroínas da Nação Brasileira, seja por sua influência na História, Educação, Política, Saúde, Linguística, Literatura, Ensino, Artes em geral, Direitos Humanos, entre outros. Em resumo, o intuito deste livro é estimular o leitor a uma análise profunda e contextualizada sobre a verdadeira necessidade de examinar os diversos temas e aspectos do fortalecimento e da resistência das mulheres brasileiras.

Equipe editorial

SUMÁRIO

FEMINISMO, FILANTROPIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX: A CONTRIBUIÇÃO DE JERONYMA MESQUITA.....	9
Alexandra Padilha Bueno	
Silvia de Ross	
MULHERES E O DIREITO À MORADIA: EQUIDADE DE GÊNERO E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES JUSTAS	23
Renato Luiz de Carvalho	
Patricia de Cassia Barros de Sousa	
COMPREENSÃO DE MULHERES TRANSGÊNEROS ACERCA DO REIKI: CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA O CUIDAR EM ENFERMAGEM	35
Giovanna Machado Cassimiro	
Thaís Vasconselos Amorim	
Thamara Aquino Duarte	
A MULHER E A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	49
Gislaine Krühs Lemos	
A LUTA COLETIVA: UM ATO DE RESISTÊNCIA PARA MULHER CAMPONESA	65
Luana Ricarto da Costa	
Zuleide Fernandes de Queiroz	
PROTAGONISMO FEMININO NA BANDA DE UM CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DO SUL DO BRASIL (1960-1976)	79
Thais Sauco Socca	
Luana Zambazzi dos Santos	
A VIDA COMO ACONTECIMENTO ARTÍSTICO: PERFORMATIVIDADES DE GEORGINA DE ALBUQUERQUE	93
Paula de Souza Ribeiro Detoni	

E QUANDO ELA NÃO VEM? VIOLÊNCIA PARA ALÉM DO CORPO: ANÁLISE DO CONTO “POR QUE NICINHA NÃO VEIO?” DE LIA VIEIRA.....	107
Priscilla Patrício de Holanda	
Anaiara Lourenço da Silva	
Lucimara Aparecida Dias Martins	
Keila Belchior da Silva Ferreira	
Lívia Costa Luz Perfeito	
MULHERES E PIONEIRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESPORTE BRASILEIRO E INSPIRAÇÕES PARA A VIDA	119
Vanice Jeronymo	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	135
ÍNDICE REMISSIVO	136

FEMINISMO, FILANTROPIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX: A CONTRIBUIÇÃO DE JERONYMA MESQUITA

Alexandra Padilha Bueno¹

Silvia de Ross²

INTRODUÇÃO

Este capítulo se dedica a explorar a contribuição significativa de Jeronyma de Mesquita no desenvolvimento de práticas educacionais dirigidas especificamente a mulheres e crianças, destacando sua centralidade em cargos diretivos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização fundada em 1922, que teve centralidade nas lutas em prol do direito ao voto feminino e na aprovação de leis de proteção à mulher e à criança e em outras organizações vinculadas a esta instituição. Inspiradas pela abordagem teórica de Bourdieu (2000, p. 73), propomos uma análise que transcende as limitações das biografias convencionais, que frequentemente retratam a vida de indivíduos de maneira sequencial e simplista. Em vez disso, adotamos o conceito de “trajetória” para aprofundar nossa compreensão sobre como as sucessivas posições ocupadas por Jeronyma de Mesquita, seja através de suas publicações, colaborações editoriais, ou sua participação ativa em diversos grupos influentes, imbuídas de significado e importância apenas quando examinadas no contexto das dinâmicas complexas e das relações de poder que caracterizam o campo cultural em que ela atuava.

Ao fazer isso, busca-se não apenas mapear os marcos significativos na vida de Mesquita, mas também analisar como eles contribuíram para a evolução das práticas educativas para mulheres e crianças no Brasil. Por

¹ Doutora e mestra em Educação (UFPR). Professora (UNESPAR).

CV: <https://lattes.cnpq.br/7151712254101700>

² Pós-doutorado e doutora em Educação (UFPR). Professora (UNESPAR).

CV: <http://lattes.cnpq.br/0741840761521082>

meio de uma leitura atenta das interações e das redes de influência em que Mesquita estava imersa, pretendemos evidenciar como sua atuação reflete e colabora com as transformações sociais e culturais de seu tempo. Esta abordagem nos permite capturar a essência das marcas deixadas por Mesquita, destacando a maneira como sua jornada profissional e pessoal se entrelaça com o desenvolvimento do feminismo brasileiro e com a luta pela educação e emancipação das mulheres e crianças no país.

No início do século XX, o fenômeno da caridade e da filantropia experimentou uma transformação significativa, marcada por um processo de institucionalização que refletia as complexidades emergentes de uma sociedade em rápida urbanização. Este período de expansão urbana não apenas acelerou o progresso e a modernização, mas também acentuou as desigualdades sociais existentes, criando um fosso cada vez maior entre os estratos ricos e pobres da população. Diante desse cenário de crescente disparidade, os problemas enfrentados pelas camadas mais empobrecidas da sociedade começaram a receber uma atenção mais sistemática, traduzida em uma série de iniciativas caritativas e filantrópicas que buscavam mitigar as condições adversas geradas pelo desenvolvimento desigual.

Nesse contexto, várias instituições são engendradas com o intuito de intervir no contexto apresentado, entre elas a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que emerge como uma voz ativa, engajando-se em causas caritativas e filantrópicas que marcavam a época. O envolvimento da FBPF não se limitava a um apoio superficial; ao contrário, a Federação imprimia em seus discursos e práticas uma visão de compromisso e dedicação a essas causas, refletindo uma compreensão abrangente do papel da caridade e da filantropia como veículos para a promoção do bem-estar social e a redução das desigualdades. Os membros da FBPF, em particular, eram reconhecidos por sua participação ativa e seu comprometimento com os valores de solidariedade e assistência social.

Um exemplo emblemático dessa dedicação é a criação da Maternidade Pro-matre, iniciativa vinculada às ações das Damas da Cruz Verde³,

³ Associação filantrópica criada por mulheres sócias da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), instituição que antecedeu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) no Rio de Janeiro em 1918. (Schumaher e Brasil, 2000, p. 254)

instituição que surgiu como uma resposta direta às necessidades urgentes da população durante a devastadora epidemia de gripe espanhola em 1918. Sob a liderança de figuras proeminentes como Jerônima Mesquita e Stella Guerra Durval, ambas associadas influentes da FBPF, a Pro-matre foi concebida não apenas como uma resposta imediata à crise sanitária, mas também como uma manifestação concreta do compromisso das mulheres da elite fluminense com a promoção da saúde e do bem-estar social. Através de seu trabalho na Pro-matre, Mesquita, Durval e suas colegas não só prestaram serviços assistenciais vitais em um momento de crise, mas também estabeleceram um modelo de engajamento cívico e solidariedade que viria a inspirar futuras gerações. Esse movimento não apenas forneceu respostas imediatas a desafios sociais prementes, mas também sinalizou uma mudança nas formas de participação social e política das mulheres, marcando um passo significativo em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Além de sua contribuição para a fundação da Pro-matre, Jeronyma Mesquita expandiu sua participação social por meio de diversas outras iniciativas, evidenciando uma abordagem multifacetada na luta pela melhoria das condições de vida das mulheres e crianças no Brasil do início do século XX. Entre essas ações, destacamos sua participação na União Pro-temperança, na criação da Maternidade Suburbana, e na introdução do escotismo no Brasil.

Para além das fronteiras institucionais, Mesquita e suas contemporâneas da elite fluminense se valeram de sua posição social investindo na organização de chás e jantares como espaços estratégicos para a articulação social e política. Esses eventos, mais do que simples reuniões sociais, funcionavam como arenas onde se costuravam as tramas das lutas feministas, promovendo o diálogo, a troca de ideias e a mobilização em torno da conquista de direitos fundamentais das mulheres do período.

À medida que adentramos a primeira seção deste capítulo, exploraremos mais profundamente como cada uma dessas ações, articuladas por Mesquita e seu círculo de influência, contribuiu para tecer o rico mosaico de avanços sociais e políticos no Brasil do contexto, marcando passos significativos na direção da emancipação feminina.

ENTRE CHÁS E POLÍTICA: TÁTICAS E ESTRATÉGIAS PARA EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS VOLTADAS À MULHERES E CRIANÇAS

Jeronyma Mesquita, nascida em Leopoldina, Minas Gerais, no dia 30 de abril de 1880, foi filha primogênita da Baronesa do Bonfim, Maria José Villa Boas de Siqueira Mesquita, e do Barão do Bonfim, José Jerônimo de Mesquita. Destacando-se entre seus cinco irmãos, Jeronyma iniciou sua educação sob a tutela privada antes de aprimorá-la em instituições secundárias na França, uma experiência que a colocou em contato com a vanguarda intelectual e cultural europeia no alvorecer do século XX. Foi nesse período de intensas transformações sociais e políticas que ela encontrou Bertha Lutz, com quem compartilharia ideais feministas e progressistas. Submetida às convenções sociais de sua época, Jeronyma viu-se compelida a casar-se aos 17 anos com um primo, uma união da qual nasceu um filho e que, culminou em uma separação, um movimento audacioso e pouco comum para mulheres de sua estatura social naquele período (Bueno, 2019).

Durante a Grande Guerra, Jeronyma ampliou seu espectro de atuação ao se envolver voluntariamente com a Cruz Vermelha da Suíça, experiência que a inspirou a transpor essa iniciativa humanitária para o Brasil. Juntamente com Stella Guerra Duval e sua mãe, a Baronesa do Bonfim, ela foi peça-chave na fundação do movimento Damas da Cruz Verde em 1919, uma instituição crucial no atendimento de emergência às vítimas da gripe espanhola, que naquele contexto assolava o país. Dessa mobilização emergiu a maternidade Pró-Matre, marco na assistência materno-infantil na capital da República.

Dentro do panorama das iniciativas sociais e de saúde do início do século XX no Brasil, destaca-se a fundação da Pro-Matre, da qual Jeronyma Mesquita participou, um marco atribuído ao esforço colaborativo da família Duval e de destacadas figuras da sociedade, que se reuniram no dia 1º de abril de 1918. Entre os participantes dessa reunião fundadora estavam personalidades como Laurinda Santo Lobo, Jenny Monteiro Amaral, Helena Figueiredo Araújo, Jeronyma Mesquita, Ermelina Passos Bulhões de Carvalho, Nair de Azevedo Teixeira,

Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça e Lo Landbery, além dos renomados Fernando Magalhães, ginecologista e obstetra, e Fernando Guerra Duval. Juntos, tais agentes sociais conceberam a visão de uma instituição dedicada ao atendimento assistencial de mulheres em situação de vulnerabilidade e de infância carente, refletindo uma preocupação com as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Conforme Schumaher e Brazil (2000, p. 253), a Pro-Matre foi oficialmente inaugurada em 9 de fevereiro de 1919, marcando o início de suas operações com duas enfermarias especializadas — uma de obstetrícia e outra de ginecologia — disponibilizando um total de 40 leitos. A instituição rapidamente se estabeleceu como um centro vital para o atendimento à saúde da mulher, registrando, já em seu ano de abertura, uma média semanal de 162 consultas a gestantes.

Em sequência à sua inauguração, foi implementada uma creche com a capacidade de acolher 20 crianças, ampliando o leque de serviços oferecidos pela Pro-Matre. Nos anos que se seguiram, a expansão da rede de assistência continuou com a instalação de 17 postos de saúde materna e 17 farmácias espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. A evolução dos serviços culminou na criação de um hospital dotado de 155 leitos, distribuídos em 15 enfermarias e 31 apartamentos particulares, além de laboratórios médicos e serviços ambulatoriais dedicados à população feminina e à infância carente. Entre os anos de 1919 e 1985, a Pro-Matre desempenhou um papel crucial na saúde pública do Rio de Janeiro, atendendo cerca de 270 mil mulheres e testemunhando o nascimento de aproximadamente 270 mil crianças. A iniciativa que se mantém em funcionamento no presente, ocupa-se de cuidados essenciais de saúde e suporte à mulher e à criança em condição de vulnerabilidade (Schumaher e Brazil, 2000, p. 253).

Jeronyma Mesquita foi também figura fundamental na história do escotismo no Brasil. O escotismo, movimento educacional que buscava promover o desenvolvimento físico, moral e intelectual de jovens, encontrou no Brasil um terreno fértil para o seu florescimento, graças em grande parte à visão pioneira de Jeronyma Mesquita. Importando a ideia desse movimento dos Estados Unidos para o Brasil no início do

século XX, Mesquita desempenhou um papel importante na adaptação e na implementação dos princípios escoteiros à realidade brasileira, com um enfoque particular na inclusão das mulheres e meninas. Conforme aponta Orlando e Silva (2020),

a partir desses lugares essas mulheres produziram discursos, empreenderam práticas educativas e lutaram de modos distintos contra um modelo social e cultural que as colocavam nos bastidores da história. Suas ações, ainda que, em larga medida, possam ser associadas a um conservadorismo político e social, dão a ver modos pelos quais afirmaram seu direito de existir como sujeitos, como mulheres. (Orlando e Silva, 2020, p. 1504).

A participação de Mesquita na organização das Bandeirantes no Brasil, iniciada em 1920, marcou um momento significativo na história do feminismo e da educação no país, introduzindo um novo paradigma feminino por meio da educação ao ar livre, da aventura e do serviço comunitário.

Mesquita destacou-se por seu papel fundamental na Federação de Bandeirantes do Brasil, fundada em 1920. Sua visão e liderança não apenas estabeleceram as bases do movimento bandeirante no Brasil, mas também redefiniram o papel da mulher na sociedade brasileira da época. Mesquita, aproveitando-se de sua experiência europeia, viu no escotismo uma oportunidade de promover entre mulheres e meninas valores de liderança, autonomia e cidadania. Seu trabalho nesse campo foi amplamente reconhecido, sendo frequentemente destacado pela imprensa da década de 1920 como um exemplo de feminismo pragmático e de impacto social duradouro.

Mesquita, não apenas participou, mas liderou movimentos que buscavam reconhecer e ampliar os direitos e a participação das mulheres na sociedade. Através de suas iniciativas, como a fundação da Pro-Matre e seu papel proeminente na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Mesquita encarnou o espírito das “mulheres públicas” descrito por Perrot, desafiando convenções e redefinindo o papel feminino em um período de transformações sociais significativas. (Perrot, 1998).

Perrot (1998), argumenta que, é importante considerar que a história das mulheres, não é apenas uma história de opressão. É também uma história de resistência, luta e conquistas. Ao longo do tempo, as mulheres desafiaram as restrições impostas a elas, lutando por acesso à educação, ao trabalho remunerado e à participação política, redefinindo assim os papéis de gênero e expandindo suas possibilidades de atuação na sociedade. Neste sentido ressaltamos o diálogo da trajetória de Mesquita com a obra de Perrot (2008) que explora a complexidade das lutas femininas e a emergência das mulheres em esferas públicas historicamente dominadas por homens, um tema que ressoa profundamente com a vida e as ações de nossa personagem.

De acordo com um artigo publicado pelo jornal **O Paíz**, a Federação de Bandeirantes do Brasil mantinha uma conexão direta com a sede mundial do movimento, localizada na Inglaterra, refletindo um compromisso profundo não apenas com os princípios escoteiros, mas também com a educação integral das jovens brasileiras. Este compromisso abrangia aspectos físicos, morais e espirituais, evidenciando uma abordagem holística ao desenvolvimento da juventude feminina no país.

O periódico destaca, de maneira particular, a preponderância de Jeronyma Mesquita, descrevendo-a como uma figura central nos esforços altruístas e patrióticos da época, cujo entusiasmo e dedicação inspiravam até mesmo aqueles previamente alheios à causa. Menciona o referido artigo sobre Mesquita: [...] uma afeita a todos os movimentos altruístas e, patrióticos, de um entusiasmo que incentiva aos mais indiferentes, tem o seu coração, devotado aos mais altos ideais; é realizadora de um feminismo útil e assaz de valor, na confraternização e intercâmbio intelectual, com outros países. [...] Os seus elegantes salões do palacete da rua Senador Vergueiro estão sempre repletos de um grande número de senhoras escritoras, cientistas, médicas, professoras e jornalistas, criaturas portadoras de credenciais respeitáveis dos seus países e que procuram dona Jeronyma para que com seu prestígio as aproxime da sociedade ou do mundo oficial (*O Paíz*, 09 de agosto de 1929, p. 5). Jeronyma é retratada como uma pioneira do “bom feminismo”, cuja

atuação ultrapassava fronteiras, promovendo o intercâmbio intelectual e a confraternização entre mulheres de diferentes países.

Ao analisar a trajetória de Jeroyma Mesquita é possível discernir uma abordagem sofisticada e multifacetada em sua atuação social e política. Os salões de seu palacete na rua Senador Vergueiro, ao se transformarem em locais de encontro para mulheres notáveis de diversas áreas e nacionalidades, evidenciam uma estratégia deliberada de Mesquita para cultivar uma rede de influência e apoio. Esses espaços, ao reunirem escritoras, cientistas, médicas, professoras e jornalistas, funcionavam como centros estratégicos para a disseminação de ideias e para o fortalecimento da posição social e intelectual das mulheres. Por meio dessas reuniões, Mesquita não somente reforçava sua estatura como figura de prestígio, mas também empregava táticas⁴ dentro do espaço dominado pelo patriarcado, subvertendo as expectativas sociais ao promover o feminismo e a mobilização por mudanças sociais significativas. (Certeau, 1994).

Sua liderança na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), especialmente entre as décadas de 1920 a 1940, e seu envolvimento em eventos como o jantar em honra ao Ministro da Noruega, exemplificam ainda mais a aplicação de estratégias⁵ para influenciar tanto o cenário nacional quanto o internacional. Essas ações não apenas destacam sua habilidade em navegar e moldar as relações internacionais em benefício das causas que defendia, mas também demonstram uma capacidade estratégica de utilizar seu status para avançar nas diretrizes e atividades da FBPF, incluindo a organização de eventos culturais e sociais que serviam simultaneamente como pontos de encontro e como plataformas de engajamento e mobilização.

⁴ Para Certeau, tática é uma ação intencional que surge da falta de um território próprio. Sem as fronteiras que confeririam autonomia, a tática opera dentro do espaço pertencente a outro. Assim, é obrigada a adaptar-se e a manobrar dentro das condições e limitações impostas por forças externas. Sem a capacidade de se sustentar de forma independente ou de se posicionar estrategicamente com antecedência e autonomia, a tática é essencialmente um ato de navegação e adaptação no território dominado pelo adversário, conforme descrito por Von Bülow, agindo dentro do alcance visual e sob o controle do inimigo. (p. 100, 1994)

⁵ Certeau define que estratégia como a organização (ou manipulação) das dinâmicas de poder que se torna viável quando é possível distinguir um ente com desejo e capacidade de agir (seja uma corporação, um exército, uma cidade ou uma instituição científica). A estratégia implica a existência de um espaço próprio que serve de ponto de partida para administrar as relações com elementos externos, seja enfrentando adversários ou lidando com desafios (como clientes, competidores, inimigos, o ambiente ao redor de uma cidade, ou os focos e objetos de estudo). (Certeau, p. 99, 1994)

Os chás, herdados da tradição familiar e incorporados às atividades da FBPF por Mesquita, exemplificam uma tática de ocupação de espaços tradicionalmente femininos para fins políticos e filantrópicos. Ao transformar esses encontros em arenas de debate e colaboração sobre questões sociais consideradas urgentes, Mesquita e suas aliadas, conseguiram angariar apoio para diversas causas, ao mesmo tempo em que desafiavam e expandiam o papel social das mulheres. A presença de figuras internacionais, como Marie Curie, nas reuniões sublinha o sucesso dessas táticas em transcender fronteiras geográficas e ideológicas, promovendo uma visão progressista que almejava a transformação social e a emancipação feminina.

A atuação de Jeronyma Mesquita, demonstra um uso astuto de espaços e recursos para não apenas reforçar a influência feminina em diversos âmbitos da sociedade, mas também para promover um diálogo frutífero e ações concretas em prol das mudanças sociais, ancoradas em sua visão sobre justiça social naquele contexto.

Entre as iniciativas lideradas por Mesquita destacamos aqui a Cruzada contra a Tuberculose, a Cruzada de Proteção à Infância e a criação da Maternidade Suburbana, projetos que demonstram seu perfil voltado à filantropia e caridade, ações essas, fundamentais no contexto social e sanitário do Brasil na década de 1920. Ao considerar o impacto de Jeronyma Mesquita na emancipação feminina e no progresso social, reconhecemos que, embora significativos para avanços no que concerne às reformas sociais necessárias no período em questão, essas iniciativas eram componentes de um movimento mais amplo que buscava transformações sociais profundas em um contexto de desafios persistentes.

Originária de uma família profundamente enraizada nos valores católicos, Jeronyma Mesquita pode ter influenciado a natureza cordial das relações entre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e a Associação Cristã de Moços (ACM), apesar da posição oficial da Igreja Católica, que desencorajava a participação feminina ativa em organizações como sócias. A representação tradicional da mulher como guardiã do lar e pilar da estrutura familiar frequentemente entrava em contraste com as figuras promovidas pela FBPF. A federação destaca-

va-se por ser composta de mulheres com elevada formação acadêmica, cientistas, aviadoras e enfermeiras, nas páginas de seus artigos e por meio das histórias de vida das intelectuais que lideravam a organização, como ícones do potencial intelectual e da força feminina daquela era.

Este contraste refletia-se nas narrativas e no apoio expresso tanto por homens quanto por mulheres que se alinhavam à causa da federação, utilizando a exemplaridade e o modelo ideal como argumentos tanto para afirmar sua posição quanto para contestar as críticas direcionadas à emancipação feminina. Essa dinâmica era particularmente evidente nos debates que buscavam diminuir o feminismo anarquista paulista, liderado por Maria Lacerda de Moura, em favor da abordagem adotada pela FBPF, que via nas figuras de Orminda Bastos e Carmem Portinho os parâmetros de excelência intelectual feminina. As contribuições dessas mulheres, ao lado de Bertha Lutz, na criação de novos espaços de congregação para mulheres, funcionaram como extensões da FBPF, com o objetivo de fortalecer sua presença e influência tanto no ambiente nacional quanto no internacional, ressaltando a importância de uma federação unida pela valorização e pelo reconhecimento das capacidades e conquistas femininas.

Com a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, as atividades de assistência social do grupo em questão passaram a ter um alcance político maior. A Pró-Matre, após a fundação da FBPF, se tornaria uma maternidade de referência para assistência à maternidade e à infância. Jeronyma Mesquita, nesse contexto, assumiu como presidente da União Brasileira Pró Temperança (UBT), instituição que pode ser considerada um braço da FBPF. Como presidente da UBT, com sede no Rio de Janeiro, Mesquita esteve a frente da criação de departamentos que tinham objetivo de “educar diferentes classes sociais no sentido de temperança, a mocidade e a infância do Brasil, organizando grupos ou pequenas sociedades que sejam estes não só um centro através do qual a propaganda se desenvolva, como se tornem o veículo de influência para o bem público” (UBT, 1925, p. 2).

Contando com mais de 5.000 membros, incluindo crianças, 54 sociedades organizadas e trabalhos difundidos em oito estados do Bra-

sil, a UBT agia na propaganda de educação e ensino anti-alcoólico nas escolas particulares, públicas e de fábricas, principalmente nos bairros pobres das diversas cidades. As ações educativas ocorriam a partir de sete departamentos de trabalho denominados: Temperança Científica, Literatura, Mães, Moral, Mocidade, Infância e Paz. As práticas educativas eram desenvolvidas por meio de lições e conferências, lanterna mágica, testes, demonstrações práticas e cartazes (UBT, 1925, p. 3). O material utilizado era de publicação da organização e consistia em folhetos para distribuição gratuita, bem como livros de histórias, poesias e músicas para crianças. Além disso, cartazes impressos e coloridos para exibição em espaços públicos e salas de escolas, lojas, estações de estrada de ferro (UBT, 1925, p. 4). A diversidade de materiais, assim como a qualidade (incluindo impressos coloridos) contribuíram para perceber que a UBT angariava um valor significativo de incentivos financeiros, especialmente por parte de seus membros.

A atuação da UBT, já no âmbito da FBPF, esteve em diálogo e afinada com debates e práticas eugênicas que ocorriam em diversos locais do país e que eram organizadas por médicos. Conforme documentos da própria UBT, esta seria uma das cooperadoras da Liga de Higiene Mental, especialmente na Semana Anti-alcoólica (UBT, 1925, p. 4).

Criada em janeiro de 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, a Liga Brasileira de Higiene Mental, reunia a elite da psiquiatria brasileira, mas também médicos e intelectuais em geral. Entre os médicos que faziam parte da Liga figuravam Renato Kehl, Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e José Paranhos Fontenelle. A congregação tinha como objetivo destinar assistência aos que consideravam como doentes mentais. Por isso, apontavam o cuidar e o educar das crianças, desde a mais tenra idade. Além disso, especialmente a partir de 1930, questões que antes eram defendidas por alguns poucos e de forma meio tímida, passaram a ser defendidas amplamente, tais como o exame de sanidade pré-nupcial e a esterilização com vistas ao impedimento da procriação dos “degenerados” (Reis, 2003, p. 192). Entre as doenças que seriam causadoras da “degeneração humana” e que deveriam ser combatidas, por meio da educação ou, até mesmo, pelo controle do matrimônio e da esterilização

dos indivíduos, figuravam o alcoolismo e a sífilis. (Reis, 2000, p. 135-141; Portocarrero, 2002, p. 53)

O ensino anti-alcoólico, o foco nas crianças da mais tenra idade, mas aspectos presentes na mesma publicação da UBT - que apontavam o apoio à iniciativa da União pelo então Diretor Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA, Dr. Raul Faria contribuem para perceber essa aproximação de discursos e práticas educativas. Esse apoio, segundo documento da União Brasileira Pró Temperança, permitiu a livre entrada de membros da organização em todas as escolas do Distrito Federal e também imputou aos Inspetores Médicos Escolares, por meio de edital, à promoção mensal de lições de temperança ou uma palestra anti-alcoólica nas escolas (UBT, 1925, p. 3-4).

Também iniciativa da UBT, sob a presidência de Jeronyma Mesquita, foi a criação dos Centros de Mães, em diferentes pontos das cidades. Segundo documento da União Brasileira Pró-Temperança, tais locais funcionavam com regularidade e as mães que os frequentavam eram entusiasmadas. Conforme discurso presente em documento da UBT, os centros de mães eram responsáveis pela promoção de conferências mensais feitas por educadores, médicos, higienistas, dentistas e enfermeiras que apresentam e estudam variados problemas maternos (UBT, 1925, p. 4).

Além das iniciativas educativas promovidas pela União Brasileira Pró-Temperança (UBT), a assistência social ganhou grande destaque nas campanhas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), culminando como tema central na Primeira Conferência pelo Progresso Feminino (1922) e no Segundo Congresso Internacional Feminista (1931). A Primeira Conferência Internacional Feminista, organizada pela Federação em 1922, teve como tema: “A educação da mulher para o bem social e os aperfeiçoamentos humanos”.

Neste evento, realizado no Rio de Janeiro em 1922, a FBPF estabeleceu os alicerces para afirmar-se como a voz do feminismo no Brasil, propondo uma ampla gama de comissões de trabalho que incluíam Educação e Ensino; Oportunidades de carreira para mulheres; Trabalho feminino em setores como indústria, comércio e serviço público; Direitos das mulheres; suporte a mães e crianças; Estratégias de organização e

liderança; além de Relações internacionais e paz. Importantes entidades, como a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e a Associação Pan-Americana de Mulheres, representada por Carrie Chapman Catt, uma proeminente líder feminista dos Estados Unidos, marcaram presença.

Dentre os temas discutidos, destacaram-se a nacionalização do ensino público, a importância da educação em todos os níveis - primário, secundário e superior -, além da formação profissional e doméstica. Questões como a proteção à gestante, o trabalho feminino nas fábricas, condições de habitação, transporte, jornada de trabalho, salários e higiene foram amplamente debatidas.

A necessidade de criação de leis que tivessem como pauta a proteção às mulheres e crianças foi um ponto de intensa discussão, evidenciando o debate sobre a divisão de responsabilidades entre o Estado e a família na proteção e educação infantil. As ações promovidas pela UBT, bem como com a Pro-Matre, Maternidade Suburbana e a Federação das Bandeirantes do Brasil, sob liderança de Jeronyma Mesquita, refletiram o compromisso desta agente social com esses grupos, demonstrando a prioridade dada às práticas direcionadas ao bem-estar e à proteção da mulher e da infância.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste capítulo, exploramos a figura emblemática de Jeronyma Mesquita e sua contribuição para o movimento feminista e as práticas sociais e educativas no Brasil do início do século XX. A fundação da Pro-Matre, uma instituição pioneira dedicada ao atendimento de mulheres e crianças carentes, destaca-se como um marco em sua trajetória, evidenciando o compromisso de Mesquita com as questões de saúde pública e assistência social.

Retomamos aqui, a importância da ação de Mesquita na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), onde, ao lado de figuras como Bertha Lutz, desempenhou um papel crucial na promoção de direitos das mulheres e na organização de eventos culturais e educativos, como exposições de arte, saraus poéticos e chás. Esses eventos não serviam apenas como ponto de encontro para mulheres importantes da época,

mas também como estratégia para avançar discussões sobre emancipação feminina e mobilização social.

A Primeira Conferência pelo Progresso Feminino e o Segundo Congresso Internacional Feminista como eventos-chave que refletiram e consolidaram o compromisso da FBPF com a educação, os direitos e a proteção das mulheres e crianças. Essas conferências não apenas colocaram em pauta questões críticas relacionadas ao trabalho feminino, educação e proteção social, mas também posicionaram a FBPF como uma voz líder no feminismo brasileiro, esforçando-se para criar um impacto duradouro no cenário nacional e internacional.

A importância de Jeronyma Mesquita e suas contemporâneas no avanço da causa feminista no Brasil, pode ser percebida a partir da potência das suas ações estratégicas e táticas na luta por direitos, educação e melhores condições de vida para mulheres e crianças durante um período de transformações sociais e políticas significativas.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BUENO, Alexandra Padilha. **Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher: a Pedagogia Feminista em disputa (1910-1940)**. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]**. Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 2002.
- ORLANDO, Evelyn de Almeida; SILVA, Alexandra Lima da. Semper Parata: catolicismo e bandeirantismo no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, p. 1501-1517, 2019.
- REIS, José Roberto Franco. Degenerando em barbárie: A hora e a vez do eugenismo radical. In: BOARINI, Maria Lúcia (Ed.), **Higiene e raça como projetos: Higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Ed. da Universidade Estadual de Maringá, 2003, p. 185-216. O Páiz, 09 de agosto de 1929.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SOIHET, Raquel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

MULHERES E O DIREITO À MORADIA: EQUIDADE DE GÊNERO E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES JUSTAS

Renato Luiz de Carvalho¹
Patricia de Cassia Barros de Sousa²

INTRODUÇÃO

O direito à moradia está consagrado na Constituição Federal, que alicerça as garantias dos direitos humanos e o acesso ao direito à cidade. No entanto, o acesso à moradia digna apresenta desafios significativos quando considerado sob a perspectiva de gênero. As mulheres, frequentemente marginalizadas pelo sistema, lutam continuamente pela garantia dos direitos constitucionais. É evidente a discrepância no acesso e na garantia de direitos entre homens e mulheres no Brasil, refletindo uma desigualdade persistente que necessita de abordagens específicas e eficazes para ser superada.

O acesso ao direito à moradia perpassa questões que vão desde a segurança de posse, acesso a infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, além da garantia da não discriminação que coloca os indivíduos em vulnerabilidade social. Nesta seara o fator do gênero se apresenta como agravante na dificuldade de acessar o direito a cidade, de acesso a uma cidade justa e ambientalmente equilibrada (AMANAJÁS; KLUG, 2018).

Por este prisma, observa-se que o direito às cidades é algo tão valioso e essencial que trazendo a questão da moradia para a realidade brasileira, esta, tornou-se um direito fundamental somente na Constituição

¹ Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (UNIDERP).
CV: <https://lattes.cnpq.br/6190653830497089>

² Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (UNIDERP).
CV: <http://lattes.cnpq.br/1854385647718281>

de 1998, onde ratificou a função social da posse, possibilitou a inserção gradativa de políticas públicas e assegurou dignidade à pessoa humana. Em suma, o artigo 6º do diploma legal trata a proteção social, moradia, saúde, assistência aos desamparados, dentre outros, como algo inafastável das leis e das necessidades humanas que devem ser supridas (BRASIL, 1988).

Mensurar a exclusão social é tarefa de difícil execução, contudo é possível evidenciá-la através de fatores que impactam diretamente em tal exclusão. A ausência de moradia, a ocupação em áreas irregulares, a baixa ou ausência de escolarização, são fatores que tornam visíveis uma camada renegada e encoberta pela sociedade. O debate frente a tal questão coloca em voga o quanto o papel da mulher preta no Brasil é de difícil ocupação, uma luta diária para se colocar na busca pela equivalência dos que habitam os centros com urbanidade. A falta de alternativas habitacionais, é claramente a força motriz desse movimento de ocupação ilegal e predatória do solo urbano (MARICATO, 2003).

O espaço urbano é definido pelo seu valor de uso, que se refere ao direito de habitar e interagir nos espaços urbanos, como parques, escolas e empresas, enquanto o valor de troca está relacionado ao preço de mercado atribuído ao território e à cidade. Isso implica que o acesso e uso da cidade são muitas vezes limitados àqueles com poder aquisitivo para custeá-los, o que cria barreiras para pessoas de classes mais baixas. Além disso, as desigualdades sociais, incluindo as disparidades raciais, permeiam a formação das cidades brasileiras, com a população negra enfrentando marginalização tanto devido ao gênero quanto à etnia (BATISTA e MASTRODI, 2018). Em uma sociedade patriarcal, o gênero determina as relações de poder, resultando na exclusão das mulheres, especialmente das negras, do acesso ao direito à cidade.

O processo de urbanização no Brasil ocorreu principalmente no século XX, trazendo consigo características coloniais e imperiais que persistem até hoje na sociedade. Embora inicialmente vistas como centros

de oportunidades e modernidade, as cidades passaram por mudanças significativas, associando-se posteriormente à violência, desequilíbrios ambientais, falta de moradia, problemas de mobilidade urbana e outras questões que afetam a vida cotidiana dos cidadãos. Um planejamento urbano com justiça ambiental deve buscar proporcionar as mesmas condições para os habitantes tanto dos centros urbanos quanto das áreas periféricas (MARICATO, 2003).

O planejamento urbano a partir de uma perspectiva de gênero sugere uma ênfase nas tarefas mundanas que as pessoas realizam em suas vidas diárias. Ambos os universos devem ser colocados no mesmo patamar de importância nas decisões para evitar ampliar ou manter diferenças. A visão do sexo em relação à urbanização pretende correlacionar os desejos que emanam do mundo reprodutivo. O espaço público tem sido historicamente reservado aos homens, enquanto as mulheres ocupam os espaços invisíveis. O domínio da rua é essencialmente masculino e os corpos femininos fora do ambiente doméstico estão deslocados, as cidades desde sua origem, não consideraram as perspectivas e necessidades das mulheres, são amplamente projetadas por homens e para homens (COTA, 2019).

A construção de uma nova agenda urbana tem sido apontada. Uma perspectiva de gênero é essencial para mudar o cenário de exclusão e opressão de mulheres que gozam de direitos urbanos. Produzir cidades que olhem a sua complexidade e singularidade, permitindo que direitos não sejam cerceados frente ao direito a cidade. O conceito de direito à cidade deve refletir a realidade feminina e oferecer instrumentos para superá-la, se posicionando como ferramenta adequada para a análise das dinâmicas urbanas, assim como refletir tal realidade e ser arsenal de mudança socioambiental. Desta forma, tem-se como objeto a mulher, em especial de baixa renda, frente ao acesso a moradia digna. Como objetivo, este trabalho buscou evidenciar a forma como

o processo histórico de formação das cidades tem levada a ausência de políticas e ações públicas que garantam o acesso as condições justas, para que a mulher seja contemplada na estruturação de uma urbe igualitária, levando em consideração as dificuldades agravadas pela questão do gênero e da questão racial.

A MULHER NO CONTEXTO URBANO DA MORADIA: INCLUSÕES E EXCLUSÕES DENTRO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS

A desigualdade de gênero perpetua a insustentabilidade socioambiental nas cidades, uma vez que o desenvolvimento econômico isolado não garante a inclusão plena das mulheres. A questão da terra e da moradia é um tema amplamente discutido, e remonta às capitania hereditárias instituídas por Dom João III em 1532. Essas capitania, também conhecidas como sesmarias, foram um incentivo à colonização do Brasil, estabelecendo o regime jurídico básico das terras na época colonial. Nozoe (2006) destaca que as sesmarias foram fundamentais para a estruturação da posse de terras no Brasil, baseando-se na legislação portuguesa da época.

Neste lapso temporal tivemos, das capitania até os dias atuais, várias modificações ocorridas no que se refere ao direito à moradia. Com o advento da Constituição de 1988 dentre seus preceitos sobre política urbana, aduz no artigo 182 a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, em que a mesma tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL,1988).

Porém, ainda que haja preceitos constitucionais que afirmem o direito à moradia, são muitos contrastes no que se refere a tal garantia, assim, o percentual de pessoas que conseguem usufruir deste direito,

ter casa própria com dignidade, em local geograficamente seguro, cada vez mais está se tornando um problema de difícil resolução, problema este que vem causando segregação, nomeada como segregação socioespacial, quando se coloca à baila questões como gênero, as questões raciais e principalmente as questões econômicas. “As cidades devem ter um espaço de realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, assegurando a dignidade e o bem-estar coletivo a todas as pessoas” (CANUTO, 2008, p. 46).

Partindo deste pressuposto, para entender o contexto urbano, via de regra, a mulher pobre e na grande maioria as negras, não conseguem ter acessibilidade ao direito à moradia com facilidade, sua categoria diz quem ela é, diz a sua classe. Neste rol, entende-se que “ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (DAVIS, 2016, p. 12). Logo, elas são tolhidas daquilo que a própria constituição hipoteticamente prega.

A violência contra as mulheres no Brasil vai além da violência doméstica, estendendo-se ao espaço público, historicamente reservado aos homens. A falta de moradia digna é um dos fatores que submete as mulheres a diversas formas de violência urbana, colocando-as em situações de vulnerabilidade nas ruas ou sob a ameaça de milicianos. Para combater essas violências, é crucial que o poder público dialogue com a sociedade civil para compreender suas necessidades. O acesso à moradia digna é um direito reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, porém, muitos brasileiros ainda são privados desse direito essencial. (MARQUES, 2017, p. 102-103).

Viver nas cidades vai além das estruturas físicas de uma edificação, trata-se de um contexto que engloba segurança, acesso a serviços públicos e oportunidades de desenvolvimento. A Constituição Federal de 1988 estabelece que cabe aos entes federativos garantir moradia adequada e promover melhorias nas condições habitacionais e de saneamento básico (BRASIL, 1988).

No entanto, os problemas econômicos, políticos e sociais no Brasil dificultam o cumprimento desse dever legal, afetando tanto a população quanto o meio ambiente. O artigo 225 da Constituição Federal estabelece o direito de todos a um meio ambiente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de protegê-lo e preservá-lo (BRASIL, 1988). O crescimento desordenado das áreas urbanas resulta em uma série de impactos socioambientais, dentre ele o já supracitado da segregação pro questões de gênero e raça, evidenciando assim a necessidade de políticas que garantam moradia digna e proteção ambiental.

A política urbana adotada ao longo da República Velha (1889 – 1930) visava o embelezamento das cidades para atrair investimentos estrangeiros na industrialização brasileira, além disso, o centro das cidades passou a abrigar o comércio e serviços, expulsando dali as residências. Assim, o valor dos terrenos próximos ao centro aumentou e somente as classes mais ricas conseguiam pagar por essa localização privilegiada. Desse modo, as mudanças ocorridas mostraram a divisão do espaço urbano entre centro e periferia. Como resultado, a população de baixa renda buscou suprir a crise de habitação ocupando terrenos vazios encontrados em subúrbios ou até em encostas de morros. (RUBIN e BOLFE, 2014)

A desigualdade de gênero, no tocante ao acesso na aquisição da casa própria relega diuturnamente as mulheres, no geral, as condições periféricas de habitação. Setorialmente existem algumas políticas com focalização na mulher, cita-se a Política e Titularidade Residencial Feminina, o Programa Nacional de Direitos Humanos –PNDH/2009. Este programa faz uma recomendação que visa facilitar e dar acessibilidade para pessoas de baixa renda, no tocante a créditos e subsídios para aquisição da casa própria, via cadastro único onde as mulheres interessadas informam que são chefes de família e assim recebem prioridade dentro da política de habitação de interesse social (NERY, 2019).

Não se pode negar o avanço da legislação, contudo ainda existe um déficit habitacional no Brasil alarmante, não somente pelas questões assistencialistas materiais. A falta de moradia alicerça diuturnamente a segregação socioespacial que por sua vez tem um desdobramento muito maior, pois, influencia questões sanitárias, de saúde e fomenta a criminalidade. Concentrar estruturação e posses em um pequeno grupo de maior poder aquisitivo e não equacionar a acessibilidade atendo as necessidades e possibilidades, simboliza a consolidação da desigualdade social e distribuição de renda, o que estanca o desenvolvimento democrático e socioambiental do país (RAMOS, 2016).

Por este prisma, no tocante estritamente as mulheres, é cediço que a divisão do trabalho e demais acessibilidades, sempre foi fator de desvantagens para as mulheres pela não acreditação das suas potencialidades técnicas e principalmente por uma agregação da imagem feminina à fragilidade maternal e matrimonial, havendo assim uma exploração que é historicamente perpetuada pela sociedade, nas sábias palavras de Marx (1985) o trabalho funciona como uma ponte que liga o homem ao meio ambiente em que está integrado.

No Brasil, as mulheres enfrentam inúmeras formas de violência. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgaram o Atlas da Violência 2023, que apontou que 67,4% das mulheres negras assassinadas em 2021 foram vítimas de homicídios. Este dado evidencia que o sofrimento e a exclusão das mulheres são problemas generalizados. No contexto doméstico, as mulheres frequentemente são relegadas a segundo plano, o que compromete sua autonomia. Muitas vezes, sem ter para onde ir e precisando garantir a sobrevivência própria e de seus filhos, elas acabam suportando abusos masculinos que frequentemente culminam em feminicídios (IPEA,2023).

O legislador brasileiro, preocupado não apenas com a punição aos agressores, tem oferecido ao longo dos anos ferramentas para que as mulheres chefes de família, sejam elas egressas de situações de violência doméstica ou não, possam alcançar equidade de gênero e participar ativamente do contexto social. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é um símbolo da luta contra a violência doméstica. Em uma recente alteração, a Lei nº 14.674/2023, foi instituído o auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica. Esse auxílio é judicialmente arbitrado pelo magistrado, com um valor destinado à moradia que depende do grau de vulnerabilidade social de cada beneficiária (BRASIL, 2023).

Pensando na valorização do papel da mulher na sociedade e em garantir o cumprimento dos preceitos constitucionais, especialmente no que tange à moradia e à dignidade da pessoa humana, foi sancionada em 2023 a Lei nº 14.620/2023. Esta lei estabelece novos parâmetros para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), dando elegibilidade e preferência às mulheres chefes de família na aquisição de moradias de interesse social, faixa 1 (baixa renda). O objetivo é reduzir significativamente as desigualdades no Brasil, promover melhorias habitacionais e corrigir inadequações (BRASIL, 2023).

Diversos aparatos jurídicos buscam inserir a mulher em políticas públicas variadas, e na questão habitacional não é diferente. A Portaria nº 412/2015 do Ministério das Cidades, por exemplo, aprovou o manual de instruções para a seleção de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. Esta portaria estabeleceu critérios nacionais para priorizar candidatos, conferindo prioridade às mulheres chefes de família que comprovadamente se encontram nessa situação. Além disso, mulheres sob medida protetiva judicial recebem atendimento prioritário, com seus dados preservados para assegurar sua segurança e dignidade (BRASIL, 2015).

Diante da problemática habitacional brasileira, é essencial reconhecer a necessidade de implementar políticas públicas com foco no bem comum. Inicialmente, observa-se as necessidades e possibilidades, seguida da formulação de projetos de lei pelos políticos, votação e sanção presidencial para, a partir dessa conjuntura, desenvolver e implementar políticas públicas (BORGES et al., 2019).

O caminho para alcançar políticas públicas efetivas é oscilante, alternando entre inclusão e exclusão, pois determinadas ações contemplam apenas certos grupos sociais. As mulheres, em particular, enfrentam essa oscilação, uma vez que muitas políticas focam nas necessidades sociais de forma geral e negligenciam abordagens específicas que atendam de forma integral os anseios femininos. Isso é especialmente crítico para mulheres mães solo, negras, idosas e periféricas, que frequentemente são excluídas pelo olhar capitalista voltado ao acúmulo de riquezas ou pela visão política de alguns governantes (MARTINS et al., 2015).

É evidente que a implementação de políticas públicas inclusivas e eficazes é crucial para enfrentar a problemática habitacional brasileira. A alternância entre inclusão e exclusão destaca a necessidade de abordagens específicas que atendam plenamente às necessidades das mulheres, especialmente mães solo, negras, idosas e periféricas. Somente com um compromisso verdadeiro e contínuo do poder público será possível garantir moradia digna e promover um desenvolvimento socioambiental sustentável e equitativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade desde sua origem, passa por uma composição injusta, afirmação esta que piorou com a urbanização em massa, as mulheres exclusas dos processos decisórios, são subordinadas aos interesses masculinos, com uma sociedade que limita a liberdade feminina sobre seus direitos, inclusive de sua circulação plena, assim a mulher se coloca

mais uma vez como protagonista pela luta por seus direitos, contra uma sociedade patriarcal, buscando usufruir livremente de espaços públicos, ruas, e sobretudo ser livre dentro de suas casas, enquanto isto não for real, a cidade para as mulheres sempre será uma “não cidade”.

Nesta perspectiva a construção de uma sociedade ambientalmente justa e igualitária, não pode estar amparada apenas nas questões conhecidas sobre igualdade, estabelecidas junto aos direitos humanos, incluídos neste, os princípios de liberdade e não discriminação, mas deve em concomitância abranger e compreender a sua materialização expressa no isolamento socioespacial, este que representa o lado negativo das cidades, construída em muitos casos na própria negação do ser humano, com agravo e destaque da figura feminina.

A reprodução social da força de trabalho é necessariamente um problema da cidade. É preciso revolucionar os fatores que determinam a urbanidade como estilo de vida. O conceito de direito à cidade e à mulher é necessário, especialmente tendo em vista a elaboração de uma nova proposta de urbanização. As sociedades devem enfrentar não apenas as desigualdades socioespaciais devido às diferenças sociais, mas também as relações de poder entre homens e mulheres. As sociedades precisam ter o cuidado de adotar perspectivas não sexistas e não patriarcais e promover a igualdade e a diversidade tanto para homens quanto para mulheres.

Entende-se assim que a mulher para se desenvolver de forma segura e justa, necessita de uma cidade ambientalmente equilibrada, levando em consideração seus anseios, medos e fragilidades, a cidade por sua vez precisa ser pensada e repensada, possibilitando que sua estrutura e distribuição socioespacial sejam instrumentos de garantia de direitos e oportunidades.

REFERÊNCIAS

- AMANAJÁS, R.; KLUG, L. B. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8622>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BATISTA, W. M; MASTRODI, J. O dever de cidades includentes em favor das mulheres negras. **Revista de Direito da Cidade**, 2018, 10.2: 862-886. DOI: 10.12957/rdc.2018.31664.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Artigo 225. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **LEI N° 14.674, de 14 de setembro de 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)**, para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14674.htm> Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. **LEI N° 14.620/2023. Dispõe sobre o programa minha casa minha vida**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14620.htm>. Acesso em: 16 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria nº 412, de 07 de agosto de 2015**. Aprova o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida–PMCMV. Brasília, 2015.

BORGES, A. L. M.; OLIVEIRA FERREIRA, L. D.; MENDONÇA NÓBREGA, W. R. Políticas públicas de revitalização urbana: uma abordagem no turismo e lazer das cidades de Natal/RN e Recife/PE. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 3, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v22i3.7092>.

CANUTO, E. M. A. **O direito à moradia urbana como um dos pressupostos para a efetivação da dignidade da pessoa humana**. 2008. 342 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

COTA, D. A. Gênero, cotidiano e direito à cidade: uma reflexão prática. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 26, n. 39, p. 17-17, 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/renat/Downloads/22689-Texto%20do%20artigo-86822-5-10-20200826.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2024.

DAVIS, Â. Mulheres, Raça e Classe. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

IPEA. Atlas da violência 2023. Disponível em <<https://encurtador.com.br/B7iDE>>. Acesso em: 19 maio 2024.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, 2003, 17: 151-166. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>.

MARQUES, S. D. Direito à cidade, uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, A. P. A.; CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. M. A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Nota Técnica, n. 13, 2015. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/zGEzf>>. Acesso em 18 mar. 2024.

NERY, D. S. P. O Programa Minha Casa Minha Vida como estratégia de enfrentamento à situação de violência doméstica contra a mulher: considerações sobre a experiência das assistentes sociais da subsecretaria de habitação do município de Duque de Caxias (RJ). In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/379/373>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

NOZOE, N. Sesmarias e aposseamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, São Paulo:FEA-USP,2006. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6535647.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

SILVA RAMOS, J.; NOIA, A. C. A construção de políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida. **Desenvolvimento em questão**, v. 14, n. 33, p. 65-105, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/752/75243198004.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2024.

RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2, p. 201-2013, 2014. DOI:10.5902/2179460X11637.

COMPREENSÃO DE MULHERES TRANSGÊNEROS ACERCA DO REIKI: CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES PARA O CUIDAR EM ENFERMAGEM

Giovanna Machado Cassimiro¹

Thaís Vasconcelos Amorim²

Thamara Aquino Duarte³

INTRODUÇÃO

O termo conhecido como Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) é utilizado no Brasil como referência às Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI) e integra um conjunto ampliado de práticas de cuidado, saberes e produtos de uso terapêutico que não fazem parte da medicina alopática. A discussão sobre PICS no Brasil começou por volta da década de 70, com a declaração de Alma Ata, a qual buscou ampliar o olhar para além do modelo biomédico, reconhecendo a saúde como um direito humano, os determinantes sociais da saúde e a participação das pessoas e coletividades. O debate tomou maior impulso com a 8^a Conferência Nacional de Saúde que evidenciou as demandas para uma nova cultura que questionasse o modelo hegemônico de oferta de cuidado (Brasil, 2015).

A partir desse cenário, iniciou-se um movimento por busca e oferta de outros saberes e práticas de cuidado, sendo implementados no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC) - Portaria GM/MS nº 971/2006 - destacando-se em suas diretrizes “resolutividade dos

¹ Graduanda em Enfermagem (UFJF). CV: <http://lattes.cnpq.br/1817577867288241>

² Doutora em Enfermagem (UFRJ). Professora (UFJF). CV: <http://lattes.cnpq.br/7449298103537972>

³ Mestranda em Enfermagem (UFJF). CV: <http://lattes.cnpq.br/6913054187024530>

serviços de saúde, que ocorre a partir da integração ao modelo convencional de cuidado, de rationalidades com olhar e atuação mais ampliados, agindo de forma integrada e/ou complementar no diagnóstico, na avaliação e no cuidado”, impulsionando o desenvolvimento sustentável das comunidades (Brasil, 2006, p. 25).

Como um conjunto de práticas que complementam o cuidado de modo global, as PICS favorecem uma visão abrangente do ser humano no processo saúde-doença e especialmente do autocuidado, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração com o meio ambiente e a sociedade. Nesta perspectiva, as práticas vão ao encontro da proposta de fomentar o acolhimento com respeito à diversidade e contribuem para o atendimento integral a populações vulneráveis e em situação de iniquidade no acesso e na assistência à saúde (Brasil, 2015, p. 13).

Neste estudo, destacam-se as Mulheres Transgêneros, cujo termo é utilizado para identificar pessoas que ao nascerem foram designadas como homens devido a formação biológica e; que estão mudando ou buscam mudar seu corpo e/ou papel de gênero para o feminino (Magalhães, 2018). Em 1997, a afirmação de gênero foi autorizada no Brasil, ampliando o espaço para a discussão acerca dos direitos dessa população entre sociedade civil, coletivos LGBT e o poder público. Em relação à saúde, destaca-se como consequência dessas discussões o Processo Transexualizador no SUS, reelaborado em 2013 (Oliveira e Sprung, 2022).

Entretanto, mulheres transgêneros sofrem o impacto da falta de acessibilidade aos serviços de saúde. Os cenários de cuidado ainda alimentam uma concepção de tratamento à transexualidade como patologia e os próprios profissionais se tornam barreiras, ao disseminarem preconceito pela dificuldade de compreender a narrativa da população trans. Um dos exemplos é a resistência do uso do nome social, dificultando ainda mais o acesso. Além disso, somam-se os altos índices de violência que contribuem para a vulnerabilidade em saúde dessas pessoas (Oliveira e Sprung, 2022; Cortes et al., 2022).

Diante disso, destacam-se necessidades de saúde biopsicossocioespirituais agravadas pela transfobia. Se comparada à população cisgênero, mulheres trans possuem maior risco relacionado à saúde mental, no âmbito da depressão, ansiedade, ideação suicida, abuso de álcool e outras drogas (Silva et al., 2019; Cortes et al., 2022).

Pelo exposto, o acolhimento nos serviços de saúde à população trans é uma das ferramentas de cuidado propiciadoras da longitudinabilidade e integralidade da atenção em saúde. Dentre os profissionais, o enfermeiro – pela formação humanística – deve considerar as dimensões plurais das mulheres trans cuidando a partir da visão ampliada, da escuta acolhedora, das condições de vida da pessoa, a fim de promover a autonomia, o autocuidado e o acesso aos serviços e tecnologias (Magalhães, 2018; Silva et al., 2022).

A natureza do cuidado de enfermagem apresenta interface com as PICS, por considerar a pessoa de forma integral, respeitando sua individualidade e trajetória. Tanto a Enfermagem quanto às práticas integrativas, concentram suas ações no ser humano e em suas relações com o meio para muito além da doença, considerando que o processo de adoecimento pode se associar a desequilíbrios internos e externos que afetam a energia e a saúde (Santo, 2019).

Uma das PICS mais utilizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) para o cuidado plural é o *reiki*, que consiste em uma terapia holística com a finalidade de promover o equilíbrio necessário para manter o bem-estar físico e mental, sendo uma prática de baixo custo e que tem se tornado cada vez mais conhecida pelas evidências de melhora frente ao estresse, ansiedade, insônia, entre outros (Fonseca et al., 2013; Mendes et al., 2021).

Desse modo, justifica-se a utilização do *reiki* como prática que possibilita alcançar a autonomia, constituindo-se em intervenção de cuidado que auxilia na quebra das barreiras enfrentadas pelas mulheres transgêneros dentro dos serviços de saúde.

Neste plano, considerando as situações enfrentadas pela população transgênero, o papel do enfermeiro como terapeuta biopsi-

cossocioespiritual e a eficácia do *reiki* como intervenção integrativa promotora de bem-estar, objetivou-se compreender os significados do *reiki* para mulheres trans.

DESENVOLVIMENTO

Pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, pautada pelos princípios da fenomenologia que busca compreender as facetas do fenômeno a partir do ser que a vivência, aprovada sob CAAE 70497523.6.0000.5133 e parecer nº 6.183.174. O cenário de pesquisa foi um serviço ambulatorial de um hospital de ensino da Zona da Mata Mineira.

Inicialmente, foi realizado um levantamento nos prontuários a partir dos critérios de inclusão de serem mulheres transgêneros acima de 18 anos e, excluindo-se qualquer condição que impedisse a participante de responder as questões propostas, foi verificado o dia e horário de comparecimento para as consultas ambulatoriais. A abordagem às possíveis participantes ocorreu após as consultas, momento em que foram explicitados o objetivo da pesquisa e disponibilizado um material escrito sobre a terapia *reiki*, destacando conceitos, técnicas e benefícios de modo simples e objetivo.

Neste momento, também foram elucidadas dúvidas e foi disponibilizado o contato telefônico e e-mail das pesquisadoras para que pudessem entrar em contato posteriormente, indicando o seu desejo de participação ou a elucidação de possíveis dúvidas. Obtido o consentimento, foi agendado o melhor dia e horário para a coleta dos dados, de acordo com a preferência pessoal.

Seguiram-se todos os preceitos éticos envolvidos na legislação vigente (Brasil, 2012) e no dia e horário agendados, após a concordância e assinatura da participante no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os procedimentos para coleta de dados foram iniciados.

Esta etapa compreendeu a realização de três sessões de *reiki* para cada participante (totalizando 18 sessões) no Sistema USUI, com intervalo

semanal ou quinzenal (de acordo com a disponibilidade da participante), realizadas pela pesquisadora e, também *reikiana*, com duração média de 30 minutos, em espaço do próprio cenário preparado com uma maca, difusor aromático, música ambiente e minimização da iluminação, a fim de criar um ambiente favorável para a terapia.

Ao final da terceira sessão, a participante foi entrevistada mediante um roteiro orientador, contendo dados pessoais de identificação, informações das participantes e perguntas orientadoras de caráter fenomenológico. Um pseudônimo foi oferecido mediante um código alfanumérico representado pela letra “P” seguida por um número que corresponde à ordem cronológica dos encontros (P1, P2, P3, P4, ...).

As entrevistas foram gravadas em mídia eletrônica, a fim de que a transcrição fosse realizada de forma mais fidedigna. O encerramento da etapa de campo aconteceu por meio do critério de saturação dos dados, em que no movimento de análise em profundidade do material empírico, ocorreu a ausência de novos significados (Fontanella, 2012). Na fenomenologia, implica em alcance do fenômeno em estudo, em que as aproximações dos significados expressos e compreendidos, permitem desvelar o fenômeno em estudo.

Na etapa de análise dos dados qualitativos, foram seguidos os três passos do método fenomenológico de Husserl (Padoin et al., 2018): descrição da experiência, por meio da redução fenomenológica (suspensão de crenças e juízos de valor para se ater ao fenômeno em estudo); exploração do material descrito (após transcrição dos conteúdos das entrevistas e do diário de campo, foram realizadas escutas repetidas e leituras atentas, de modo que orientou a pesquisadora quanto à construção das Unidades de Significação ou categorias analíticas por meio da aproximação das estruturas essenciais, responsivas aos objetivos da pesquisa) e; direcionamento da consciência para o objeto da experiência/vivência (descrição da compreensão dos participantes, revelando a sua intencionalidade).

As seis participantes apresentaram média de idade de 39 anos e todas se declararam solteiras e sem filhos. As demais variáveis são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 – Características sociodemográficas das participantes da pesquisa “Compreensão de Mulheres Transgêneros acerca do reiki como prática de cuidado de enfermagem”.

Caracterização sociodemográfica	Número de participantes = 6 / (%)
Escolaridade	
Ensino Fundamental	1 / 16,66 %
Ensino Médio	2 / 33,33 %
Ensino Superior	2 / 33,33 %
Técnico	1 / 16,66 %
Cor	
Branco	1 / 16,66 %
Preto	3 / 50,00 %
Pardo	2 / 33,33 %

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Comorbidades como hipertensão arterial sistêmica, diabetes, asma, depressão, ansiedade, entre outras, foram relatadas por três (50%) das participantes. O mesmo quantitativo.

Em relação às unidades de saúde, 3 participantes revelaram que se sentem acolhidas nos serviços de saúde e a outra metade, três (50%), mulheres revelaram que sentem que o acolhimento nem sempre acontece.

Sobre as PICS, quatro (66,66%) mulheres conheciam ou já tinham ouvido falar do termo, entretanto, somente uma havia vivenciado musicoterapia e acupuntura. Não houve relato de conhecimento prévio acerca do *reiki* por nenhuma das participantes.

A exploração do material das entrevistas permitiu a construção de duas Unidades de Significação: Ficar mais calma, ter controle da ansiedade, acordar mais disposta, se sentir mais leve e limpa energeticamente e; Sentir bem-estar, relaxamento, contato com a dimensão espiritual, refletir e pensar mais para tomar decisões.

Unidade de Significação 1

Ficar mais calma, ter controle da ansiedade, acordar mais disposta, se sentir mais leve e limpa energeticamente

As participantes significaram que se sentiram mais calmas e com maior controle da ansiedade. Além disso, referiram maior descanso, disposição e relaxamento físico:

Calma literalmente [...] eu sou muito ansiosa ... e assim, parece que eu tenho sentido isso, essa necessidade de fazer uma coisa de cada vez, entendeu? (P1)

[...] e alguma forma a gente começa a ficar mais calma [...] senti que estava muito mais descansada, me senti acordando mais disposta, descansada (P2).

Eu estou me sentindo que estou tendo mais controle, sabe? Das minhas emoções, a minha ansiedade, sabe? Está mais controlada (P3).

É uma sessão que muda completamente o dia, a gente chega e dentro de pouco tempo consegue se desligar dessa realidade estressante do dia a dia. Eu penso num relaxamento físico e um bem-estar espiritual completo [...] agora mesmo, cheguei com torcicolo e agora estou bem melhor. Na primeira sessão, também estava com muita dor na coluna e quando acordei, acordei sem sintoma nenhum mesmo [...] (P4).

[...] me trazia muita calma e tranquilidade [...] depois daqui eu consegui acordar mais disposta e animada para meu dia (P5).

[...] uma calma muito grande [...] (P6).

Compreenderam que saíram mais leves e mais limpas energeticamente após as sessões de *reiki*. Além disso, referiram que a mente ficou mais ativa e que, a partir disso, conseguiram lembrar de sonhos e pensar melhor sobre si:

[...] chegava terça-feira, já acordava agitada para começar e sabia que assim, eu ia sair daqui, ia sair daqui mais leve [...] achei melhor do que maconha (P1).

Há anos eu não conseguia lembrar dos meus sonhos. Depois da segunda sessão, por duas vezes, eu consegui lembrar deles [...]. Mas, eu sinto que tem alguma coisa drenando assim, é uma coisa boa. Você percebe você ficando leve, mais calma, sua mente ficando mais ativa, como se fosse um descarrego de alguma coisa tipo de coisa não só mental, mas energética mesmo [...] (P2).

Está sendo um lugar para me encontrar meu centro, para onde vou. Para mim pensar, para me sentir mais limpa, para tirar um pouco do peso do dia [...] (P3).

Unidade de Significação 2

Sentir bem-estar, relaxamento, contato com a dimensão espiritual, refletir e pensar mais para tomar decisões

As mulheres significaram a vivência do *reiki* como bem-estar, relaxamento e ligação com a parte espiritual. Expressaram essa conexão como viagem, energia e lembranças do passado.

[...] o bem-estar mesmo de verdade, entendeu? [...] agora eu quero tentar caminhos, de sozinha, eu conseguir esse relaxamento [...] (P1).

[...] quando estou aqui com você é uma viagem realmente diferente de todas que eu já experimentei [...] (P1)

[...] espiritualmente estou conseguindo sentir mais a energia dos lugares [...] (P3).

[...] e a parte espiritual, a gente tem lembrança muito boa do passado e acho que isso tem muita ligação com a parte espiritual [...] (P4).

[...] É como se eu tivesse me desligado total do mundo lá fora, é como se você se transportasse para um lugar muito longe de tudo [...] (P5).

A partir das sessões, conseguiram pensar melhor para tomarem decisões e saber conversar mais. Mencionaram sentir vontade de ficar em silêncio e de conseguir chorar:

Comecei a refletir sobre algumas possibilidades que antes eu não conseguia pensar [...] inclusive, a segunda (segunda sessão de reiki) me ajudou a tomar base para tomar certas decisões [...] (P2).

[...] estou sabendo conversar mais, estou falando mais baixo, estou pensando mais, estou prestando mais atenção, estou observando muito antes de falar [...] (P3).

[...] Eu sempre me senti muito confusa entre duas personalidades, mas parece que com o reiki eu consegui determinar uma (P4).

[...] percebi uma vontade maior de ficar em silêncio, estar comigo mesma, e pensar melhor para tomar algumas decisões importantes (P6).

[...] tinha dias que eu não conseguia chorar e, chegava aqui eu conseguia [...] (P6).

A população transexual enfrenta inúmeras barreiras para o acesso às instituições formais da sociedade, especialmente as de saúde e trabalho, sendo necessárias políticas públicas voltadas para a inclusão, uma vez que os altos níveis de desemprego e a dificuldade para inserção no mercado, são também associadas ao estigma e à discriminação vivenciados por esta população (Silva et al. 2020).

Em paralelo, Zucchi et al. (2019) apontam que não ter endereço fixo, ter menor escolaridade, estar insatisfeita com as relações pessoais, com os procedimentos transexualizadores ou com o suporte de amigos, já ter ficado presa ou ter sofrido algum tipo de violência, associam-se à menor bem-estar psicológico entre mulheres transgêneros. No pre-

sente estudo, reforçou-se um perfil que pode estar associado a isso, uma vez que apenas 33% das participantes possuem ensino superior completo e a maioria alegou estar desempregada, além de não possuírem filhos e estarem solteiras.

Além disso, de acordo com o estudo de Lerri et al., (2017) a depressão tem uma maior probabilidade de acontecer entre indivíduos solteiros ou que estejam namorando. De modo semelhante, o preconceito, estigma e discriminação criam um ambiente social estressante e hostil, desencadeando um fenômeno crônico que aumenta os estressores naturais, também conhecido por estresse de minorias, o qual contribui para maior vulnerabilidade e consequentemente, comprometimento da saúde mental (Fleury e Abdo, 2018).

Nesta investigação, a ansiedade e a depressão já se apresentam como comorbidades presentes em algumas participantes. Além disso, metade delas alegam nem sempre se sentirem acolhidas nos serviços de saúde, o que pode reforçar ainda mais o estresse de minoria vivenciado por essa população.

Diante desses fatos e em paralelo a essa ideia, destaca-se o *reiki* como terapia produtora de cuidado à saúde mental, uma vez que as mulheres referiram maior calma, controle da ansiedade e bem-estar ao receberem a terapêutica, reforçando positivamente o efeito da prática no cotidiano.

O *reiki* traz um significado plural para usuários e terapeutas do SUS e o motivo de sua utilização está ancorado na vontade de melhora da saúde, bem-estar e qualidade de vida a partir de práticas integrativas que percebem o ser humano para além do campo biológico, de forma multidimensional (Amerello et al., 2021). De fato, ao descrever a percepção da energia sutil através do *reiki*, Belal et al (2023), apontaram calma, relaxamento, felicidade, sensação de paz interior e alegria.

As percepções corroboram ainda com outros aspectos apontados pelas participantes do estudo, tais como a compreensão de um estado de consciência, como ‘uma sensação de tranquilidade na mente, melhoria na

capacidade de concentração, maior clareza mental, ‘resolução de problemas’ e; ‘menores dores, dores musculares e relaxamento’ (Belal et. al, 2023).

Somado a isso, como prática transcendente, o *reiki* foi apontado pelas participantes como uma limpeza energética, revelando-se como importante terapêutica para o bem-estar espiritual.

O *reiki* proporcionou restabelecimento da energia e redução dos níveis de ansiedade com repercussões nos níveis de autocontrole, de concentração, no resgate da autoestima, no autoconhecimento e consciência corporal, pois a terapia promove um espaço de relaxamento, autoconhecimento e afastamento, ainda que momentâneo, do que está deixando a pessoa ansiosa. Falar de si, sentir-se acolhido nas suas demandas e sentir-se tocado, favorece o equilíbrio e o reabastecimento de energia que foram sendo consumidas frente à ansiedade (Vellinho, 2019).

Através de sua definição e técnica, o *reiki* tem a capacidade de promover a conexão consigo e permitir um momento singular de autocuidado, de dissipação de energias acumuladas no corpo, mente e espírito. Esse cuidado proporciona vários benefícios para os usuários e trabalhadores da saúde, comprovando a eficácia da terapia e o potencial que a Enfermagem tem de realizar intervenções que transcendem o paradigma biomédico, integrando e complementando o tratamento convencional (Vellinho, 2019).

A partir dos resultados do estudo, é possível inferir acerca dos benefícios do *reiki* como prática integrativa e complementar direcionada às mulheres transgênero. Neste sentido, a oferta das PICS em serviços de saúde pode ocupar um espaço de atenção à diversidade, configurando-se como potencialidade terapêutica e trazendo um novo significado para o cuidado na perspectiva da integralidade. Ademais, o *reiki* auxilia na promoção da saúde mental, sendo um recurso que auxilia no resgate do sujeito em sofrimento psíquico a partir da sua singularidade, promovendo autoconhecimento, autonomia e autocuidado (Mostadeiro, 202

CONSIDERAÇÕES

A compreensão de mulheres transgêneros acerca do *reiki* nos permitiu ampliar o olhar de atenção em saúde à essa população, uma vez que a vivência do fenômeno investigado, revelou-se como terapia importante para o bem-estar espiritual e estados de calma e autoconhecimento.

Nesse contexto, podemos considerar o *reiki* uma importante ferramenta de cuidado de enfermagem à população transgênero trazendo um novo significado para a promoção saúde desse grupo, pois permite um resgate do sujeito considerando sua singularidade.

Como limitações deste estudo tem-se o cenário único, evidenciando a necessidade de estudar múltiplos cenários em que a população transgênero esteja presente e em diversos níveis de atenção à saúde.

A partir dos resultados alcançados, pode-se levantar questões de como a formação na enfermagem prepara os futuros enfermeiros para uma atenção singular voltada à população transgênero, tendo em vista as inúmeras barreiras enfrentadas por essa população dentro dos serviços de saúde sendo uma delas os próprios profissionais, e se as PICS e, em especial, o *reiki*, está sendo considerado como uma intervenção que integra e complementa o cuidado convencional, entretanto não está sendo aplicado dentro dos serviços de saúde por falta de profissionais que o dominam.

REFERÊNCIAS

AMARELLO MM, CASTELLANOS MEP, SOUZA KMJ. Reiki therapy in the Unified Health System: meanings and experiences in integral health care. **Rev Bras Enferm.** 2021;74(1):e20190816. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0816>. Acesso em: mar. 2024.

BELAL, M. et al. Percepção da energia sutil “Prana” e seus efeitos durante as práticas do bio-campo: uma meta-síntese qualitativa. **Sage PuB.** Volume 12: 1–15. 2023. Disponível em:https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10498708/pdf/10.1177_27536130231200477.pdf. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPICT-SUS. Brasília, 2006. Disponível em: Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPICT — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Ministério da saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasil: 2015. Disponível em: file:///C:/Users/giova/Downloads/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Acesso em: jan. 2023.

CARVALHO, A. S. **Metodologia da entrevista**: uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: Agir, 1991. Acesso em: set. 2023.

FONSECA, J.P.S; et al. Mapeamento dos efeitos do Reiki para o tratamento do estresse, ansiedade e depressão: Revisão de Escopo. **Figshare**. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.20102240.v4>. Acesso em: fev. 2024.

FLEURY, H.J, ABDO C.H.N. Atualidades em disforia de gênero, saúde mental e psicoterapia. **Diagn. tratamento**. 2018;23(4):147-51. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblio-ref/2019/04/987487/rdt_v23n4_147-151.pdf. Acesso em: jan. 2023.

FONTANELLA, B.J.B.; JUNIOR, R.M. Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 63-71, jan./mar. 2012. Acesso em: set. 2023.

LACERDA M.R.; RIBEIRO R.P.; COSTENARO R.G.S. Metodologias da pesquisa para **Enfermagem e saúde: da teoria à prática**. 1.ed. Porto Alegre: Moriá, 2018, v.2, p.223. Acesso em: set. 2023.

LERRI, M. R. et al. Clinical Characteristics in a Sample of Transsexual People. **Thieme Revinter Publicações Ltda**, Rio de Janeiro, Brazil.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/a/Sx4qNnKSzkK4JMPjYZMRxkB/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: set. 2023.

Magalhães, L.G; Chiesa, A.M. Manual de acolhimento de Transexuais e Travestis (IT) à Atenção Primária à Saúde (APS). **Universidade de São Paulo**. 2018. Disponível em: http://www.ee.usp.br/posgraduacao/mestrado/apostilas/Acolhimento_Transexuais.pdf. Acesso em: fev. 2023.

MOSTADEIRO, A.C. Práticas Integrativas e Complementares: Concepções e Práticas de Enfermeiras Como Estratégia de Promoção à Saúde Mental. **BDENF - Enfermagem / LILACS**. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/272297>. Acesso em: fev. 2023.

OLIVEIRA JP, SPRUNG LS. Barreiras para o acesso à saúde pública da população trans no Brasil: uma revisão narrativa. **Femina**. 2022;50(9):560-7. Acesso em: mar. 2023.

PADOIN, S.M.M et al. Pesquisa qualitativa apoiada no referencial teórico da fenomenologia. In: LACERDA M.R.; RIBEIRO R.P.; COSTENARO R.G.S. **Metodologias da pesquisa para Enfermagem e saúde: da teoria à prática**. 1.ed. Porto Alegre: Moriá, 2018, v.2, p.223. Acesso em: out. 2023.

PAULA, C.C. et al. Movimento analítico-hermenêutico heideggeriano: possibilidade metodológica para a pesquisa em enfermagem. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 25, n. 6, p. 984-989, 2012. Acesso em: out. 2023.

SANTO, E.H.E. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde[editorial]. **Online Braz J Nurs** [Internet]. 2019;18(2):e20196259. DOI: <https://doi.org/10.17665/1676-4285.20196259>. Acesso em: mar. 2023.

SILVA, G. W. S; et al. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2021.v26suppl3/4955-4966/pt>. Acesso em: mar. 2023.

SILVA, M. A. et al. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(5):1723-1734, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DbBMCHS9t6QMC5YtYSQn-CpP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: mar. 2023.

VELLINHO, L.P.B. Reiki Aliado ao Cuidado de Enfermagem à Pessoa com ansiedade: Proposta de Instrumento ou Consulta de Enfermagem. **BDENF - Enfermagem / LILACS** - Niterói: [s,n], 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13037/Luis%20Philipe%20Barroso%20Vellinho.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: mar. 2024.

ZUCCHI, E. M. et al. “Bem-Estar Psicológico Entre Travestis E Mulheres Transexuais No Estado de São Paulo, Brasil.” **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 35, no. 3, 2019, [www.scielo.br/j/csp/a/LqvvCflhQNHQwb3M3zQPFFN/?lang=pt&format=pdf](https://doi.org/10.1590/0102-311x00064618), <https://doi.org/10.1590/0102-311x00064618>. Acesso em: 20 jun. 2023.

A MULHER E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Gislaine Krühs Lemos¹

INTRODUÇÃO

A gestão democrática é algo que tem transformado e está cada vez mais presente em todo o âmbito educacional, a democratização do sistema público apresenta algumas dificuldades quanto às suas formas de gestão, as tentativas de aproximação da população com as escolas, demonstrando a natureza dos problemas encontrados e como superá-los com propostas adequadas para que a gestão democrática seja capaz de envolver, efetivamente professores alunos e pais (SALVADOR, 2014).

Com a efetivação da gestão democrática é possível observar a capacidade que ela tem em criar condições mais efetivas para o controle público sobre a orientação do Estado e suas políticas educacionais.

Segundo Salvador (2014), a gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração. Este é seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. A abertura dos portões e muros escolares deve estar acompanhada da nova proposta pedagógica que a exija. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões esvaziadas de qualquer conteúdo substantivo.

A educação possibilita a preservação da diversidade cultural e cria um espaço democrático, dando lugar ao encontro e à convivência entre diferentes culturas, assim, torna-se necessária a construção das práticas pedagógicas efetivas para romper com a homogeneização presente na cultura escolar e docente, buscando a inserção da

¹ Mestrado em Educação (UNIVALI). CV: <http://lattes.cnpq.br/4719030166689558>

diversidade cultural no campo da didática, e das práticas pedagógicas na escola, com “uma clara e objetiva intenção de promover o diálogo e a troca de diferentes grupos. As políticas públicas educacionais auxiliam na compreensão das transformações ocorridas, na problematização e na análise de sua implantação em diferentes campos, tanto legal e documental, quanto no campo das ações estatais e institucionais (MARÍN, 2003, p. 180).

Este capítulo tem por objetivo, por meio da revisão de literatura e dados públicos, analisar o processo da gestão democrática na secretaria de educação do município de Balneário Camboriú, destacando o papel da mulher frente a esta gestão.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres, isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (BUTLER, 2018).

Por meio da revisão de artigos, dissertações, teses e documentos públicos, averiguando assim dados em relação ao tema, visando tomar conhecimento dos estudos sobre o objeto da pesquisa, destacando a importância da mulher na democratização e socialização do trabalho docente com a comunidade. A intenção é construir um referencial teórico para contribuir na análise do conceito da mulher inserida na Gestão Democrática na Educação.

Conforme Cruz (2012), às representações, a sociabilidade e as identificações dos (as) docentes dependem da “trajetória de sua vida, permitindo a existência de socialização no decorrer de suas trajetórias familiar, escolar e profissional, de forma ativa/passiva, num processo de influenciar/ser influenciado um ao outro, reproduzindo um discurso social e cultural”.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A administração como é entendida e realizada hoje é produto de longa evolução histórica e traz a marca das contradições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade. Daí a importância de examiná-la em sua concepção mais simples, ou seja, abstraindo as determinações historicamente situadas, captando a sua especificidade é possível identificar quais os elementos que, em sua existência concreta, se devem às determinações históricas próprias de um dado modo de produção. (SALVADOR, 2014)

Seguindo a linha de pensamento de Salvador (2014), assim pensada ela se configura, inicialmente, como uma atividade exclusivamente humana, já que somente o homem é capaz de estabelecer livremente objetivos a serem cumpridos.

No âmbito educacional, o processo administrativo é fundamental em todos os setores que envolve, buscando hoje a implementação da gestão democrática para trazer a comunidade cada vez mais a ser participativa em todas as decisões para obter sucesso em todo o conjunto escolar. Na concepção de Freire (2019), a importância da emancipação dos sujeitos para a participação ativa, política e pedagogicamente falando, a fim de que sejam preparados para, de forma democrática, tecer suas escolhas conscientes e críticas, tanto no âmbito da escola quanto na organização social, e desenvolverem a capacidade de examinar, acompanhar e influir nas atitudes e na tomada de decisões de seus eleitos.

Salvador (2014), destaca a importância da criação de canais institucionais capazes de viabilizar essa participação democrática, é ainda na escola e muitas vezes ultrapassando suas fronteiras, que a luta mais deve ser travada. Qualquer possibilidade de uma presença popular mais efetiva no sistema educativo exige a organização independente como sustentação e instância de aprofundamento dessa participação.

A curto prazo, se essa gestão vier a se concretizar, ela criará condições mais efetivas de controle público sobre as orientações do Estado em suas políticas educacionais. Este, inegavelmente, será um grande avanço, se considerarmos a nossa trajetória recente, construindo um caminho real de melhoria da qualidade de ensino em profundidade, com mecanismo capaz de alterar práticas pedagógicas. (SALVADOR, 2014)

Na concepção de Freire (2019), a importância da emancipação dos sujeitos para a participação ativa, política e pedagogicamente falando, a fim de que sejam preparados para, de forma democrática, tecer suas escolhas conscientes e críticas, tanto no âmbito da escola quanto nas questões da organização social, e desenvolverem a capacidade de examinar, acompanhar e influir nas atitudes e na tomada de decisões de seus eleitos.

Conforme Salvador (2014), a gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração. Este é o seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. A abertura dos portões e muros escolares deve estar acompanhada da nova proposta pedagógica que a exija. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões esvaziadas de qualquer conteúdo substantivo.

Com esta e outras modalidades de colegialidade, vem sendo desencadeado um processo de reaprendizagem do exercício da participação social também nos aparelhos do Estado, o que, concomitantemente, configura-se uma valiosa contribuição para a organização da sociedade civil (Bonetti, 2000).

Bobbio (1989), explica que a luta pela democracia opera num amplo quadro de condições desfavoráveis à sua implantação, a gestão democrática da escola apresenta-se como mais um dentre outros desafios para a construção das novas relações sociais, constituindo um espaço público de decisão e de discussão.

Conforme Freire (2019), a condição de os sujeitos dizerem a sua palavra é essencial que se estenda a todos os sujeitos, que isto não se resuma a privilégios de alguns. É fundamental que todos os sujeitos possam dizer a palavra verdadeira, que é a práxis conjuntamente. Assim o autor define o diálogo enquanto exigência existencial e por meio do seu exercício criamos a condição da socialização da diversidade dos conhecimentos e dos saberes.

Freire (2019), ainda enfatiza que a forma como deve ocorrer esse diálogo precisa ser observada, a escola precisa falar com a comunidade e escutá-la se, de fato, deseja buscar uma verdadeira experiência democrática. Neste sentido, precisamos desconstruir a forma autoritária de falar em uma perspectiva hierarquizada.

Conforme Salvador (2014), a administração escolar precisa saber buscar a natureza própria da escola e dos objetivos que ela persegue os princípios, métodos e técnicas adequados ao incremento de sua racionalidade. Uma visão administrativa escolar que esteja comprometida com a transformação social deve preocupar-se com a reversão dessa situação de irracionalidade em que se encontra a escola em seu interior. Ou seja, se estamos convencidos de que a maneira de a escola contribuir para a transformação social é o alcance de seus fins especificamente educacionais, precisamos dotá-la da racionalidade interna necessária à efetiva realização desses fins.

Para Luck (2006), a gestão é assentada em outra lógica regida por princípios democráticos e pressupõem a participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre orientação, organização e planejamento do trabalho educacional/escolar onde quer que ele esteja acontecendo. A essa observação acrescentamos que a gestão educacional diz respeito a um processo orientado para direcionar o trabalho educativo de forma participativa e integrada.

A gestão educacional é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Constitui-se de princípios e práticas decorrentes que afirmam ou reafirmam os princípios que as geram. Esses princípios, entretanto, não são intrínsecos à gestão como a concebia a administração clássica, mas são princípios sociais, visto que a gestão da educação se destina à promoção humana. (FERREIRA, 2000, p. 306)

Freire (2019), defende que não é possível ter democracia sem a participação popular no poder. A escola precisa compreender a participação popular no poder. A escola precisa compreender que a participação popular na condução da gestão é essencial à potencialização e à consolidação das rupturas que se espera, com a educação desenvolvida com sujeitos populares.

Evidenciando uma postura antiautoritária e dialógica, Freire (2019), explica que toda a ação educativa é uma ação política e como tal precisa dar conta de atender às necessidades de emancipação dos sujeitos que a compõem, oportunizando o desenvolvimento do pensamento crítico e possibilidades de atuação efetiva, na direção de operacionalizar mudanças em si mesmos e na sociedade na qual se inserem. Assim entendemos que a gestão deve-se pautar no diálogo, na escuta sensível e apresentar ações democráticas e participativas como práticas cotidianas para oportunizar a cooperação e a participação dos sujeitos.

Brandão (2020), afirma que a gestão democrática da escola pública também possui outra característica que pode ser denominada como formativa, ou seja, é exatamente por meio das participações e discussões no coletivo, que todos os envolvidos (família, professores, alunos, equipe escolar e comunidade), ao mesmo tempo em que estão, ao participarem da gestão da escola pública, colaborando com o espaço da escola, também estão formando-se (e sendo formados) cultural e politicamente.

A partir dos processos de tomada de decisões, assim como o acesso às mais variadas informações da escola que constroem a trajetória da própria escola. Ferreira (2000), explica que a trajetória de construção da escola democrática, portanto, depende da ampliação do grau de conhecimento dos professores e das comunidades escolares acerca da importância da democratização da escola pública, dos mecanismos de participação na vida da escola, bem como dos instrumentos de gestão escolar (projeto pedagógico, regimento escolar e outros).

Lima (2014), considera que a concepção de gestão democrática, é mais ampla ainda, pois se trata de uma complexa categoria político-educativa, uma construção social que não dispensa a análise dos contextos históricos, dos projetos políticos e da correlação de forças em que ocorre, para além de envolver dimensões teóricas e conceituais que vão desde as teorias da democracia e da participação, até as teorias organizacionais e aos modelos de governação e administração das escolas e respectivos sistemas escolares.

Conforme a LDBEN no Brasil, como grande parte dos processos de elaboração legislativa sobre temas amplos e muitas vezes polêmicos da educação brasileira, foi permeado por avanços e retrocessos de todas as naturezas, indiferente da opinião e ponto de vista de cada autor.

Para Lima (2014), considera que a gestão democrática das escolas se constitui em uma “contribuição indispensável ao processo de realização do direito à educação” e se realiza efetivamente quando estão presentes, pelo menos, três aspectos, quer sejam eleição para a escolha de seus dirigentes, administração colegiada e efetivo poder decisório dos participantes dos colegiados e da própria comunidade escolar.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Com as mudanças ocorridas na administração escolar, Martins (1998) recorda que há um componente político que deve ser considerado,

pois passar de uma administração autoritária a uma gestão democrática da educação implica num compromisso sociopolítico, com o enfrentamento concreto e objetivo das questões de exclusão, da reprovação e do não acesso que reforçam, pela escola, a marginalização das classes populares.

Gomes (2003), explica que o sentido que atribuímos às diferenças, passando pela cultura e pelas relações políticas, as diferenças são construídas culturalmente, tornando-se empiricamente observáveis, de outra forma, as diferenças são constituídas ao longo do processo histórico, nas relações sociais e nas relações de poder.

As políticas educacionais devem ser construídas a partir de diálogo com a sociedade civil, através de processos de escuta e de participação da comunidade escolar, além de conselhos e de entidades do setor privado.

A escola possui a vantagem de ser uma das instituições sociais em que é possível o encontro das diferentes presenças, ela é também um espaço sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos. Esse espaço se constitui potencialmente rico para se trabalhar as relações humanas, de reconhecimento da diferença, de respeito, de ética e de garantia de direitos sociais, no entanto para que a diversidade cultural faça parte dos conteúdos trabalhados nas escolas, torna-se urgente formar professores e implementar políticas públicas específicas, tanto na educação básica quanto no ensino superior (GOMES, 2003, p. 23).

Para Bonetti (2006), a ação nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social determinada, quer seja ela econômica ou social. Ainda, esclarece que as políticas públicas representam o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

Pensada e elaboradas dentro de um processo complexo, as políticas públicas educacionais em nossa sociedade envolvem organizações burocrático-administrativas, deixando de ser uma atividade neutra, assim a educação pode ser vista como uma prática social e histórica concreta. A educação é então um processo sociocultural que se dá na história de uma determinada sociedade e desenvolve-se na sociedade supostamente de acordo com normas jurídicas, dispositivos legais elaborados e impostos pelo poder político-burocrático encarnado pelo Estado. (SEVERINO, 1986, p. 54)

Bonetti (2006), explica que a educação não acontece espontaneamente na sociedade, mas sim de acordo com normas impostas, a educação é planejada e regulamentada de acordo com as políticas definidas por uma correlação de forças complexas, envolvendo interesses locais, nacionais e internacionais. O Estado ocupa-se em mediar essas diferentes reivindicações e definir a intervenção na educação por meio da legislação educacional (leis, decretos, pareceres) e acompanha o cumprimento da implementação por meio de mecanismos próprios.

A implantação das políticas públicas educacionais para efetivação da diversidade nos currículos e nas práticas escolares depende do interesse ou benefício que essa política trará às classes dominantes. Bonetti (2006), explica que nesta dimensão, essa luta se divide em duas posições: entre os antidiferencialistas (negação das diferenças) e os diferencialistas (absolutização das diferenças). A negação das diferenças opera segundo a norma de homogeneização. Absolutização das diferenças, por sua vez, opera segundo a norma do relativismo. Essas duas têm reflexo direto sobre as políticas públicas, especialmente no que se refere às diferenças sociais, a primeira às negando, e a segunda tratando-as como tais, mas na perspectiva de as trazer para a homogeneidade.

A partir desse contexto se situam as duas grandes leis basilares da educação nacional: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Dire-

trizes e Base da educação Nacional/ LDBEN 9394/96. No primeiro diploma, no artigo 205, a educação é apresentada como devendo visar “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Por sua vez, a específica lei maior, em seu artigo 2º, afirma como finalidade da educação “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

Além disso, a LDB também estabelece a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), com diretrizes e metas para a política educacional. O PNE permite identificar as demandas mais urgentes e traçar planos de ação. Sempre com o objetivo de garantir a qualidade no aprendizado, tanto na educação infantil quanto no ensino superior.

Articulando a ação docente com o PPP Sousa e Corrêa (2002, p. 60) defendem que os profissionais da educação devem estar munidos de competência tanto técnica quanto política para atuarem na elaboração do PPP, contemplando outros aspectos complementares, além de lembrar que os docentes devem dominar um corpo teórico, atualizado pela reflexão coletiva. (SOUZA, 2021, p. 169).

Gadotti (1997), explica que cada unidade escolar, juntamente com o aspecto da sua ligação institucional com o sistema educacional do qual faz parte, possui uma feição própria. Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser considerado na construção do PPP (Projeto político-pedagógico) é que ele deve expressar a identidade da escola, sua realidade, seu jeito de ser, bem como os novos caminhos que deseja trilhar. Com efeito, “projetar” significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente.

A MULHER NA GESTÃO ESCOLAR

A feminilização do magistério ocorreu de forma gradativa em nossa sociedade, as mulheres por mais que se propuseram a exercer a atividade de docente, não deixaram de ser submissas, realizando atividades comandadas por homens, sendo estes os detentores do poder.

A emancipação feminina não ocorreu somente na educação, mas em outros setores também, pois: “É o feminismo que emerge nos anos sessenta que traz o questionamento radical da forma como as relações de gênero estão estruturadas”. (BRUSCHINI, 2002, p. 128)

As estudiosas feministas começam a utilizar a palavra gênero em seus discursos e teorias nesse período. Entre essas havia muitas educadoras que após muita luta e reivindicações por seus direitos e pelo voto consciente em mulheres, por todo o Brasil, conseguiram mudar a Lei.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 é um marco fundamental na instituição da cidadania das mulheres do ponto de vista legal, ao afirmar nos seus princípios, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Além disso, garante no texto uma série de outros direitos fundamentais específicos para as mulheres. (BRUSCHINI, 2002, p. 130)

Hoje, as mulheres estão se apropriando com maior intensidade do seu espaço não só na gestão escolar, mas na sociedade como um todo.

De acordo com Scott (1995), a adoção do conceito de gênero no âmbito dos estudos de mulheres e feministas tornou o gênero como campo científico, sendo assim compreendido como um divisor de águas para outra fase distinta da primeira onda do feminismo, e anunciador, de certa forma, da valorização significativa do diferencialismo, da afirmação política das diferenças, dos processos identitários e de igualdades.

Para Butler (2018), a mulher foi considerada ao longo do desenvolvimento da teoria feminista como um sujeito dado, meramente em

busca de representação política e de espaço para desmontar estruturas discriminatórias, excludentes e hierarquizantes.

Seguindo a ideia Butler (2018), explica que a categoria denominada “mulher”, afirmada como sujeito do feminismo, é produzida pela mesma estrutura da qual ela pretende se emancipar, afirmando assim que, o feminismo trabalha com a concepção de um sujeito específico, a mulher, ele também trabalha com uma categoria excludente.

É importante lembrar que a escola, enquanto instituição que promove a educação do sujeito, precisa desconstruir padrões estereotipados de gênero, refletindo sobre as suas práticas, enfrentando qualquer forma de discriminação.

Butler (2018), propõe que se produza uma categoria mais inclusiva do “universal”, mantendo a conceituando a mulher em abertura permanente, em contestação permanente, sempre contingente, de forma a nunca se fechar a priori ao avanço de futuras demandas por inclusão. Isso não significa o mesmo que pretender renunciar ao uso do universal, entretanto, mas manter a categoria sob permanente contestação política como pré-requisito de sua própria validade e de seu próprio comprometimento com participação democrática.

Ainda Butler (2018), explica a importância em ressaltar que uma identidade baseada em um binário dito biológico não somente produz a estabilização de um conceito de “mulher” como também depende dessa estabilidade para continuar existindo, ou seja, percebe-se tal relação quando movimentos políticos investem energia em policiar identidades e afastar ou silenciar os divergentes dentro da nova norma.

Scott (1995), explica que as representações sociais relativas a homens e mulheres docentes são pensadas em conformidade com o trabalho que realizam, num espaço de relações dinâmicas e ambíguas, que descrevem as narrativas, as imagens de gênero, os papéis de homens

e mulheres, das masculinidades e feminilidades que configuram as práticas de socialização no trabalho.

Segundo Marin (2003) acredita-se que os docentes vivem no cotidiano o reflexo de novas configurações do trabalho, tais como a precarização do trabalho, a desvalorização salarial, a falta de estruturação física das instituições de ensino, às novas exigências/competências para o desenvolvimento do trabalho, indícios estes que já foram tema de vários estudos sobre o trabalho de docência em todos os níveis, e que a pressão pela produtividade, a competição entre os docentes e a busca por titulação são condicionantes na vida cotidiana dos/as docentes.

A feminilização da gestão escolar é um fato na realidade da educação brasileira. Assim, podemos concordar com uma das intelectuais brasileiras que desenvolve pesquisas sobre a relação gênero e educação, que: “É importante que a mulher não abra mão de suas características, daquilo em que realmente nós somos diferentes e que poderia ser uma excelente contribuição para esse nosso mundo do direito”. (JUNQUEIRA, 2001, p. 214) E sendo assim, nós podemos – no presente – contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade democrática através de uma gestão escolar que saiba gerir uma escola também democrática.

A partir da análise de dados públicos da Secretaria de Educação do município de Balneário Camboriú, é possível observar como a mulher está inserida com maior participação no âmbito escolar demonstrando o seu poder e sua competência frente a cargos de gestão. Nas Unidades Escolares hoje são 20 diretores, destes apenas 6 são homens, nos Núcleos de educação infantil, são 27 gestores sendo apenas 1 homem já nos Departamentos que compõem a Secretaria de Educação dos 14 cargos de Diretores e/ou Coordenadores apenas 6 são homens. Através dos dados obtidos é possível observar que as formas de docência, o sentido como o trabalho é desenvolvido, as características peculiares da docência

estão socialmente ligadas às representações de gênero, destacando assim o papel fundamental da mulher na gestão educacional.

Tardif (2000), finaliza afirmando que o qual atribui sentido ao trabalho consoante a construção da relação entre trabalho/docente e docente/saber, é atribuído pelo docente podendo ser influenciado pelas dimensões temporais do saber profissional, ou seja, sua inscrição na história de vida do docente e sua construção ao longo de uma carreira.

CONSIDERAÇÕES

A gestão educacional democrática é um tema que aborda a importância da união da escola com a comunidade para na busca por resultados positivos e construtivos para a sociedade brasileira, essa bandeira vem sendo erguida na luta pela democratização, através das políticas públicas e mecanismos institucionais, sem desconhecermos que, os termos de lei que serviram de base de dados para o estudo realizado.

Como uma ação de contestação aos desmandos, para a gestão educacional democrática também se configura um desmantelamento das conquistas que foram engendradas nessas últimas quatro décadas. O caminho ainda é longo pela frente, inclusive para se avançar na compreensão e explicitação desse irrevogável estilo de gestão da educação, quer no sentido sistêmico, quer no âmbito de cada unidade escolar. A educação é a forma de alunos e professores garantirem de forma sistemática a apropriação do conhecimento, e a partir do afeto e da emoção o âmbito escolar pode se tornar um local prazeroso e seguro para aquisição do conhecimento, em um espaço onde implanta e experimenta dimensões que ao longo do tempo sempre foram tratadas como secundárias, ou até excluídas da discussão e das propostas educativas.

A constatação nas trajetórias educacionais, embora a articulação entre o público e o privado como espaços de representações de papéis masculinos e femininos ainda estejam ligadas às relações patriarcais, novas perspectivas dessas representações estão surgindo, particularmente com a inserção e atuação feminina no campo da educação. Através de dados

públicos obtidos junto a Secretaria da Educação do Município de Balneário Camboriú, esse dado é confirmado. A inserção da mulher na gestão democrática educacional no município é notável e aplicável trazendo assim resultados satisfatórios para o município diante do quadro estadual e federal, onde as políticas públicas educacionais dela estão baseadas.

Finalizando essa pesquisa com a reflexão aqui realizada, onde é possível dizer que as políticas educacionais são devedoras de uma posição mais clara e comprometida com novos horizontes para a educação, garantindo a apropriação do conhecimento. Mostrando que a diversidade de gênero, atualmente traz sinônimo de diálogo e valores compartilhados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição Federal de 1998, Brasília, 1998.
- BOBBIO, N., O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- BONETTI, L. W., Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BONETTI, L. W., Políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. In: BUTLER, J. P.; Problemas de gênero (recurso eletrônico): feminismo e subversão da identidade; Tradução: Renato Aguiar – 1 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BRUSCHINI & UNBEHAUM, Sandra G. (org). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.
- CRUZ, M. H. S., Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da Educação. IN: Revista Saberes em Perspectivas, v. 2, nº 2, 2012.
- FERREIRA, N. S. C., Gestão democrática da educação: ressignificados conceitos e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE, P., Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GADOTTI, M., Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOMES, N. L., Educação e diversidade Étnico-Cultural. In: SEMTRC. Diversidade na educação – reflexões e experiências. Brasília: Programa Diversidade na Universidade, 2003.
- JUNQUEIRAL. A. P.; Desenvolvimento social e intersetorialidade: a cidade solidária. São Paulo: FUNDAP, 2001.

LIMA, L. C., A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2014.

LUCK, H., Concepções e processos democráticos de gestão educacional, 3^a ed. Petrópolis, 2006.

MARÍN, J. G., diversidade cultural y parctica educativa. Revista Diálogo Educacional, Curitiba: Champangnat. V. 4, n.8, 2003.

MARTINS, R. B., Educação para a cidadania: o projeto político pedagógico como elemento articulador in VEIGA, I. P. A et RESNDE, L. M. G., Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas/SP, Papirus, 1998.

SALVADOR, A., Gestão Democrática na Educação. Vitória-ES. Multivix, 2014.

SCOTT, J., Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 20, n. 2, 1995.

SEVERINO, A. J., Educação ideologia e contra-ideologia. São Paulo: EPU, 1986.

SOUSA, L. C. M., Gestão educacional democrática: itinerários de um paradigma em construção, 1 ed., Curitiba-PR, Editora Bagai, 2021.

TARDIF, M., Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação, n. 13, ANPED, Campinas, 2000.

A LUTA COLETIVA: UM ATO DE RESISTÊNCIA PARA MULHER CAMPONESA

Luana Ricarto da Costa¹
Zuleide Fernandes de Queiroz²

INTRODUÇÃO

Narrar a história de luta das mulheres campesinas no contexto atual brasileiro é, sobretudo, um ato de resistir e romper com as barreiras que, historicamente, têm resultado no apagamento e silenciamento de suas vivências enquanto sujeitos históricos que constroem e reconstroem as suas trajetórias, de mulheres, trabalhadoras do campo e responsáveis pela sobrevivência familiar. Embora sejam as camponesas figuras importantes para o desenvolvimento de suas comunidades, estas mulheres por muito tempo foram excluídas dos registros oficiais, tendo assim a sua contribuição no processo de formação social negada.

Com isso, se torna cada vez mais necessário pensarmos sobre: Quem são as mulheres que lutam por uma educação do/no campo? Quais os desafios elas vêm enfrentando para garantir o processo educativo nas comunidades camponesas? E como essas mulheres se organizam na luta coletiva em busca de uma educação de qualidade? Diante do exposto, temos como propósito evidenciar a importância da conscientização, da luta e dos movimentos populares travados pelas mulheres do campo em busca de uma sociedade que respeite a sua existência e seu direito de viver de forma digna, tomando por base experiências coletivas reforçadas nas trajetórias de reivindicações comunitárias que, inclusive, são fortalecidas na Marcha das Margaridas que ocorreu em Brasília no dia 16 de agosto de 2023, espaço que vem sendo apresentado como um lugar de resistência para as campesinas desde o ano 2000, data de criação

¹ Mestra em Educação (URCA). CV: <https://lattes.cnpq.br/1106890309179909>

² Doutora em Educação (UFC). Professora (UFCA e URCA). CV: <http://lattes.cnpq.br/3003401690552110>

da marcha. A Marcha das Margaridas é carregada de significados no que diz respeito a busca pela dignidade e qualidade de vida dos povos do campo. “A denominação da Marcha como Marcha das Margaridas foi uma forma de tornar pública a situação de desigualdades nas quais vivem as trabalhadoras rurais, evidenciar as diversas formas de violências enfrentadas e a situação de pobreza na qual viva a maioria das mulheres.” (SILVA, 2008, p. 88).

Para atingirmos tal objetivo, nos debruçamos na narrativa da camponesa Ana Cláudiana, que reside na zona rural do município de Crato, cidade localizada na região do Cariri, situada especificamente no sul do Ceará. A escolha dessa mulher se deu pelo fato dela ser uma ativista do movimento camponês em sua comunidade, se destacando, sobretudo, nas reivindicações contra o fechamento das escolas rurais. Além disso, ela tem sua trajetória marcada por experiências de luta de grande peso que foi proporcionada pela vivência na Marcha das Margaridas, demonstrando ter um repertório de luta de grande relevância para sua comunidade e para o percurso histórico de reivindicação dos povos campesinos.

Diante disso, esse estudo justifica-se pela necessidade de evidenciar a luta das mulheres camponesas no interior do Ceará, mostrando que elas não são mulheres silenciosas, pelo contrário, são mulheres que ecoam suas vozes contra as injustiças e desigualdades sociais, na qual, precisam ser lembradas na história da construção de uma educação do campo pública e de qualidade. Assim, consideramos de suma importância trazer uma narrativa de luta que se constrói nos moldes da coletividade, mostrando então para o mundo acadêmico que existem e resistem mesmo diante de tantas adversidades.

Posto isso, enfatizamos que a pesquisa é parte de um estudo realizado para obtenção do título de mestre em educação, e adotou uma abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Minayo (2001, p. 21), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]”. Nesse contexto, o estudo visou compreender a impor-

tância da luta encadeada pela camponesa Ana Cláudia em defesa da educação do campo, que se fortaleceu a partir da luta coletiva comunitária e da Marcha das Margaridas, visto que, ambas têm a intenção de caminhar em busca de melhorias educacionais e para a qualidade do viver do povo camponês. Vale destacar que realizamos as discussões sobre o feminismo camponês a partir das autoras PERROT (2019) e LORENZONE, SEIBERT e COLLET (2020).

Para alcançar tal intuito, utilizamos a metodologia da história oral, seguindo a perspectiva de Paul Thompson (1992, p. 337), a “história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as, também, a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”, ou seja, a história oral se constitui como uma forma de acesso privilegiado às vivências e memórias construídas de forma individual, apresentando aos sujeitos detalhes de suas trajetórias que são carregadas de símbolos e significados que lhes conferem voz a partir das lembranças resgatadas.

Dessa forma, partimos de um roteiro de entrevista semiestruturada, seguindo a abordagem de Manzine (2010, p. 154) que descreve esse tipo de entrevista como um método que focaliza em um objeto principal, elencando as perguntas essenciais afim de obter respostas que possibilitem chegarmos ao nosso objetivo inicial, sendo complementado com questionamentos que surgiram ao decorrer da escuta da narrativa de Ana Cláudia, partindo disso, ela pôde compartilhar suas experiências, percepções e desejos acerca dos processos de luta enfrentado pelos povos campesinos. Fizemos ainda uma análise qualitativa da entrevista concedida, levando em consideração que de acordo com Bardin (2010, p. 115) essa técnica “apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais.” Com isso, essa caracterização precisou de muita atenção, sensibilidade e paciência já que durante a entrevista a camponesa apresenta inúmeras informações que consideramos de extrema importância.

DESENVOLVIMENTO

A luta contra o fechamento das escolas do campo foi o ponto de partida para a compreensão para a camponesas do Sítio Currais, no município do Crato, sul do Ceará, no que diz respeito ao pensamento de que “só a luta muda a vida”. Tendo em vista que, a partir do momento em que se fecham as escolas, as desigualdades entre os povos do campo e da cidade se evidenciam ainda mais. Isso porque, fechamento das escolas rurais é uma problemática que envolve as subjetividades dos(as) camponeses(as) por atingi-los em suas expectativas de formação e transformação social de forma individual. No entanto, é também uma questão que abrange as necessidades coletivas, pois envolve os direitos sociais e educacionais de toda a comunidade afetada. E para Matos, Sousa e Munarini (2021, p. 125) “Isso dificulta a formação de sujeitos integrado a sua realidade, bem como afasta a família de sua realidade e desconstroí o vínculo com a comunidade e a escola”. E é por esse motivo que na sessão seguinte trouxemos as implicações do fechamento das escolas rurais no contexto comunitário do sítio Currais, uma das comunidades atingidas por essa política. Ouvimos uma das mulheres que teve que enfrentar essa política governamental, e fizemos uma análise a partir de sua narrativa.

Mediante as lutas travadas na comunidade do Sítio Currais, lugar de moradia de nossa entrevistada, foi possível compreender que a luta contra os retrocessos no campo precisa ser fortalecida por homens e mulheres que vivem no campesinato. Posto isso, Ana Claudiana relata a importância de participar da Marcha das Margaridas, reconhecendo esse espaço como um lugar de fortalecimento da luta que já ela, enquanto camponesa consciente de seus direitos, estava construído resistências diariamente em sua comunidade. Contudo, a camponesa participante dessa pesquisa a firma que é urgente e necessário ganhar força para ecoar sua voz sobre uma problemática que não é só municipal, mas também faz parte de uma demanda debatida a nível nacional.

MAS QUEM É A NARRADORA DESSA HISTÓRIA DE LUTA CAMPONESA CONSTRUÍDA DE FORMA COLETIVA?

Ana Cláudiana da Silva Oliveira, mulher negra, de 44 anos, filha de dois agricultores e mãe de duas meninas; nascida na cidade de Farias Brito³, lugar em que viveu 25 anos, porém, logo após se casar, junto com seu esposo, passou a residir no sítio Currais, localizado na zona rural da cidade de Crato-CE. E é nesse lugar, que há 19 anos, passou a construir memórias e histórias afetivas, que marcaram a sua existência enquanto camponesa. O seu lugar de moradia de Cláudiana, nas duas cidades situa-se longe da zona urbana, sendo localidades de difícil acesso. Mas, isso não repercutiu negativamente em sua vida, pelo contrário, morar longe permitiu que ela se reconhecesse ainda mais enquanto mulher do campo. Percebemos ainda que ela guarda lembranças grandiosas sobre a sua infância, na qual suas experiências contribuíram significativamente para fortalecer a mulher que ela se tornou mediante ao contexto em que estava inserida, mostrando ser protagonista de sua própria história. Destacamos ainda, que muito nos chamou atenção a passagem em que Cláudiana demonstrou que cresceu na simplicidade, contudo, isso não a impediu de compartilhar com os seus pares momentos de alegrias e de grande aprendizado.

Além disso, achamos interessante a forma como ela apresentou as mudanças geracionais, consolidando a ideia de que sua geração tinha as relações interpessoais baseadas no respeito e amor ao próximo, lamentando que hoje isso não é mais possível devido as mudanças sociais que dificultam a permanência no campo e a valorização da cultura. E isso ocorre devido ao fato de que os jovens permanecem em disputada, sendo tentado a migrar para a cidade, o que traz grandes consequências para a perpetuação do acervo cultural e identitário dos seus povos, pois,

³ “O Município de Farias Brito está localizado no sul cearense [...] O nome Farias Brito é em homenagem ao filósofo Raimundo de Farias Brito. Localiza-se na Região Metropolitana do Cariri, com a população de 8.217 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022” (Prefeitura de Farias Brito, 2023).

segundo Castro (2012, p. 439) “[...] A própria imagem de um jovem desinteressado pelo campo contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais”.

Para além dessas questões refletidas por Ana Cláudia, identificamos em sua narrativa que ela sempre esteve ligada ao trabalho rural, desde muito cedo aprendeu a desenvolver atividades do campo, que ao seu ver, essa era uma forma de ajudar na subsistência familiar. Ela sente orgulho de ser agricultora, profissão a qual demonstrou ter muito apreço e respeito. Além de ser apaixonada pela terra e pelo trabalho que desenvolve nela, Ana Cláudia apresenta um sentimento de satisfação irrefutável por ser camponesa, pois evidência em sua fala o tamanho orgulho que sente ao construir a sua história de vida no âmbito rural. Visto que, é nesse lugar que a sua luta por sobrevivência e dignidade é desenvolvida com rigor, e isso ela realça quando não se isentou de expressar:

Sim, eu tenho muito orgulho de ser do campo, de ser agricultora e de ter a coragem que eu tenho, porque muita gente aqui do sítio diz que eu tenho muita coragem. Porque a única pessoa que vai pra roça aqui, de mulher, para ajudar o esposo, sou eu (Entrevista concedida por Ana Cláudia, em julho de 2023, na cidade do Crato-CE).

Sobre isso, Perrot (2019, p. 109) explica que desde as vivências passadas, “Nem sempre as mulheres exerceram ofícios reconhecidos, que trouxessem remuneração. Não passavam de ajudantes de seus maridos [...]”. A partir do que Cláudia expressa em sua narrativa percebemos que esse pensamento de mulher ajudante dos cônjuges ainda se mantém vivo na atualidade, e essa questão mesmo que, reconfigurada, trata-se do apagamento da importância e reconhecimento das funções desenvolvidas pelas mulheres, inclusive, no campesinato. No entanto, ela não está somente auxiliando o seu esposo, pois, assim como ele, Ana Cláudia também participaativamente do trabalho para o sustento familiar, além de desenvolver os afazeres doméstico.

Com base nisso, colocamos para os(as) leitores(as) desse trabalho questões que merecem ser refletidas no seu íntimo: porque as mulheres ao trabalhar fora de casa, seja como agricultora ou em qualquer outra profissão, não são reconhecidas como trabalhadoras, mas sim como ajudantes? Será que as mulheres agricultoras são menos capacitadas que os homens? São questionamentos que continuam no centro dos debates em pleno século XXI, e mesmo com inúmeros avanços, que são resultados de uma grande luta feminista, na qual, as mulheres começaram a ocupar os espaços que lhes foram negados durante a história das trabalhadoras do campo e da cidade, ainda sim, a igualdade de gênero no âmbito do trabalho, assim como nos demais espaço de vivência na sociedade, continua sendo uma realidade a ser alcançada. Por esse motivo Conte, Calaça e Taborda (2020, p. 131) aguça a ideia de que precisamos, enquanto agentes transformadores, compreender que:

O grande desafio posto é o rompimento da divisão sexual do trabalho e dos papéis patriarcais de gênero para a superação da concepção e de práticas que definem as mulheres como não produtivas e, portanto, desvalorizadas. Desse modo, necessariamente há que se lutar por outras formas de produção e a superação do capitalismo como modelo, e junto a isso, a superação do patriarcado e do racismo. Para alguns, isso poderia ser impossível, mas é preciso sonhar. É com sonhos e lutas que construímos um amanhã melhor.

Dando continuidade à escuta, indagamos sobre o conhecimento adquirido por Cláudiana em relação às atividades rurais, e em suas falas identificamos que esses saberes foram incorporados de forma geracional, pois, como explica Cláudiana, “[...] partiu para coisa nordestina, coisa de roça, comida típica, até fazer louça, eu sei fazer panela de barro, pote, cuscuziera, eu costuro, eu faço crochê, marco... essas coisas assim, eu aprendi com minha mãe em casa. (Entrevista concedida por Ana Cláudiana, em julho de 2023, na cidade do Crato-CE). Percebemos, assim, que as práticas da agricultura foram repassadas em sua família de pai/mãe para filho(a), transmitindo

o conhecimento, de pessoas que nasceram e se criaram em comunidades rurais, para sua próxima geração.

Notamos ainda nesse mesmo relato que as trabalhadoras rurais desenvolvem inúmeras atividades, sendo assim, uma mulher que sempre está em movimento, e muito embora trabalhem na roça, o cuidado com a casa e com a família são inseparáveis da sua jornada cotidiana, dado que, historicamente as mulheres foram destinadas a ocuparem os espaços de trabalho doméstico e/ou atividades rurais. Sobre isso, Perrot (2019, p. 111) destaca que “A camponesa é uma mulher ocupada, preocupada em vestir (ela fia) e alimentar os seus (auto subsistência e confecção das refeições) e, se possível, trazer para casa um suplemento monetário a partir do momento em que o campo se abriu para o mercado [...]. Portanto, a mulher do campo desde a sua infância aprende que o trabalho da agricultura é o meio que possibilita o sustento de sua família. Desde o acordar até o momento de deitar-se na cama para dormir, as camponesas pensam nas ocupações da roça que terão que desenvolver no dia seguinte, reconhecendo que são atividades de suma importância para que possam alimentar os seus, reforçando a ideia de que a subsistência da família não parte apenas do trabalho assalariado, pois é fruto da agricultura familiar.

Ana Cláudiana, além de ser agricultora desde a infância, também era estudante, vislumbrada pelas possibilidades que o conhecimento lhe oferecia para desfrutar das diversas linguagens que transforma o olhar e a forma de perceber o mundo. Acerca disso, Cláudiana explica: “*comecei o terceiro ano, mas não tive como terminar, foi no tempo que eu me casei e vim pra cá e não terminei, só o terceiro ano nesse caso. Geralmente o que puxa mais é o terceiro científico, mas eu casei em 2004*” (Entrevista concedida por Ana Cláudiana, em julho de 2023, na cidade do Crato-CE). Assim como milhares de mulheres, Ana Cláudiana também teve que renunciar ao estudo para assumir o compromisso do matrimônio, se dedicando ao lar, atribuindo seu tempo de vida ao esposo e aos filhos. Contudo, o trabalho de agricultora, permaneceu fazendo parte da sua dinâmica cotidiana, porém,

como elucida Sousa e Guedes (2016, p. 128) “O acentuado conflito entre trabalho e família é o resultado da não harmonização dos avanços femininos no campo profissional com o relaxamento das responsabilidades relativas ao cuidado familiar”.

Isso ocorre porque em um passado não muito distante, o conhecimento científico era negado às mulheres, sobretudo, as camponesas, para o público feminino era destinado apenas a educação voltada para o cuidado com o lar e com a família, firmados na concepção de que era preciso apenas educar as meninas e não permitir a instrução do ensino e aprendizagem. Sobre isso, Perrot (2019, p. 93) descreve como era entendida e educação de mulheres no século XIX, destacando que nesse período era “[...] preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para os seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe [...]”.

Todavia, é lamentável que mais uma mulher precise renunciar à vida pública, dos estudos e da possibilidade de ingressar na universidade, para se dedicar exclusivamente as funções domésticas predeterminadas as mulheres pela sociedade patriarcal⁴, sejam elas do campo ou da cidade. Ana Cláudiana da Silva Oliveira, mulher negra, com 44 anos, agricultora e sindicalista, filha de agricultores e mãe de duas adolescentes, nasceu na cidade de Farias Brito-Ceará, permanecendo até os seus 25 anos de idade, somente depois do seu matrimonio passou a residir no Sítio Currais, Crato-CE, onde vive desde 2004.

A LUTA COLETIVA DAS CAMPONESAS POR EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Perrot (2019) em seu livro *Minha história das mulheres*, destaca de forma coerente que a história das mulheres é tecida em meio a muita luta,

⁴ “O conceito de patriarcado permitiu que se percebesse que, de diferentes modos, as mulheres são dominadas e exploradas. Embora seja um conceito complexo e controverso, neste livro vamos defini-lo, para melhor compreendê-lo, como um conjunto de relações hierárquicas entre homens e homens, mulheres e mulheres e homens e mulheres, que se caracterizam pela opressão de mulheres” (AUAD, 2003, p. 54).

em busca de superar a invisibilidade que permeia as nossas trajetórias de forma secular. Acerca disso, na conversa que tivemos com Ana Claudiana a mesma demonstrou ter uma trajetória de muita dificuldade, mas ao mesmo tempo carregada de saberes que empoderam sua existência enquanto mulher do campo, pois ela aponta que ao ir para os movimentos sociais, como por exemplo, para Marchas das Margaridas “vamos levar propostas e trazer respostas de lá também, levar a luta do povo docampo, pelo o nosso bem viver.” (Entrevista concedida por Ana Claudiana, 2023)

Contudo, na história registrada não é comum termos acesso a participação das mulheres nesses processos históricos. Isso porque, como mencionam Lorenzone, Seibert e Collet (2020, p. 14) as “[...] desigualdades e injustiças, impostas pela perversidade do capitalismo e do patriarcado, nós, como mulheres, vivíamos no anonimato e invisibilizadas.” Em função disso, as camponesas passam a problematizar os contextos em que tinha suas vidas entrelaçadas. É nesse momento em que essas mulheres começam a sentir a necessidade de se organizar. Sobre esse assunto Ana Claudiana problematiza que:

Faz pouco tempo que entrei no concelho de base, mas já tem muita proposta pra gente correr atrás e entrar mais gente, porque tem muita gente que é esfraquecido demais mulher, não tem coragem para lutar com nada, tem gente que só tem coragem para almoçar, jantar e dormir. (Entrevista concedida por Ana Claudiane, 2023)

Diante das afirmações de Claudiane, podemos perceber seu anseio para a construção da luta coletiva, pois sua importância se demonstra fundamental para a união de todos que querem o bem viver de sua comunidade. A edificação da luta coletiva torna-se essencial para o fortalecimento das ações e possibilitando negociações referentes a luta do campo, sendo capaz de mobilizar a mulher campesina na construção e permanência nas relações sociais compartilhadas.

Por esse motivo, Ana Claudiane, de forma profícua, resgata em sua narrativa a necessidade de continuarmos vigilantes e aguerridos na luta

pela educação do campo, para que não tenhamos que retroceder e dar passos atrás em relação aos direitos já conquistados, reforçando que a educação do campo deveria ser valorizada e não precarizada, como vem acontecendo. Salientando assim, o pensamento de que “Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal” (ARROYO; CALDRT; MOLINA, 2011, p. 150). Acerca disso, Claudiana destaca:

Não tinha, nós lutamos e muito. Porque no sítio aonde eu morava não tinha escola, todos que estudavam tinham que andar no mínimo duas léguas para chegar na pista para poder ir para escolar. Por conta da dificuldade os pequeninhos não iam para escola porque não acompanhavam os maiozinhos para ir a pé e não tinha transporte. Aí foi aquela polêmica e conseguiram escola, quando eu vim fazer minha alfabetização eu tinha sete anos. Foi quando eu vim entrar na escola porque no sítio onde eu morava não tinha escola. Mas mesmo assim, eu entrei muito tarde, mas eu não me arrependi de jeito nenhum e hoje em dia é tudo fechando as escolas do campo, aonde era para ser mais valorizada (Entrevista concedida por Ana Cláudiana, em julho de 2023, na cidade do Crato-CE).

Essa fala reforça que nos últimos anos temos notado avanços destinados ao campesinato, sobretudo, no que concerne à educação, e é justamente por isso que Ana Cláudiana considera importante barrar quaisquer tipos de retrocessos cogitados, seja a nível federal, estadual ou municipal. Contudo, a realidade se apresenta não favorável aos camponeses(as), dado que a redução dos recursos voltados para a educação tem impossibilitado a permanência das políticas sociais e educacionais destinadas a população, sobretudo aqueles que se encontram nas áreas rurais, pois lamentavelmente nos últimos anos “[...] vemos o direito à educação no e do campo, fruto de muita luta organizada, sendo extinto, com emendas (in)constitucionais e cortes orçamentários” (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 46).

A luta pela educação representa para as camponesas a possibilidade de esperançar e reivindicar em prol de uma sociedade mais justa

e igualitária para todas as pessoas, entendendo que “A luta social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias, para que fiquem diferentes do que são. É a experiencias de que quem conquista algo com luta não precisa ficar a vida toda agradecendo favor” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 99). Referente a isso, Ana Claudiana nos emociona descrevendo a luta coletiva como uma necessidade de se manter aguerrida, apontando:

A gente tem que correr atrás e entrar mais gente, porque tem muita gente que é enfraquecido demais, não tem coragem para lutar por nada, tem gente que só tem coragem de almoçar e jantar e dormir. [...] Eu continuei lutando e tô aqui o que tocar pra mim eu vou. As vezes a minha menina diz assim: “Mãe, mãe faz demais, o povo vive correndo atrás de mãe pra alguma coisa.” Aí eu digo: Sabe porque que eu vou? É porque mais tarde pode ser que eu precise e aí vem uma pessoa lá de fora e pode me acudir. E eu nasci como essa missão de ajudar, de sofrer, de lutar até enquanto vida tiver, eu tô aqui. (Entrevista concedida por Ana Claudiana, em julho de 2023, na cidade do Crato-CE).

Nessa parte da narrativa, Ana Claudiana deixa nítido que a luta coletiva é o caminho para conquistar direitos e viabilizar a dignidade e o bem viver do seu povo. Esse entendimento dialoga com o pensamento de Arroyo Caldart e Molina (2011, p. 152) quando propõe sabiamente que “[...] todos precisamos ajudar a colocar as questões da educação na agenda de cada um dos sujeitos do campo: das famílias, das comunidades, dos movimentos sociais e de outras organizações populares”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reivindicações e as formas de luta levaram as camponesas a traçarem ideias de enfrentamento, evidenciando que elas acreditavam nas transformações sociais e confiavam que iriam alcançar o sonho de uma sociedade humanamente igualitária. A partir disso, identificamos que para Ana Claudiana não basta sentir revolta, é preciso levantar e mostrar a não aceitação das injustas e desiguais formas que instâncias

governamentais se posicionam quando o assunto gira em torno do campo e da cidade, pois, quando se trata dessa questão, é notório o fato de que os nossos representantes políticos optam por não ouvir os povos campesinos, para que assim, possam submetê-los ao êxodo rural, já que para ter acesso aos recursos básicos como saúde, educação, cultura e lazer seria mais fácil morar na zona urbana da cidade. A narrativa de Ana Cláudiana, nos ensina que a luta coletiva é necessária, e essa compreensão dialoga diretamente com o memorial apresentado pelas pesquisadoras na introdução desse texto, já que também elas acreditam que somos mulheres que lutamos para conquistar espaços e adquirir direitos sociais. A priori mencionamos que nos movimentos sociais acreditamos que “só a luta muda a vida” e que “eu sou, porque nós somos” enfatizando que se organizar na luta é o caminho para transformar a sociedade. E foi justamente isso, que fez com que houvesse uma união contra o desmonte da educação campesina nas comunidades rurais, como foi o caso do sítio Currais, lugar de moradia de nossa entrevistada.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. In: Por uma Educação do Campo. 5º ed. Vozes, p. 65-86. Rio de Janeiro, 2011.
- AUAD, Daniela. **Feminismo que história é essa?** Ed: DP&A. Rio de Janeiro, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2010. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L_1977_-Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf. Acessado em: 04 jan. 2024.
- CASTRO, E.G.; **Juventude do campo.** (Orgs) CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO Gaudêncio. In: **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CONTE, I.; CALAÇA, M.; TABORDA, N.W. **Divisão Sexual do Trabalho.** (Orgs) MEZADRI, M.A; CIMA, J.I.; TARBOADA, N.W. In: **Feminismo Camponês Popular:** reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas. Expressão Popular. Dezembro, 2020.
- HADDAD, Sérgio. **Direito à Educação.** In. Dicionário da Educação do Campo. (Orgs): CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (217-224). Expressão Popular. São Paulo, 2012.

LORENZONI, C.; SEIBERT, I. G.; COLLET, Z.; **Movimento de mulheres camponesas: veredas de muitas histórias.** (Orgs) MEZADRI, M.A; CIMA, J.I.; TARBODA, N.W. In: **Feminismo Camponês Popular:** reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas. Expressão Popular. Dezembro, 2020.

LORENZONI, C; SEIBERT, I. G; COLLET, Z. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, A. M; CIMA, J. I; TABORDA, N. W; GASPARETO, S. A. K; COLLET, Z (org). **Feminismo Camponês Popular.** São Paulo: Outras expressões, 2020, p. 13- 31.

MANZINE, L. **A história oral: teoria e metodologia.** São Paulo: Unicamp, 2010.

MATOS, Margaret de; SOUSA, E. Lourenço de; MUNARINI, Camila. ESCOLA É “VIDA NA COMUNIDADE”: ANÁLISE SOBRE FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO. **Revista Grifos** – Unochapecó. DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i55.5859> | Edição Vol. 31, Núm. 55, 2022.

MUNARINI, A.S; CINELLI, C.; CORDEIRO, R.P. **A Luta das Mulheres Camponesas:** da invisibilidade para sujeitos de direitos. (Orgs) MEZADRI, M.A; CIMA, J.I.; TARBODA, N.W. In: **Feminismo Camponês Popular:** reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas. Expressão Popular. Dezembro, 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Berenice Gomes. **A Marcha das Margaridas:** resistência e permanecia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R.; **A desigual divisão sexual do trabalho:** um olhar sobre a última década. Estudos Avançados, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPD-VW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 6 dez. 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PROTAGONISMO FEMININO NA BANDA DE UM CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DO SUL DO BRASIL (1960-1976)

Thais Sauco Socca¹
Luana Zambiazzi dos Santos²

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o desdobramento de uma pesquisa³ que se originou no coletivo “ETNOSÔNICAS: Grupo de Estudos em Etnomusicologia”⁴, vinculado à Universidade Federal do Pampa (RS). Neste contexto, o interesse por temas que exploram a interseção entre gênero e música motivou a realização de uma pesquisa etnomusicológica de caráter histórico, focada em um conservatório de música localizado em Bagé, Rio Grande do Sul. Situada na região da campanha do estado, Bagé desempenhou um papel significativo no processo de estabelecimento dos conservatórios de música no sul do Brasil durante o início do século XX, juntamente com iniciativas semelhantes em outras regiões, incluindo a capital e outras cidades do interior.

Na ocasião da pesquisa, focamos nas construções de gênero articuladas na banda marcial do Instituto Municipal de Belas Artes Profª. Rita Jobim Vasconcelos (IMBA), especialmente nos primeiros anos de atuação. Emergido em meio às políticas artísticas em andamento quanto

¹ Licenciada em Música (UNIPAMPA). CV: <http://lattes.cnpq.br/9119895674192485>

² Doutorado em Música (UFRGS). Docente (UNIPAMPA). CV: <http://lattes.cnpq.br/8686171159500113>

³ A pesquisa e defesa de monografia foram realizadas em 2019 e o trabalho pode ser acessado por meio do link a seguir: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4830/1/TCC%20THAIS%20SOCCA%202019.pdf>

⁴ O “ETNOSÔNICAS: Grupo de Estudos em Etnomusicologia” é liderado pela profa. Dra. Luana Zambiazzi dos Santos, está vinculado ao Curso de Licenciatura em Música da UNIPAMPA e foi criado a partir das demandas locais de estudantes para aprofundar assuntos vinculados ou transversais à Etnomusicologia. Está cadastrado no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq e também é uma consequência da nucleação de grupos de pesquisa no Brasil - neste caso, a partir da experiência formativa da líder junto ao GEM - Grupo de Estudos Musicais (UFRGS).

ao ensino de música na estrutura conservatorial do primeiro quarto do século XX, teve sua banda criada quase quatro décadas depois de sua fundação (BARRES, 2016). Apesar desse tempo entre a fundação do Instituto, em 1921, e a criação da banda, em 1958, entendemos que os arranjos conservoriais e as construções de gênero estão conectados. Não é por acaso, então, que, de acordo com o pesquisador e educador musical Rafael Silva (2019), desde a fundação do IMBA, relações de gênero estão entremeadas ao seu fazer musical⁵ (SILVA, 2019).

A pesquisa em questão investigou a participação feminina na banda de música do Instituto Municipal de Belas Artes (IMBA) em Bagé, focando nos anos 1960 e 1970 - e, com isso, as subjetividades presentes junto ao grupo. A análise começou com uma pesquisa exploratória nos arquivos municipais, ancorada nos princípios do historiador Carlos Bacellar (2008), quanto à lida com documentos de época. Optamos por este período histórico - de 1960 a 1976 - devido à presença narrada como majoritariamente feminina no grupo. Adotamos uma abordagem inspirada na perspectiva da história oral (ALBERTI, 2008), entrevistando três ex-alunas da banda. Suas histórias destacaram a importância das experiências musicais na banda durante a juventude, afetando suas carreiras musicais subsequentes. As conversas também revelaram como suas memórias compartilhadas contribuíram para seus projetos de vida e levaram-nos a reconhecer que o compartilhamento de suas memórias também se tratava da partilha da construção de seus projetos (VELHO, 2003) em suas trajetórias.

Neste trabalho, especificamente, buscaremos descrever o protagonismo feminino na prática musical da banda, junto a alguns dos seus agenciamentos, “pistas” de criatividade e inovação, por meio da memória de algumas de suas integrantes na época.

Fundamentalmente, pautamo-nos nas proposições precursoras de musicólogas feministas, como é o caso de Susan McClary. Em

⁵ De acordo com o autor, as relações de gênero são elementos fundamentais para compreender as políticas institucionais quanto ao ensino de música no contexto local, regional e, até mesmo, no Brasil.

sua obra “Feminine Endings” (2002), Susan McClary aponta que, ao estudar a música, também se estuda a história social e cultural daquela sociedade, incluindo convenções, narrativas e construções de gênero. Para McClary (2002, p. 8), a música não é passiva na sociedade, sendo atravessada por modelos sociais e de gênero, e nela esses modelos são manifestados, adotando-os ou negando-os⁶.

Para nós, explorar os processos de construção de gênero na banda do IMBA também se filia às bases etnomusicológicas para a pesquisa, na lida com fontes históricas e incorporando referenciais feministas da (Nova) Musicologia e da Sociologia da Arte - atentas às contribuições fundamentais da intelectualidade negra e feminista. Nesse sentido, buscamos também dialogar com a estudiosa bell hooks, autora de Teoria Feminista (2019), ao ponderar sobre as interseccionalidades para refletir sobre gênero.

Neste sentido, buscamos compreender as vivências músico-sociais das interlocutoras na banda como parte das memórias, projetos e, consequentemente, campos de possibilidades das participantes, no sentido proposto pelo antropólogo Gilberto Velho (2003). Neste cenário, em que as alunas constituíam a maioria narrada como feminina no grupo, percebemos que as vivências musicais associadas à banda estavam diretamente conectadas ao formar-se mulher, às relações entre gênero e instrumentos musicais e também aos agenciamentos musicais das estudantes e da regente.

DESENVOLVIMENTO

⁶ A temática entre música e gênero, tão bem refletida e discutida por Susan McClary e suas adeptas, responde também a algumas das perspectivas etnomusicológicas já em andamento na década de 1980. A (por certo tempo chamada) “Nova Musicologia”, movimento no qual Susan McClary atuou intensamente, inspirou-se também em reflexões etnomusicológicas, além dos estudos feministas de então e de maneira simultânea ao “despertar” para as questões de gênero na sociologia da arte. Ao situar-se como uma etnomusicóloga feminista, Ellen Koskoff (2014) precisamente relata que a convergência dos estudos de gênero (e classe) entre os campos destinados ao estudo da Música contribuiu para quebrar (ou tentar quebrar) já antigas e cristalizadas divisas ou barreiras entre Etnomusicologia e Musicologia (KOSKOFF, 2014, p. 70).

Segundo Lucas Barres (2016), a partir de 1960, dois anos após sua fundação, a banda passou a ser liderada e regida pela professora Neiva Martinez, do IMBA, que se manteve à frente do grupo até 1983. A banda contava com cerca de cem participantes⁷, com idades entre 9 e 16 anos, sendo a maioria narrada como feminina.

Pelo que percebemos, as construções de gênero na prática musical da banda parecem atravessar as próprias relações com os instrumentos musicais, como pode-se notar a partir deste relato:

Basicamente os meninos faziam percussão, porque era mais pesado, e as meninas escaleta, por conta do piano, né? Só tinha meninas no piano, então só tinha meninas na escaleta, e na flauta até tinha alguns guris, mas era mais na percussão [...] Ah, sim, esqueci de dizer. Sim, os metais eram sempre os guris. [...] Eu cheguei... A Neiva e eu chegamos a fazer umas aulas [com o professor de cornetas] mas não continuamos, desistimos. Não deu... Lembro que tinham outras gurias [...], mas não seguiram também. [...] Por causa da embocadura e da força, eu acho. Tinha uma diferença física e do próprio estudo, né?" (Entrevista realizada em 04/10/2019 com Eliana Vaz Huber).

A fala da interlocutora parece-nos informar algumas normatividades de gênero e constrangimentos músico-sociais a elas vinculados, como a incorporação do que é esperado do “feminino” e do “masculino” na própria prática nos instrumentos musicais da banda, em sintonia com o que a socióloga Marie Buscatto (2016) aponta:

Vê-se, então, que essa orientação generalizada das práticas se situa tanto nas socializações de gênero atuando desde a pequena infância quanto nos modos de organização das práticas da idade adulta. Vê-se, ainda, que certos espaços artísticos – dança, voz ou cordas – são, nas sociedades ocidentais contemporâneas, associados aos

⁷ Sua formação era composta por tais instrumentos: cornetas, tubas, escaletas, flauta doce, caixas, surdos, pratos, tarol e bumbo.

registros “femininos” da suavidade, da emoção, da troca ou da graça (Baudelot, 1998), enquanto outros espaços – instrumentos de sopro, direção de orquestras, romances policiais ou rock – são, em vez disso, associados com os registros “masculinos” da técnica, da virilidade, ou da afirmação de si mesmo (Connell, 1995; Tabet, 1979). Imaginários sociais organizam as maneiras como são percebidos certos instrumentos, práticas, especializações como “femininas” ou “masculinas” e influenciam as escolhas feitas nas práticas desde a primeira infância (BUSCATTO, 2016, p. 9).

Junto a essas orientações musicais vinculadas a gênero, no âmbito histórico deste estudo, a banda do IMBA costumava participar de “atividades cívicas” como hasteamento da bandeira, desfiles na “semana da pátria”, e na “semana do radialista”. Longe de se manifestar de maneira isolada em relação ao contexto local e, obviamente, macrossocial, a banda parecia materializar o propósito social de uma instituição como o IMBA.

Em sua pesquisa sobre a emergência do conservatório em questão, o educador musical Rafael Silva (2019) aponta as práticas educativo-musicais na instituição como parte da mudança de paradigma de gênero de “dote” para “prenda” do início do século XX. O autor situa o que chamou de “divisões de gênero” no conhecimento musical do IMBA no

processo de criação e consolidação das instituições públicas de ensino de música em Bagé. Diversos indícios apontam para um entendimento comum, na sociedade bageense, que via o IMBA não só como uma política de educação musical, mas também de educação feminina, um conceito que faz toda a diferença no período estudado (SILVA, 2019, p. 178). (grifo nosso).

Desta maneira, a atuação da banda do IMBA nas referidas “atividades cívicas” participava do processo de tornar pública a relação entre as expectativas e os propósitos para a instituição e, ao mesmo tempo, a sua reprodução, por parte das performances musicais.

Precisamos salientar, obviamente, a interrelação destas participações da banda com as diversas esferas dos contextos socioculturais e políticos de então. Especificamente, as memórias compartilhadas pelas interlocutoras também permitiram à pesquisa notar como a banda lidava com o próprio contexto de ditadura militar. Ao recordar dos repertórios e coreografias uma das interlocutoras relata:

Década de setenta, né? Era tudo “Brasil, ame-o ou dei-xe-o”, toda aquela coisa. [...] O cívico né, era muito cívico, toda a história, né?! de ordem unida [...]. Lembro até que alguma vez a Neiva tinha medo de uma música... Do governo não aceitar uma música porque não era assim [cívica], mas eu não lembro que música era (Entrevista realizada em 04/10/2019 com Eliana Vaz Huber).

No relato da interlocutora, percebe-se uma estreita ligação entre esse grupo musical e os princípios de ordem e hierarquia promovidos pelo regime. As bandas, muitas vezes, são narradas como parte dos estudos de “Moral e Cívica”, e serviam como veículos de doutrinação e conformidade ideológica, refletindo os valores e as ideologias do governo militar da época. Conforme observado por Montoito e Velasco (2019), ao estudarem a banda de uma escola de Pelotas/RS dos anos 1960 e 1970, a submissão à hierarquia se fazia presente tanto nos livros de EMC (Educação Moral e Cívica) quanto nas vivências dessas bandas. Essa interseção entre música e política demonstra como as bandas escolares não apenas refletiam, mas também eram utilizadas ativamente para perpetuar as ideologias e os valores do regime militar.

Embora esta relação com contexto militar possa parecer algo “meramente” impositivo, é preciso salientar o quanto a interação com as esferas de poder também passa por negociações, mais do que meras “reproduções”; na banda, a prática musical (qual música tocar ou não, como mostra o trecho de entrevista anterior) parece afetar e ser afetada pelo entorno. Apesar de esta ser uma inferência talvez óbvia, é fundamental para chamar a atenção para o protagonismo exercido, por exemplo, pela professora Neiva. É neste sentido que entendemos que

as construções de gênero da época, ao mesmo tempo em que “ditavam” muitas das práticas musicais da banda, também eram por elas dinamizadas e, talvez, reconceituadas.

Um dos elementos que nos leva a refletir desta maneira tem a ver com a memória de inovação atribuída à professora Neiva Martinez. Seu nome foi mencionado pelas colaboradoras da pesquisa diversas vezes, geralmente atribuindo a ela uma imagem de grande engajamento com a banda, com práticas musicais criativas para o contexto, além de grande admiração por parte de suas ex-alunas, como mostra esse trecho da conversa com uma das colaboradoras:

Então a Neiva é uma pessoa muito especial, e eu acho que ela incentivou muita gente a fazer música. Porque ela era criativa, inteligente (Entrevista realizada em 04/10/2019 com Eliana Vaz Huber).

[...] a Neiva sempre foi, com toda certeza, nossa inspiração, toda aquela vivacidade, todo aquele amor pela música, assim. Isso que nos conduziu muito, tanto que sou professora agora (Entrevista realizada em 02/09/2019 com Oraides Silva).

A partir dos relatos das estudantes, retomamos o quanto as vivências musicais adquiriram marcas aparentemente indeléveis às suas trajetórias. Mais especificamente, chamamos a atenção para as imagens que foram construindo sobre uma dirigente/regente/professora mulher à frente do grupo no cotidiano de ensaios e apresentações musicais. Interpretamos que a presença da dirigente e proposições consideradas inovadoras naquele contexto sociocultural, junto à prática musical na banda, percebida como positiva pelas alunas, por meio das vivências músico-sociais na banda, possibilitaram às estudantes a projeção de uma vida musical como profissão. Seguindo com Gilberto Velho (2003), as vivências parecem ter materializado um campo de possibilidades que trouxesse às suas trajetórias a possibilidade de ver no trabalho com música estratégias de autonomia profissional. Neste sentido, por mais

que o conceito de campo de possibilidades de Gilberto Velho possa ser lido como uma zona relativamente hermética de ações e escolhas na trajetória de indivíduos, ousaríamos inferir que estas estudantes, ao perceberem uma liderança e protagonismo feminino no campo musical, buscavam desenhar novos horizontes no que se refere às construções de gênero em suas trajetórias.

Realçamos esses projetos porque parecem dar “pistas” de contraposição ao sentido que instituições como o IMBA propunham-se no contexto bageense. Como anteriormente relatado, o IMBA parecia “cumprir” o “papel” de instituição de educação (musical) feminina (SILVA, 2019), em um meio aparentemente conservador, voltado para formar mulheres artisticamente como parte da normatividade de gênero (BUSCATTO, 2016), em um sistema patriarcal. Então, poderíamos interpretar que a própria escolha destas estudantes em perseguir uma carreira musical vinculada às vivências na banda parece transgredir a referida normatividade, estimulando-as a seguir no campo da Música como vida profissional, mais do que (ou não apenas) como reprodução do paradigma da “prenda” (SILVA, 2019).

A partir da pesquisa, percebemos que o “papel feminino” na banda não necessariamente ficava reduzido à subordinação de gênero, pois as participantes agenciavam escolhas, criatividade e inovação musical. Um exemplo desses agenciamentos pode ser notado pela narrativa da ex-regente da banda Neiva Martinez, em roda de conversa promovida pelo projeto de extensão “Memórias do ensino de música em Bagé”⁸, em torno dos seus 79 anos, onde conta:

Eu usava disciplina, mas já adentrando na liberdade. Na liberdade de expressão, na liberdade de roupa, na alegria de vida. Porque as alunas do IMBA eram só alunas e os meninos eram pequenos, não participavam [...]. Mas, o

⁸ Evento promovido pelo projeto de extensão Memórias de ensino da Música em Bagé e região vinculado ao Curso de Música da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé, e sob coordenação do prof. Rafael Rodrigues da Silva, durante os anos de 2017 e 2018. A entrevista com a profa. Neiva Martinez pode ser acessada no link <https://www.youtube.com/watch?v=uO08RCfHSwQ>

negócio da saia [peça componente da indumentária das instrumentistas da banda] era o seguinte: era uma saia muito comprida, e eu usava de uma artimanha de um elástico, que eu usava para subir a saia para ficar mini [-saia]. As mães não sabiam que desfilava [de] mini, porque elas só olhavam a beleza, né? Isso já era o moderno, a mulher moderna, a mulher decidida, que faz o que gosta sem fazer o que não deve (Memórias do Ensino de Música, 2017).

Nesse relato, somado a diversas memórias de entrevistadas acionando “inovações” como essas por parte de Neiva, podemos interpretar o posicionamento e escolhas da regente estando de acordo com alguns valores conservadores da época, mas, ao mesmo tempo, rompendo com ao menos algumas das “normas” e leituras atribuídas freqüentemente ao feminino, ou o que poderia se esperar de uma banda feminina. Sem querer entender práticas como a relatada como “desviantes”, elas parecem exemplificar a escolha em inovar, em valorizar a criatividade ao lidar com as normas, de maneira explícita e levando para o espaço público (desfiles, por exemplo).

Novamente, ao interpretar algumas destas escolhas músico-sociais presentes nas vivências da banda do IMBA nas décadas de 1960 e 1970, podemos dialogar com Buscatto (2016), quando nos diz que:

[...] As meninas e os meninos, assim que entram no mundo, orientam-se de modo “natural” para as práticas associadas ao gênero; qualquer transgressão não só é difícil de imaginar, como também custa muito caro socialmente para aqueles ou aquelas que se aventuraram a sair do previsto (BUSCATTO, 2016, p. 9).

Tal afirmação da socióloga nos leva a compreender as vivências musicais na banda não apenas como significativas, mas como agentes potencializados por meio da prática musical. E mais: não se tratavam de momentos isolados, pois faziam parte do cotidiano de ensaios e apresentações, conforme percebemos pelos diálogos com

as interlocutoras. Eram estas vivências que as “levavam para a rua”, certamente ressoando as construções de gênero “vigentes”, mas também possibilitando sentirem-se, por meio da música, protagonistas, centrais na própria história do IMBA.

O caso aqui descrito também parece ser oportuno para refletir sobre a complexidade política das construções em torno do que era/é ser mulher no Brasil. Como mulher branca, em um espaço socialmente legitimado, de prestígio social - um conservatório de música -, Neiva possuía certa “margem” para o avanço criativo, aparentes “transgressões”, mas elas precisam ser decodificadas como a busca por mudança, por ações estratégicas, como pode ser apreendido a partir de seu próprio relato; isso, dentro de um território de prestígio - o musical. Ora, as perspectivas que consideram as práticas musicais em seu contexto sociocultural são unâmnimes ao compreender que qualquer mudança musical implica mudança social⁹. Desta maneira, as mudanças musicais propostas por Neiva tratavam-se de buscas por mudanças sociais junto àquela banda feminina.

Nesse sentido, é notável que aqui se rompe com a recorrência do modo de busca por poder entre mulheres brancas militantes justamente da geração de Neiva e sequentes, em que o objetivo do feminismo era “se apresentar como um movimento através do qual a mulher branca poderia usurpar o poder do homem branco, substituindo as regras da supremacia masculina branca pelas regras da supremacia feminina branca” (hooks, 2019, posição 1510). No caso das construções de gênero, do feminino e do protagonismo de Neiva e das instrumentistas da banda do IMBA, a constante lida com as normatividades, ao mesmo tempo em que a mentora “jogava” com os comportamentos de classe e padrões étnico-raciais, tornavam-a referência feminina e criavam, para as instrumentistas, possibilidades - no plural - de formar-se mulher naquela sociedade. Não é de se estranhar, portanto, que diversas de suas estu-

⁹ Um texto canônico no campo da Etnomusicologia, nesse sentido, foi escrito ainda na década de 1980 por Steven Feld. O próprio título dá uma ideia desta correlação entre vida social e musical: “Sound Structure as Social Structure” (estrutura sonora como estrutura social) (FELD, 1984).

dantes seguiram carreiras musicais, como já mencionamos, tornando-se músicas, professoras de música e, muito simbolicamente, maestrinas.

Reforçamos que o protagonismo feminino na Banda do Instituto Municipal de Belas Artes (IMBA) não apenas desafiou as normas de gênero estabelecidas, mas também abriu espaço para novas maneiras de se formar mulher, contrastando com outras narrativas de bandas no Rio Grande do Sul, como no estudo sobre as imagens de desfiles no contexto de Estado Novo e de Ditadura Militar da banda da escola da cidade de Osório (RS) (OLIVEIRA, DAMINELLI, MAINERZ; 2016). Nesse contexto, as autoras afirmam que, de modo geral, “as bandas [escolares] serviam tanto para domesticar os corpos infantis, como para civilizar a população que assistia as apresentações dessas bandas” (OLIVEIRA, DAMINELLI, MAINERZ; 2016, p. 615). E mais, de acordo com o estudo mencionado no artigo, ao analisar a indumentária das crianças participantes da banda da escola em uma fotografia da década de 1970, fora do contexto de desfile,

cabia à mulher o privado, o que está em consonância com o grande número de meninas que optaram por utilizar vestimentas relacionadas às atividades do lar e à maternidade. Como mencionado anteriormente, além de donas de casa, havia também enfermeiras, atividade considerada eminentemente feminina e, assim como a docência do ensino primário, relacionada às características consideradas femininas, como sentimento maternal e cuidado (OLIVEIRA, DAMINELLI, MAINERZ; 2016, p. 613-614).

O contraste entre a abordagem inclusiva da Banda do IMBA e o cenário de outras bandas, como a descrita no artigo citado (OLIVEIRA, DAMINELLI, MAINERZ; 2016), é marcante. Enquanto as autoras observam que bandas da região relegavam as meninas a papéis tradicionalmente femininos, como o de balizas, na banda do IMBA, as mulheres ocupavam posições musicais ativas e de liderança. Essa análise ressalta o protagonismo feminino no contexto de nosso estudo,

destacando como esse ambiente proporcionou às suas integrantes possibilidades de formação e atuação profissional que divergiam das normas tradicionais de gênero da época.

Note-se que, no que se refere às construções de gênero, para as participantes da banda do IMBA entre 1960 e 1976, pode-se afirmar que se mostravam distantes de um caminho único e ligado ao privado, já que a atuação da mulher nas artes parecia demandar a lida com constrangimentos sociais diversos, normatividades, sim; mas, também, com possibilidades, escolhas, versatilidade, inovação e criatividade. Ao explorar um campo muitas vezes considerado “específico”, o artístico-musical, parecem haver certas concessões sociais para explorar a performance da vida, o que abre espaço para aparentes transgressões. É nesse espaço que meninas podem vislumbrar futuros para além de uma vida pré-determinada pela sociedade (patriarcal).

Independentemente de terem seguido carreiras musicais, as instrumentistas da banda do IMBA parecem ter acompanhado uma idealizadora criativa sem necessariamente terem compreensão, naquele tempo, da magnitude e complexidade de suas “invenções”; quem sabe ali estava sendo plantada, por meio da música, a semente do pensar além do previsível, do desafiar o que está posto, de construir as mulheres do futuro - e talvez esse seja o mais profundo impacto da banda do IMBA em sua configuração feminina.

CONSIDERAÇÕES

Este texto pretendeu explorar as complexas interações entre práticas musicais e o protagonismo feminino em um contexto singular: uma banda marcial em meio a um ambiente normalmente conservador e autoritário. Ao examinar essa dinâmica, revela-se não apenas a capacidade da banda de refletir e possivelmente perpetuar as normas de gênero predominantes, mas também seu papel crucial na resistência e na redefinição dessas normas. Em um período marcado por imposições sociais rígidas e limitações para as mulheres, a banda marcial se tornou

um espaço de resistência a outras imposições sociais e a resistência da construção do feminino. Nesse contexto, a figura da regente emerge como um símbolo poderoso de liderança e inspiração, desafiando não apenas as convenções musicais, mas também as expectativas de gênero. Sua presença não apenas incentivou as alunas no tempo-espacô do banda, mas também as encorajou a reivindicar a ampliação do campo de possibilidades dessas alunas.

A pesquisa mostra que a banda fez parte de um processo de protagonismo dessas mulheres em seu meio musical-social e histórico. Também possibilita e motiva novas pesquisas que investiguem o papel de mulheres musicistas não apenas como reproduutoras de normatividades, mas como sujeitos com escolhas, criatividade e inovação. Ao mesmo tempo, a pesquisa também possibilita vislumbrarmos novas discursividades para os percursos das bandas marciais no Brasil, cujas “histórias” ainda centralizam-se em protagonismos masculinos mediante estes agrupamentos musicais. Também, antevemos a importância de se explorar, no futuro, questões de classe e étnico-raciais vinculadas a estas práticas musicais.

Por fim, realçamos que esta é uma escrita por mulheres sobre mulheres, em que as memórias diversas vezes ressaltaram a relevância pessoal e social de espaços que estimulem vozes femininas social e artisticamente, reflexão que buscaremos dar continuidade por meio de pesquisas sobre gênero no campo musical.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY. Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto, 2008, p. 155- 202.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos In: PINSKY. Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. São Paulo. Contexto, 2008, p. 23-79.
- BARRES, Lucas da Silva. **Avaliação comparativa de performances musicais de uma banda da cidade de Bagé, RS**. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em licenciatura em música) – Universidade Federal do Pampa, Música, Bagé, 2016.
- BUSCATTO, Marie. A arte segundo o ponto de vista do gênero: Ou revelar a normatividade dos mundos da arte. In: QUEMIN, Alain; VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). **Arte e vida social**:

Pesquisas recentes no Brasil e na França. Online: Marseille OpenEdition Press, 2016, p. 01 - 23. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/1477>. Acesso: 20 out. 2020.

FELD, Steven. Sound Structure as Social Structure. **Ethnomusicology**, vol. 28, n. 3, p. 383-409, set. 1984.

hooks, bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva S/A. Edição do Kindle, 2019.

KOSKOFF, Ellen. **A feminist ethnomusicology: writings on music and gender**. Urbana, Chicago e Springfield: University of Illinois Press, 2014.

McCLARY, Susan. **Feminine endings: music, gender, and sexuality**. Minneapolis: University of Minnesota, 2002.

MONTOITO, Rafael; VELASCO, Rafael de Souza. Ecos morais e cívicos: uma análise do ambiente de uma banda marcial em tempos de ditadura. In: GUILHERME, Willian Douglas (org.). **Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/ecos-morais-e-civicos-uma-analise-do-ambiente-de-uma-banda-marcial-em-tempos-de-ditadura>. Acesso: 20 maio 2024.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; DAMINELLI, Elisa; MEINERZ, Andréia. A formação da infância em regimes autoritários: desfiles cívicos e escola como espaço de divulgação do sistema político vigente. In: XII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, 2016, Medelim. **Memorias XII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**. Medelim: Editora da Universidad de Antioquia, 2016. v. 1. p. 603-615. Disponível em: <https://enqr.pw/6fDyj>. Acesso: 20 maio 2024.

SILVA, Rafael Rodrigues. **Ensino de música em conservatórios de Bagé – Rio Grande do Sul (1904 – 1927)**: Uma sociologia dos processos músico-pedagógicos na primeira república. Porto Alegre, 2019. 340. Tese (Doutorado em música). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Artes - Programa de Pós-Graduação em Música.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

Nota: uma versão preliminar deste capítulo foi apresentada e publicada no Seminário Internacional *Fazendo Gênero 12*, no ano de 2021.

A VIDA COMO ACONTECIMENTO ARTÍSTICO: PERFORMATIVIDADES DE GEORGINA DE ALBUQUERQUE

Paula de Souza Ribeiro Detoni¹

INTRODUÇÃO

Até a primeira metade do século XX a aproximação das Exposições Gerais de Belas Artes com a Corte imperial e, mais tarde, com os governos da Primeira República apresentou-se como componente junto ao desenvolvimento das artes plásticas no Brasil, aparecendo, muita das vezes, como vetor de interdição ante às transformações dos regimes de esteticidade no Brasil. De maneira paulatina, houve a produção de descontinuidades com os projetos oitocentistas, ainda muito ligados ao mecenato estatal. Esses movimentos ocorreram a partir de diversos agentes do campo artístico e pelas transformações nos modos de recepção dos públicos, cada vez mais refratários quanto às permanências percebidas junto aos cânones acadêmicos. A voz das artistas foi fundamental nesse processo de transformação, haja vista, por exemplo, um texto de Maria Francelina para o periódico *Brasil Feminino*, na edição 12, de 1933. Ao manifestar-se contra a insistência da ENBA em manter protocolos rígidos em sua dinâmica de funcionamento, a artista destacou como própria atuação feminina era afetada, além de como esta vinha sendo recebida com pouca consideração. O texto e o seu veículo de publicação reforçam mutuamente a importância dessa discussão, havendo a valorização das trajetórias das mulheres artistas no Brasil.

O estudo da trajetória de Georgina de Albuquerque (1885-1962) enquanto mulher e profissional das artes plásticas do seu tempo pos-

¹ Mestra em História (UFOP). CV: <https://lattes.cnpq.br/4753126967141303>

sibilita reflexões acerca da importância de ações e de movimentos em geral que fomentavam a criação e a atuação das mulheres não somente no campo artístico, mas em todas as searas da vida ativa. É nítido o processo de transposição de diferenças impostas pelos papéis sociais definidos por gênero. Algumas questões ainda podem ser percebidas atualmente como permanências históricas dessas imposições - foco das lutas feministas.

Veremos Albuquerque e outras mulheres se movimentando em busca de uma mudança na ordem social estabelecida na qual as artistas se inseriam através de transformações em seus projetos individuais, aspecto transparecido principalmente nas formas de se posicionar pela escrita, pela fala ou pela arte. Por meio das críticas e de notas sobre arte da imprensa, essa movimentação pode ser acompanhada de forma mais próxima, como apontaremos a seguir.

O CAMPO ARTÍSTICO E AS PERFORMATIVIDADES DE GÊNERO

Em 1926, na edição 377 da revista *Para Todos*, Adalberto Mattos (1888-1966) escrevia um texto sobre o Salão Feminino de Belas Artes, no qual o discurso oscila entre aclamar as artistas e insistir numa noção de definição do feminino. Mattos elogia copiosamente a “evolução estética feminina” alcançada sem implicar no abandono das sensibilidades femininas. Para o autor, a atuação das artistas deveria equilibrar o ideal aspirado com o encanto natural, ou divino, que era próprio das mulheres. Apesar das limitações na perspectiva de Mattos, ele observa que, em 1906, havia “apenas” duas artistas, Julieta de França (1870-1951) e Nicolina Pinto do Couto com destaque na cena das artes plásticas no Brasil. Podemos interpretar essa fala sob o ponto de vista de que “apenas” essas duas mulheres eram consideradas artistas, uma vez que se sabe, hoje, que havia um grande número de mulheres frequentando as escolas de arte e outros espaços do campo artístico. A consideração leva-nos, invariavelmente, a formação do cânone, em que se diminui a atuação das mulheres e se

elabora um panteão masculino e pautado por parâmetros críticos bastante rígidos pautados na lógica da inclusão/exclusão. De todo modo, no ano do Salão Adalberto Mattos celebrou o aumento desse número, citando alguns nomes de artistas que ele considerava promissoras, por “ordem hierárquica”: Julieta, Nicolina, Angelina Agostini, Regina Veiga, Georgina de Albuquerque, Angelina Figueiredo, Sylvia Mayer, Dinorah de Simas Enéas, Adelaide Gonçalves, Margarida Lopes de Almeida, Haydéa Santiago, Edith Aguiar e Sarah Villela de Figueiredo.

A partir de 1930, as participações de Georgina de Albuquerque no Salão Paulista de Belas Artes se tornaram mais frequentes e, em 1942, conquistou o 1º Prêmio Fernando Costa e a Medalha de Prata, sendo o primeiro oferecido pelo governo, e o segundo, pela ENBA. Em 1947, ganhou a Medalha de Ouro e o 2º Prêmio do Governo do Estado – Pintura, pela ENBA e pelo poder público estadual, respectivamente. Suas participações seguiram anualmente até 1953. Sua imagem enquanto mulher artista também se modificara. Para Nogueira (2017), esse movimento está em consonância com a mudança cuidadosa, porém perspicaz, de postura adotada por pela artista logo após 1920.

Uma das hipóteses a respeito dessa gama diversa e imagens de Georgina é que ela soube agenciá-las a seu favor, o seja, o fato de inicialmente optar por posar mais como mãe e esposa, enfatizando sua postura enquanto mulher que seguia as convenções sociais do período demonstra que ela não quis mostrar-se como transgressora das normas, embora fosse artista (NOGUEIRA, 2017, p. 158)

De fato, a pintora buscava equilibrar os fatos de ser mulher de seu tempo e de ter tido conquistas profissionais antes atribuídas somente a homens. Como nos foi possível evidenciar, a pintora não só acreditava em si mesma, mas, também, nas mulheres em geral. Não custa recordar que na tela *Sessão do Conselho de Estado que decidiu a Independência*, divisor de águas em sua carreira, a pintora já buscava deixar em evidência uma figura feminina como heroína política brasileira. Nogueira continua apontando que

já com o passar das décadas afirmar também o seu lado de pintora profissional serviu como estratégia para a construção de sua identidade enquanto artista de reconhecimento naquele momento, em que as condições sociais e institucionais ainda dificultavam o acesso às mulheres, que até poucas décadas atrás eram ainda taxadas como amadoras (NOGUEIRA, 2017, p. 159).

Partiremos agora para o estudo das outras formas de atuação de Georgina de Albuquerque, nas quais veremos uma grande variedade de funções. Nelas é interessante que notemos as relações construídas com as instituições e com as linguagens artísticas – pintura, desenho, penteados de cabelo, arquitetura etc.

Em 1931, *O Boletim de Ariel* dedicou um texto a uma série de exposições de obras de artistas brasileiros ocorrida nos Estados Unidos. Segundo o autor, o intuito principal da exposição era deixar de lado os ismos (impressionismo, realismo, modernismo) e mostrar aos estrangeiros o melhor nossa pintura. Entre as mulheres temos Georgina de Albuquerque, que apresentou *Festa Religiosa*; Anita Malfatti, com *Baianas* e *No Balcão*; e Tarsila do Amaral com *Morro da Favela* e *Religião Brasileira*. Essas obras foram elogiadas pela crítica americana, tendo algumas sido mencionadas como *of the land* – algo como “realmente pertencente ao Brasil”. Se a expectativa de que algo novo, ou revolucionário, fosse apresentado a expectativa foi alcançada. Houve elogios à representação de elementos socioculturais próprios do Brasil, e a exposição, que contava com 100 obras de 52 artistas, esteve em Nova York – no Museu Roerich, em Washington, e em várias outras cidades americanas. Ao fim do texto, o autor destaca que a “alma do empreendimento da Associação Brasileira dos Amigos do Museu Roerich”, local da exposição em NY, fora Albuquerque.

As conferências e as palestras promovidas pelas artistas também são um campo frutífero para a historiografia da arte. O *Diário Carioca*, edição nº 1321 de 1932, trouxera a nota “Uma conferência feminina e cheia de interesses e novidades”, organizada pela escritora Rachel Prado (pseudônimo de Virgínia Stella da Silva Cruz, nascida em Curitiba,

no ano de 1891, e falecida em 1943). Para proferir trechos da palestra foram convidadas artistas como Georgina de Albuquerque, Margarida Lopes de Almeida, Adriana Janacopolus, Marina Pádua, Regina Veiga, Gilda Abreu, Messodi Baruel, Eros Valesia, Celita Vaccari, Haydéa Santiago, Odelli Castelo Branco e Ogarita del Amico. A forma como as artistas tratam as suas atuações e como percebem a recepção dos seus trabalhos por meio de entrevistas, de conferências, de encontros, de salões e de textos críticos são recursos que podem e devem ser explorados no estudo de trajetórias das nossas artistas, para além das obras pictóricas, pois através dessas fontes é possível construir concepções acerca dos posicionamentos colocados em circulação e interação junto ao campo, bem como nos faz ver elementos de identidade de gênero na arte brasileira, além de revelarem importantes detalhes dessas vivências no caminho para a reafirmação das suas presenças e na luta pela igualdade nessa seara e na sociedade.

Em 1933, a publicação *Brasil Feminino*, na edição 12, traz em sua seção de Artes Plásticas suas impressões sobre o *Salão de Maio* ou *V Salão dos Artistas Brasileiros*. Na seção, a pintora Maria Francelina (1897-1979) apresenta uma concepção interessante. Criado por jovens artistas que desejavam se opor aos artistas acadêmicos, o objetivo do Salão era socializar a arte e a brasiliade. Francelina reforça a necessidade de se valorizar a iniciativa, que propunha um caminho alternativo ao de ter que “agradar uma corrente predominante”. Essa afirmação confirma a hipótese do processo de academização do impressionismo pela ENB, e do porque haveria, mais tarde, tantas oposições a ele. Por certo, a pressão por uma premiação nas Exposições desagrada os alunos, que se viam obrigados a cumprir com os padrões academizados para serem aprovados. A questão de Francelina não se ligava, contudo, ao Modernismo. A pintora alertava para os “falsos modernismos/modernos”, e os nomeou como “algo mal feito”. O desagrado principal com as Exposições era muito mais a respeito do engessamento de sua dinâmica educacional do que a respeito de um ensejo por uma nova forma de expressão estética, que no caso queria ser legitimamente

nacional. A preocupação de Francelina passou pela esfera política. Para a pintora, o espaço fechado da ENBA ligava-se aos privilégios da elite, não condizendo com uma sociedade democrática.

A discussão sobre as obras das artistas também pode ser vista na 3^a edição da *Revista Brasileira*, já em 1934. Analisando as obras apresentadas em uma exposição, o autor da nota falou da “arte feminina” em suas “evoluções”. A feminilidade foi colocada como algo negativo de se aparecer em uma obra, sendo algo que traía a sua artista. A masculinidade (era esse o termo) de certas obras feitas pelas artistas ganham os elogios. Atribui-se o feminino como um defeito da arte produzida pela mulher, e essa arte só ganhava valor quando se encontra o mais próximo possível de uma “arte masculina”.

À par das caracterizações de cada periódico e datas das publicações, o debate sobre a atuação das artistas dividiu opiniões. Há, entretanto, na maioria das vezes, uma polarização entre o que se atribui à feminilidade – o encanto, o divino, a delicadeza e a sensibilidade –, e o que se atribui à masculinidade – a racionalidade, o rigor, o detalhamento. Apesar de esse tipo de classificação não demonstrar intenção de restrição ou de direcionamento à atuação feminina, por vezes vemos os autores – homens, brancos e da elite, tratando também do feminino como o ponto fraco da mulher, o que por si só entrega o discurso machista. Na ocasião da exposição mencionada, as elogiadas foram Odelli Castelo Branco, Meyer Beer Barreto e Haydéa Santiago.

Por outro lado, já havia naquela época publicações voltadas ao público feminino que buscavam trabalhar com discursos feministas – ou, muito próximos a eles. É o caso da publicação *Wallyrias*, do Rio de Janeiro que, em sua 5^a edição, no mesmo ano (1934), apresentava um texto sobre Georgina de Albuquerque, que foi a autora da capa da edição, cujo tema era natalino. O texto destaca a luta de Albuquerque pela realização e pela consolidação da própria carreira e cita a artista como a “pioneira que luta contra a hostilidade dos homens pelo direito da mulher à intelectualidade. Artista e professora, Albuquerque é um

padrão de glória da cultura da mulher” (p. 26). A figura da artista nessa passagem se estende a vários outros âmbitos, na medida em que representa a luta pelo direito à intelectualidade, ao posicionamento público.

De fato, a atuação da artista se destaca, visto que a pintora não teme assumir responsabilidades das mais variadas em sua área de atuação – e em áreas próximas. A 24^a edição da *Walkyrias*, de 1936, noticiou a inauguração do Instituto Argentino-brasileiro Julia Lopes de Almeida, em homenagem à escritora carioca, idealizadora da Academia Brasileira de Letras. Criado em Buenos Aires pela Sra. Del Barco Piñero e pela brasileira Rachel Crotman, Albuquerque atuou nele como secretária artística.

No ano de 1941, a Associação dos Artistas Brasileiros promoveu um debate sobre o desenho infantil e suas práticas de ensino nas escolas e acompanhamento pelos pais ou responsáveis. O evento contou com profissionais ligados à área em discussão, tais como: o psicólogo Lourenço Filho; o educador Celso Kelly, além de Heloísa Marinho, professora de psicologia do Instituto de Educação e de Georgina de Albuquerque, como professora de arte e artista. O jornalista, médico e ensaísta Peregrino Júnior (1898-1983) foi o responsável por conduzir o debate, que foi amplamente divulgado e comentado pela imprensa, tendo grande sucesso de público – pais, professores, entre outros - e recebeu atenção especial por parte da Associação Brasileira de Educação.

GEORGINA DE ALBUQUERQUE E AS PRÁTICAS DE DESENHO

Uma fonte que gostaríamos de analisar é a tese de concurso escrita por Georgina de Albuquerque em 1942, pleiteando a cadeira de Desenho da ENBA. Nela podemos ver o quanto amplo era o conhecimento técnico e filosófico da artista. Intitulada *O desenho como base para as Artes Plásticas*, Georgina de Albuquerque inicia o texto retomando conceitos e contextos artísticos, partindo das primeiras manifestações imagéticas nas cavernas, passando pelos egípcios, assírios e gregos, até a então

contemporaneidade, sempre enfatizando os modos como o desenho está presente e a sua importância para cada uma dessas sociedades. Uma preocupação central de Albuquerque em sua tese é com o ensino do desenho figurado, a parte construtiva da obra em que trabalhamos as proporções e relações a partir do modelo. Para a estudiosa, nessa fase da criação de um trabalho são imprescindíveis a observação e a decisão, que ela discute ao longo dos capítulos. Logo em suas Considerações Gerais, temos um trecho interessante a ser trabalhado, que diz respeito à dinâmica de ensino da ENBA:

[R]eclama-se que a Escola é arcaica mas, no ensino escolar, não são propriamente as regras, os preceitos geralmente precedentes da experiência e de uma justa observação, que tolhem um tanto o desenvolvimento da mocidade, é antes a falta de motivo e de ocasião de expandir o elan, o movimento, o calor das almas juvenis (ALBUQUERQUE, 1942, p. 9).

Há no trecho acima uma crítica à dinâmica academicista adotada pela Escola, e Georgina defende um despertar das personalidades que caminhe ao lado das qualidades básicas da educação tradicional. O segundo capítulo, “O Ensino do Desenho”, entra em questões diretamente relacionadas às aulas. A cadeira de desenho deveria ser teórico-prática, e não apenas prática como até então. Isso porque o método aliado à prática permitiria que o aluno compreendesse melhor o desenho e sua perspectiva. A importância dessa ideia é destaque quando se leva em conta a coordenação entre as diferentes matérias do currículo: geometria descritiva, perspectiva e prática de desenho. A dinâmica teórico-prática serviria, portanto, como a ideia diretriz para todas essas matérias.

O terceiro capítulo da tese trata da Prática do Desenho. Pode-se encontrar nele referências técnicas interessantes em meio a conceitos gerais. As três fases do desenho, como traz o texto, são as bases construtivas, a construção em andamento e o acabamento. O que nos interessa apontar, aqui, diz respeito ao fato de Georgina destacar que os detalhes bem trabalhados e os traços finos e sombras transparentes são elementos importantes

ao desenho bem-feito. A aula de desenho, como Georgina discorre neste capítulo de sua tese, é a base e o preparo para as matérias seguintes. O desenho é citado como uma ciência, um saber profundo com embasamento próprio em contrapartida à superficialidade criticada pela artista. Ao falar das convenções em arte temos outro trecho que chama a atenção. Nele Georgina de Albuquerque fala contundentemente sobre as mudanças no modo de criação e de recepção da obra de arte por seu público:

[n]enhum espírito educado suporta hoje o desenho de imitação, de cópia servil da natureza. Para que a interpretação e transposição das coisas nos comovam, é preciso que o desenho traduza o seu senso interior, que faz parte integrante da forma exterior, mas é outra coisa, porque é o objeto apresentado de forma inédita da exteriorização do próprio artista através dos seus meios de expressão (ALBUQUERQUE, 1942, p. 25).

Assim, ela reforça a rejeição às visualidades dos movimentos anteriores ao impressionismo, que prezavam pelos detalhes, pela representação mais fiel da natureza. A questão das subjetividades também está presente nesse trecho. Os meios de expressão do artista em sua individualidade contribuem para a criação, para trazer as sensações à sua produção. Encontramos uma fala muito significativa para o entendimento das concepções da artista acerca da relação arte-artista:

[m]as não é somente na questão do tempo, que os desenhos diferem, é também na questão espaço, que tem sua importância. Quero dizer, que a reação diante do mesmo assunto, de um artista em Pekin [Pequim], de Paris ou de Nova York são totalmente diferentes. O oriental abstrai e, nem pensa na perspectiva, o ocidental não pode prescindir dela. Há, pois, uma questão de espaço que entra em jogo. A maneira de acabar um desenho é, pois, função: - do temperamento do artista, - da época em que viveu, - do meio cultural e racial d'onde provém. O artista sente o desenho, partindo de um estado de alma. Concede a imagem em forma e valores, antes de fazer a transposição

para o papel, e só sente a realização, quando as imagens se justapõem (ALBUQUERQUE, 1942, p. 32).

O que a pintora propõe nesse momento de sua tese está diretamente ligado aos conceitos de Cultura Visual/ Material e à História Visual. Ao reconhecer a importância dos tempos, dos espaços e dos meios sociais, a artista mostra o quanto arte e vida andam juntas. Há atualidade nas suas teses. A visão da pintora marca uma transição no pensamento acerca da pedagogia de ensino artístico. Basta que consideremos alguns pontos chave: se antes havia um currículo mais engessado e rígido para a produção imagética, essa noção começa a se alterar com o Impressionismo, avançando com o Modernismo. Embora ela valorize o aprendizado acadêmico e o aperfeiçoamento da técnica, em seu texto a valorização da alma do artista – aqui, entendida como sua subjetividade – não lhe é mais tão suprimida. Há resistências a técnicas mais “livres” como a modernista, mas essa abertura ao entendimento da figura do artista *junto* à sua arte tonar-se-ia uma porta para o pensamento crítico com os questionamentos de vida que aquela alma de artista viria a representar em sua produção. Mais à frente esse pensamento seria retomado numa essência já um tanto familiar à contemporaneidade:

[p]ode-se reduzir a pintura à linha e ao claro escuro, a cor própria do objeto, sendo desnecessária à obra de arte que vai além da natureza. A obra de arte vai além da natureza porque desenha as ideias e concepções. A natureza pode apresentar fenômenos, mas a ideia ultrapassa tudo. A natureza fornece as imagens para a abstração, mas é o homem que cria os estados da alma (ALBUQUERQUE, Georgina; 1942, p. 41).

Como conclusão de sua tese, Georgina põe em pauta a seguinte reflexão: o desenho, enquanto base das Artes Plásticas, é bem realizado quando se tem o domínio da matéria e o domínio intelectual e cultural. Estes dois últimos vêm tanto da trajetória pessoal quanto da formação teórica acadêmica. Isso demonstra certa preocupação em renovar os olhares e expressões artísticos dentro da ENBA, numa época em que

movimentos como o Modernismo e o Expressionismo se consolidavam na cena artística brasileira, e outros tantos movimentos se tornavam conhecidos. Ao final são apresentados diversos desenhos de autoria da própria Albuquerque. Trata-se de estudos estruturais de imagem. Junto aos desenhos temos as denominações para orientação do leitor e da leitora. Os estudos tratam dos temas abordados teoricamente pela artista ao longo do texto, atuando como complemento visual à tese.

Pelo conteúdo da tese de Georgina de Albuquerque, vimos que a artista dedica boa parte de seu argumento à questão do ensino e das práticas de socialização em salas de aula. Peres (2020, p. 54) bem observa que “a regulamentação desses cursos na ENBA, em 1943, foi uma medida para resolver o problema dos alunos que ficaram pelo meio do caminho, devido à situação ocasionada pela extinção da UDF e o fechamento do Instituto de Artes da UDF”. O fato de Albuquerque assumir a cadeira se divide entre os componentes “potencial intelectual e mulher de artista”, isso porque embora tenha se dedicado à produção da tese, a posse do cargo foi noticiada na imprensa como uma designação por homenagem a seu falecido companheiro Lucílio de Albuquerque, que havia exercido tal função anteriormente.

Em meados de 1943, a imprensa já falava de Albuquerque como parte do grupo dos velhos mestres, ligados à uma tradição conservadora. Talvez a associação a incomodasse, pois, como pudemos ver, sua real intenção estava mais próxima de um ensino liberal do que do conservadorismo. É possível, no entanto, que, por ser mencionada como parte de uma geração artística, esse traço individual não prevaleça. Em nossos estudos de fontes primárias, percebemos que este tipo de associação ocorre com maior frequência nos casos em que a pintora atua como parte de um grupo ligado à academia, ou seja, à ENBA. Em fontes nas quais os feitos registrados foram liderados por ela, ou individuais, a imagem de uma artista conservadora ou estagnada num academicismo não se faz presente. Ao contrário, os avanços por ela conseguidos são elogiados e analisados de um

ponto de vista técnico-administrativo. Se a sua arte estava associada ao conservadorismo, não parecia ser sua intenção e, justamente neste período, suas principais obras já não estarão mais tão próximas do Impressionismo. Teremos, além do mais, experimentações expressionistas e pós-impressionistas, por exemplo. As temáticas também passaram por uma modificação profunda, na qual as sociabilidades elitistas deixam de ser o foco e abrem espaço para as representações populares, interioranas, dentre outras.

Estudos recentes (Viana, 2020), trabalham a figura de Georgina de Albuquerque fora da esfera da pintura, abrindo espaço para diálogos a respeito de uma visão expandida de sua atuação, sobretudo após 1940.

A partir dos anos 1940, a seção de Arte Decorativa já é predominantemente de expositoras mulheres e, em 1948, quando o curso de graduação é aberto, ele oferece duas primeiras especializações coordenadas pelas professoras: Sophia Jobim (Indumentária) e Hilda Goltz (Cerâmica). Ao lado de Georgina de Albuquerque (Desenho Artístico), Dinorah Simas Enéas (Gravura) e Celita Vacani (Modelagem), elas compõem o quadro de docentes de Arte Decorativa, marcando 1/3 de professoras mulheres no grupo (VIANA, 2020, p. 337).

As Artes Decorativas, tidas por vezes mais como ofício do que como fazer artístico, eram mais comumente atribuídas às mulheres e, segundo a autora, isso as ajudou a conquistar seu espaço na Escola como alunas ou mestras. É a esse tipo de atuação que nos referimos quando colocamos em pauta a preocupação com a falta de menções à pintora enquanto artista da forma que se verifica até 1930. O fato de a artista ter amadurecido, assumido posições cada vez mais altas em sua carreira, mostra que sua trajetória não foi esquecida ou ignorada desde a chegada do Modernismo. Georgina de Albuquerque ressignificou seu próprio caminho ao não deixar de querer progredir e ir novamente a lugares antes tidos como fora do alcance das mulheres. Ainda que não existam muitos estudos que tratem do tema, precisamos considerar que

a atuação dessas artistas marca o período de remodelação da Escola, com a introdução de cursos novos e da dissolução da tríade Pintura-Escultura-Arquitetura, com a saída desta última e a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, desligada da Escola de Belas Artes, enquanto esta, por vez, se reestrutura, tornando independente o ensino da Gravura (plana) e abrindo as possibilidades para a arte do design e suas variações no curso de Arte Decorativa (SQUEFF, 2013, p. 338).

Na exposição individual de 1944, a *Walkyrias* identificou um traço principal para falar dos trabalhos da pintora: a independência de critério. O texto enfatiza a individualidade de cada obra, atribuindo assim “uma individualidade de espírito” – termo comum às críticas de arte do período. Aqui, Albuquerque já é considerada uma mestra consagrada, e o fato de não se limitar a um só gênero pictórico chama a atenção de quem redigiu a crítica. A mesma exposição foi comentada também pelo *A Noite: Supplemento...*, no qual traz alguns dados biográficos da pintora e destaca as dificuldades enfrentadas por sua mãe para conseguir o ensino das artes para a filha, num contexto de tantas restrições às crianças e mulheres. Foi em meio a essas dificuldades que Rosalbino Santoro apareceu adoecido na casa da família da futura artista, e a mãe dela pediu que ele desse aulas de pintura à filha em agradecimento aos cuidados de saúde prestados a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Georgina de Albuquerque tornou-se titular da cadeira de Pintura da ENBA em 1945, figurando em primeiro lugar no concurso que disputou. As exposições individuais seguiram por alguns anos em frequência anual era realizada em locais alternados, como o Palace Hotel e o Hotel da Glória, no Rio de Janeiro. A exposição de 1945 foi documentada pelo periódico *Carioca* e contou com uma breve entrevista com a artista, na qual ela comenta de sua estreia em 1904. Georgina de Albuquerque conta que houve uma celeuma acerca da tela, que foi atribuída a

Almeida Júnior, fato que comenta, com bom humor, ter sido honroso. Ela comenta sobre a apresentação de *Jardim Florido*, que foi adquirido pelo Museu de Arte Decorativa e sobre *Mercado*, que lhe rendeu o primeiro prêmio no Salão de Buenos Aires. Uma fala interessante da artista na entrevista é sua resposta ao questionamento do porquê ela não vendia todas as suas obras. Ela explica que, além do apego pessoal a certas produções, havia o receio de não saber aonde iriam parar, e se seriam bem conservadas. Em contrapartida, a pintora diz que preferiu focar no público das exposições, ao qual se dedica com o mesmo entusiasmo de sua estreia na ENBA em 1903.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Georgina Moura Andrade de. **O desenho como base no ensino das Artes Plásticas.** [Tese de concurso]. Rio de Janeiro, 1942.
- COSTA, Anyone. **A inquietação das abelhas.** Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia, 1927.
- NOGUEIRA, Manuela Henrique. **Georgina de Albuquerque: imagens de uma artista enquanto mãe.** In: VALLE, Arthur; DAZZI, Isabel Sanson Portella; SILVA, Rosângela de Jesus (Orgs.). Oitocentos – Tomo IV: O Ateliê do Artista. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2017. p. 153-160.
- QUEIROZ, Eneida. **Luz, movimento e emancipação.** Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 105, p. 44-47, 2014.
- VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. **A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil.** Fórum Educacional, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3. jul./set. 1986. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/federal.html> Acesso em: 02 jun. 2022.

E QUANDO ELA NÃO VEM? VIOLÊNCIA PARA ALÉM DO CORPO: ANÁLISE DO CONTO “POR QUE NICINHA NÃO VEIO?” DE LIA VIEIRA

Priscilla Patrício de Holanda¹

Anaiara Lourenço da Silva²

Lucimara Aparecida Dias Martins³

Keila Belchior da Silva Ferreira⁴

Lívia Costa Luz Perfeito⁵

INTRODUÇÃO

A escrita é uma expressão de linguagem que se perpetua através dos tempos, a literatura é uma obra de arte que se revela com o tempo. É recente se comparada às outras disciplinas. A sociologia da cultura como disciplina das Ciências Sociais; literatura; música; cinema, entre tantas manifestações de arte passaram a ser vistas com um novo olhar, por alguns autores, como: Lucien Goldman, na França; Antônio Cândido, no Brasil, entre outros que nos mostram outra faceta da realidade ali representada.

FEMINISMO E FEMINISMO NEGRO BRASIL

O feminismo se consolidou como um discurso de caráter intelectual, filosófico e político que buscava romper os padrões tradicionais, se opondo à opressão sofrida ao longo da história da humanidade pelas mulheres. Esse movimento feminista pode ser apresentado em três fases – 1^a; 2^a e 3^a onda, cada qual marcada por suas conquistas e interesses. Nos séculos XIX e XX, teria ocorrido o que chamamos de

¹ Mestra em Educação (UFCAT). CV: <http://lattes.cnpq.br/3684894396289258>

² Mestra em Educação (UFCAT). CV: <http://lattes.cnpq.br/5021569444988988>

³ Mestranda em Educação (UFCAT). CV: <http://lattes.cnpq.br/4640584375836551>

⁴ Mestranda em Educação (UFCAT). CV: <http://lattes.cnpq.br/8184775867235687>

⁵ Mestranda em História (UFCAT). CV: <http://lattes.cnpq.br/6951007728423651>

primeira onda. Este período abrange uma grande atividade feminista, desenvolvida no Reino Unido e nos Estados Unidos. Nesse momento, o movimento se organizou em torno da luta pela igualdade de direitos para homens e mulheres, estas se organizaram e protestaram contra as diferenças contratuais - a diferença na capacidade de conquistar propriedades e contra os casamentos arranjados que ignoravam os direitos de escolha. (ALVES; PITANGY, 1981).

O Século XIX foi marcado por situações de miséria da classe operária, diante da falta de recursos e da ausência de participação política, surgiram pela América e Europa diversos movimentos emancipatórios. O Movimento Feminista tornou-se um movimento social de caráter internacional, alcançando espaço em outros grandes movimentos sociais, como o Socialismo e o Anarquismo, que também possuíam reivindicação de demandas igualitárias.

O Capitalismo alterou as relações entre os sexos, quando as mulheres das famílias proletárias foram incorporadas ao mercado industrial, servindo como mão de obra barata. Elas lutavam por melhorias nas condições de trabalho - principalmente nas fábricas têxteis, onde viviam condições insalubres; altas jornadas de trabalho e salários bem inferior aos operários do sexo oposto.

Neste período histórico, mulheres de várias nacionalidades se organizavam em torno de ideais; conjuntos de melhoria e participação feminina na política. Lutavam pelo direito ao voto e uma participação na vida social que ultrapassasse os muros do lar de tal modo que “[...] a mulher reconhece sua força e conscientiza-se da dimensão política de sua vida particular [...] o que era aparentemente individual e isolado, se revela, na verdade como uma experiência coletiva, concretiza-se a possibilidade de luta e da transformação” (ALVES; PITANGY, 1981, p. 67).

No Brasil, o movimento feminista, teve início no século XIX (momento marcado pela primeira onda). As reivindicações eram

voltadas para assuntos como o direito ao voto e à vida pública. Em 1922, nasce a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem a autorização do marido.

A segunda onda se deu por volta dos anos 1970. Quando mulheres passaram a buscar pela valorização de suas carreiras e pelo direito de ocupar espaços no mercado de trabalho; reivindicavam ainda, o direito ao prazer, lutando contra a violência sexual. Os coletivos femininos também lutaram contra a ditadura militar.

Em 1975 formou-se o Movimento Feminino pela Anistia, quando surge o Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro, e, amplia-se os espaços para se discutir questões ligadas à sexualidade feminina: aborto; contracepção; violência doméstica (física e psicológica); subalternidade feminina no mercado de trabalho; e nas esferas públicas e privadas. O Movimento foi ganhando território, com as reuniões em lares, em bairros, sem vínculo partidário, em que se lutava por uma ideologia de igualdade e representação feminina (BANDEIRA; MELO, 2010).

Na terceira onda, alavancada por feministas como Judith Butler, que teve início da década de 1990, continuou-se a discutir os paradigmas estabelecidos anteriormente. Já na década de 70, começaram a denunciar a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento, apresentando como pauta de reivindicação dentro do próprio movimento. No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim dessa década, início dos anos 1980, lutando para que as mulheres negras se posicionassem como agentes políticos.

As críticas apresentadas por algumas feministas como Bell Hooks; Grada Kilomba; Lélia Gonzales; Glória Anzalduá; Sueli Carneiro denunciaram que o discurso universal é excludente, isso porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, sendo necessário discutir

gênero com recorte de classe e raça, levando-se em conta as especificidades das mulheres negras.

Com interesses semelhantes, porém, com especificidades próprias, mulheres negras passam a se organizar dentro do movimento. Em 1988, acontece o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, em que são apresentadas pautas sobre a condição de subalternidade dessa mulher, não apenas ao homem, mas também à mulher branca. Coletivos de mulheres negras passam a se movimentar em todo território brasileiro, o movimento adquiri solidez.

Assim, um grupo de mais de 400 afro-brasileiras, se reuniram para debater, denunciar e propor, temas como saúde, trabalho, sexualidade, educação, organização da sociedade civil, família, religiosidade e violência entre outros, surgia no Brasil, o Movimento Feminista Negro, para representar uma significativa parcela da sociedade brasileira (COSTA; SARDENBERG, 2008).

ANÁLISE DO CONTO: POR QUE NICINHA NÃO VEIO?

Nesta obra literária, *Só as Mulheres Sangram*, nos deparamos com um retrato da realidade feminina brasileira: mães; mulheres abandonadas; violentadas; crianças analfabetas; pobreza; miséria; desigualdade de todos os tipos e formas, que nos faz refletir sobre a condição de ser mulher negra na sociedade brasileira. Consciência que nos incita a nos movimentarmos em favor da mudança – talvez seja começando pelo falar, uma vez que, ouvir e o falar abrem as portas para o novo, para o debate. Levando à transformação, através da literatura em que “personas” invisíveis, transformam-se em pessoas com uma identidade por meio da autoafirmação.

Lia Vieira (Eliana Vieira), nasceu no Rio de Janeiro, em 1958, onde reside atualmente. É graduada em Economia, Turismo e Letras, doutora em Educação, pela Universidade de La Habana (Cuba)/Universidade

Estácio de Sá (RJ). É pesquisadora, artista plástica, dirigente da Associação de Pesquisa da Cultura Afro-brasileira e militante do movimento Negro e do Movimento de Mulheres. Tem predileção pelos temas que tocam as relações amorosas, familiares e entre casais. Em seus escritos, a busca é por identidade, representação de mulheres fortes, mulheres x mães. A seguir apresentamos-lhes o conto:

A sirene tocou marcando o início das visitas. O calor sufocante de mais uma tarde sem chuvas. A indolência do corpo e do pensar. Um dia atravessava o outro. Cumpría pena no Talavera Bruce. O artigo 157. Só um alívio entre tantas outras iguais a fazia sobrevivente: a visita de Nicinha, sua mãe. Nicinha jamais fizera julgamento do seu gesto, nunca censurara ou se referira ao acontecido. Trazia sempre palavras confortadoras, revistas, novidades que ali não tinham eco... Mas fazia bem o jeito bom de querer que a mãe lhe passava. Única amiga cumpriam juntas a pena, uma dentro outra fora das grades. Não faltava nunca. Tinha sempre uma coisinha especial. O mundo exterior entrava ali por seus olhos meigos e a serenidade de sua presença. Perguntou as horas. Alguém lhe soprou um número. Recostou-se inquieta, nervosa, amedronada. Acendeu um cigarro. Tudo se aquietava à sua volta. Melancolia. Presságios. O tempo se excede. Terminado o horário de visitas. Todas recolhidas. Em seu armário um bilhete pregado: Nicinha não virá mais. Foi atropelada no percurso até aqui. Mais informações na Administração. Uma imensa força, como que vinda de fora, estremece o corpo torturado, ela leva uma das mãos diante do rosto, como se fosse para livrar-se de uma teia de aranha. Os olhos estão semicerrados e ela fala em delírio. Agita os braços ao redor, boca e olhos abertos. Não atendeu quando alguém chamou seu nome. Apodrecera o fio a que estava atada e despencou nas profundezas. Ficaria por lá a espera. Contaria carneirinhos, que por lá não passariam, pois lá não era o caminho, mas ela não sabe.

Ausente, nunca saberia (VIEIRA, 2011, p. 6-7).

A personagem principal não possui nome nem sobrenome⁶, apenas um número de registro, mas não como nosso registro civil, é uma marca na alma, que a destitui de si, ao contrário do nome, esse a despe de sua identidade e de seu ser. Como tantos indivíduos “desviantes”, a personagem, ao quebrar a regra da moral e boa conduta na qual fomos disciplinados e institucionalizados, deixa de ser um sujeito de “bem”, passando a carregar uma imagem negativa, que a reduz a algo não aceitável.

Na sua condição de criminosa, sua identidade real é substituída pela imagem social, aquela através da qual a sociedade a vê e classifica (FOUCAULT, 2000). Ao mesmo tempo, ao não a identifica-la a autora alcança outro recurso - da auto identificação - permitindo que inúmeras mulheres apenadas e familiares se vejam representados.

A partir do momento em que o preso passa à tutela do Estado ele não perde apenas o seu direito de liberdade, mas também todos os outros direitos fundamentais que não foram atingidos pela sentença, passando a ter um tratamento execrável e a sofrer os mais variados tipos de castigos que acarretam a degradação de sua personalidade e a perda de sua dignidade, num processo que não oferece quaisquer condições de preparar o seu retorno útil à sociedade (HECHLER *et al.*, 2012, p. 3).

Cumprindo pena por um delito amparado no Artigo 157⁷ ela é um retrato do perfil da encarcerada do sistema penitenciário brasileiro, negra e periférica. A mulher negra e pobre, em condições de exclusão, em sua função de chefe provedora, se encontra em situação inferior à do homem branco e negro (CARNEIRO, 2003). Ao contrário do que se passava em décadas anteriores, em que as detentas eram aquelas que cometiam abortos ou exerciam atividades ligadas à prostituição, perce-

⁶ Condição de Invisibilidade na qual o sujeito estigmatizado é reduzido a nada passa a ser um “ninguém”, nas relações com o outro. Não pode ser o sujeito da ação segundo Goffman.

⁷ Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

be-se cada vez mais frequente, mulheres envolvidas na prática de crimes de furto; roubo; estelionato e tráfico de drogas.

Nos ambientes de presídios femininos, um dos primeiros aspectos a serem considerados é o papel que a mulher desempenha na vida social, de cuidadora e mãe. Ao ser retida, ela fica incapaz de desenvolver a sua faceta de mãe e mulher, uma vez que, é comum o abandono por parte de seus companheiros, e muitas vezes é restrito o acesso dos filhos ao interior das penitenciárias, seja por regimento interno, seja por distância, entre maiores dificuldades. O Universo dos presídios é reflexo de uma sociedade que revela suas falhas em relação a distribuição de renda, e garantia de políticas sociais, reafirmando a discriminação em relação ao gênero, e violências existentes fora da prisão. Desse modo:

A prisão funciona como reproduutora da miséria, visto que, ao longo do período de encarceramento, inflige perdas à mulher presa em diferentes dimensões da vida social, a começar pelo trabalho e pela moradia. Essa perda material tende, na maioria das vezes, a atingir a família e, em muitos casos, a estremecer relações familiares e afetivas. A falta de apoio familiar, as reduzidas possibilidades de trabalho, de formação profissional, de lazer e a falta de acesso a bens materiais básicos tornam difícil a vida da detenta dentro da prisão e quando de seu retorno à liberdade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a prisão empobrece ou agrava a pobreza preexistente (BRANDÃO apud MEDEIROS, 2010, p. 2).

O perfil das apenadas é em sua maioria, composto de mulheres de baixa renda, baixa escolaridade, geralmente moradoras de regiões periféricas, que são responsáveis parcial ou totalmente pela manutenção de seus lares. Uma parte significativa está envolvida com tráfico de drogas, em alguns casos havendo relações com parceiros que usam, traficam drogas, em outros não (CARNEIRO, 2003).

No sistema carcerário elas estão submetidas à intolerância, a desigualdade (em relação aos tratamentos e normas masculinas), às condições precárias de higienização, assistência à saúde, ginecológica e obstétricia, reproduzindo as relações de (des) proteção existentes na sociedade (HECHLER *et al.*, 2012).

Cumprindo pena na Penitenciária Talavera Bruce, primeira penitenciária feminina, localizada na Estrada do Guandu do Sena, nº 1902, na região de Bangu na cidade do Rio de Janeiro, atualmente Bairro de Gericinó. Inaugurada em 1942, diante das demandas de normas institucionalizadoras que atendessem às necessidades femininas, ainda que minimamente. Pois, o sistema penal ainda é pensado no homem, visando atender às necessidades masculinas - visitas conjugais são permitidas nos presídios masculinos, recebendo sua companheira a “masculinidade” é preservada, enquanto nas penitenciárias femininas essa visita é muito restrita, surgindo o relacionamento homossexual para suprir essa carência (LEMGGRUBER, 1976).

Dessa maneira, as relações homossexuais são recorrentes e atuam segundo autores como Lemgruber (1976), como mecanismo de resistência e adaptação, estabelecendo relações de afetividade, solidariedade e sociabilidade na organização social.

As mulheres são afastadas de suas famílias, o que agrava os quadros de depressão em detentas. Ao serem expostas à violência e ao assédio sexual, algumas vivenciam a gestação, o parto e a maternidade na prisão. Muitas vezes perdem a custódia dos filhos que podem permanecer com elas até por volta dos dez primeiros meses de vida, em alguns presídios esse tempo se restringe a quinze dias, enquanto em outro se estende a três anos.

Assim como na realidade prisional feminina, a personagem se encontra abandonada ali, recebendo apenas a visita de sua mãe Nicinha, que lhe traz alento e conforto além dos pertences de higiene e peque-

nos agrados que aliviam o descaso e a fazem se sentir única. Receber a mãe mostra-lhe que é um ser e existe apesar do erro. Assumindo sua posição isolada na sociedade, passa a ser uma pessoa desacreditada, em consequência, passa a não aceitar a si mesma.

O sujeito passa a ser o diferente, dentro de uma sociedade que exige a semelhança e não reconhece, na semelhança, as diferenças. Sem espaço, sem voz, sem papéis e sem função, não pode ser nomeado e passa a ser um “ninguém”, “um nada”, nas relações com o outro. Não pode ser o sujeito da ação (GOFFMAN apud MELO, 1999, p. 1).

Desse modo, a personagem principal tinha em sua mãe Nicinha, a continuação de si, existia através da mãe, fora do sistema penal a que fora submetida. Nos dias de visita, não era apenas mais uma, ela era a filha de Nicinha, irmã de fulano, sobrinha de [...]. Pelo contato com o outro pertencia, rompia-se a barreira da invisibilidade, a bolha de isolamento e destituição de si, era como se ao trazer roupas, revistas, objetos pessoais, a mãe trouxesse a ela também sua identidade e reconhecimento, o que fazia com que se lembrasse ainda que a cada quinze dias, quem era e sua origem.

Uma das mais agressivas formas de violência que acontece no sistema prisional, além das já retratadas, é a violência moral, em que o sujeito é desnudado, deixa de ser quem é, perde o seu eu.

A violência moral é aquela que se coloca como agressão que atinge o indivíduo intimamente, atingindo a vítima não pelos ferimentos visíveis (o sangue, os ossos quebrados ou órgãos danificados), mas de forma sutil. É a violência psicológica que agride a honra, a dignidade e a auto-estima: que pode ser realizada sem deixar marcas no corpo e pode ser repetida indefinidamente sem punição. É uma tortura psicológica que degrada a vítima sem deixar rastros do agressor, não há provas e por vezes nem testemunhas (FIGUEIREDO, 2009, p. 46).

Certo dia, sua mãe não aparece na visita, e sua morte lhe é comunicada por um bilhete, a personagem se entrega ali, soltando-se do fio de

pertencimento e existência a que estava atada. A personagem é deixada no vazio e na dor, como tantas outras mulheres esquecidas na prisão por seus companheiros, filhos, irmãos, e demais familiares, sendo na maioria, quando visitadas, por mulheres que abraçam sua causa, sua vida, seus temores e dissabores.

Quando Nicinha não está mais ali, o eu que lutava pra existir através da mãe se desfaz, não restando nem o que ela é, ou aquilo que um dia foi perdendo-se em si mesma. O individual se manifesta no outro, no reconhecimento que os seres humanos fazem de si mesmos. Ao ser esquecida na prisão pela morte da mãe, a personagem deixa de existir fora da prisão, e dentro dela. Afinal, no intuito de regenerar identidades deterioradas, o sistema prisional é estruturado de maneira a inquirir a disciplina no comportamento e na “regulação” do caráter, propondo-se a devolver um sujeito recuperado pelas normas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se consistiu na análise do conto “Por que Nicinha não veio?” que aborda a narrativa de resistência, no intuito de promover o debate e reflexão, fruto de movimentos coletivos emancipatórios. Essa escrita se firma no Brasil como mais uma das ferramentas de tentativa de transformações na vida das minorias. No conto parte da obra *Só as Mulheres Sangram* de Lia Vieira, o sistema penitenciário feminino brasileiro é retratado em suas mazelas e sub-humanidades.

As mulheres encarceradas em nosso país possuem um perfil definido, são em sua maioria negras, classe baixa, baixa escolaridade, chefes de família, o que mostra por si, toda uma ausência de políticas sociais de asseguramento do sustento, segurança e sobrevivência dessas famílias bem como uma falha do Estado em garantir os direitos soberanos de cidadania.

No decorrer da leitura foram abordados temas como violência contra mulher, racismo, e desigualdade social, amparada em autores que discutem os assuntos, refletindo sobre as questões a partir das personagens apresentadas no conto: uma que não possui nome, filha, entre

tantas, abandonada na prisão pela família; e Nicinha, a mãe, aquela que em todas as situações como tantas outras mãe por nosso Brasil, garante o mínimo de zelo e dignidade aos filhos detentos. São personagens que dão conta do público que representam, uma parcela da sociedade que o próprio sistema se encarrega de omitir.

Por meio deste, foi possível, ainda que brevemente, pensarmos a realidade da mulher encarcerada brasileira, e das situações de pre-cariedade, maus-tratos, assédio, (des) afeto entre outras, nas quais se encontram, buscando promover o debate, que incita lutas por políticas públicas sociais que as alcancem.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. Presidência da República do Brasil. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil.** Brasília: SPM, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. Mulher, mulheres - Estud. Av, v. 17, n. 49, dez 2003.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria B. O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. In: **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.** Salvador: UFBA, 2008.
- FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues de. **A mulher negra nos Cadernos Negros:** autoria e representações. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, 2009.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- HECHLER, Ângela Diana; HENRICH, Giovana; KRAEMER, Luciane; RODRIGUES, Viviane Isabela; Gênero e a privação da liberdade: as condições de vida das mulheres na prisão. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA,** v. 1, n.10, 2012.
- LEMGGRUBER, Julita. Pesquisando em prisão feminina. **O desafio da cidade.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- MEDEIROS, Luciana Lessa de. Mulheres e Cárcere: Reflexões em torno das redes de proteção social. Encontro Nacional de História Oral - **Anais...** Recife: UFPEL, 2010.

MELO, Zélia Maria de. **Os estigmas:** a deterioração da identidade social. Espanha, Universidade de Deusto, Bilbao, 1999.

VIEIRA, Lia. **Só as mulheres sangram.** Rio de Janeiro: EPUB, 2011.

Nota: este capítulo foi originalmente publicado nos Anais do IV Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades – Faces e interfaces da violência de gênero. Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão 18 a 20 maio de 2016, p. 253-262. Disponível em: versão_final_Textos_Anais_IV_SINAGI_2016_-06.12.16_-_Ficha_adicionada.pdf (ufg.br).

MULHERES E PIONEIRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESPORTE BRASILEIRO E INSPIRAÇÕES PARA A VIDA

Vanice Jeronymo¹

Não importa a fonte, o ceticismo é tão frequente quanto destrutivo. É importante identificar e se desvincilar desse tipo de negatividade, seguindo em frente apesar de nossas próprias dúvidas e das pessoas que nos cercam
(Julia Cameron)

INTRODUÇÃO

O célico, de acordo com o significado da palavra grega *skeptikos*, remete àquele que examina, investiga e se vincula à ideia de ser o que duvida de algo. Assim, como na epígrafe que abre o presente estudo, o ceticismo, pode ser compreendido como algo destrutivo quando se fundamenta em seu poder enfraquecedor sobre alguém ou sobre seus feitos ou ideias. Nesse caso, como bem colocou Cameron (2016) ao se referir à não capacidade de acreditar nos talentos ou capacidades próprios ou alheios, o ceticismo se faz instrumento nocivo amplificador de uma ambiência de negatividade.

Entretanto, ao invertermos o ponto de vista, o ceticismo se faz positivo e construtivo. Nessa conjuntura, o célico se coloca como um questionador de crenças incorporadas à realidade e com feições de verdades. No contexto do ceticismo filosófico, os sujeitos devem lidar com a dúvida, de forma a desfazer certezas preestabelecidas, da mesma forma que o ceticismo científico se utiliza dos questionamentos para desbanhar afirmações que não são sustentadas por evidências empíricas. O célico, portanto, em tais contextos, se faz um transformador da sociedade,

¹ Doutora em Ciências, pelo programa de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP).
CV: <http://lattes.cnpq.br/8219262745942416>

aquele que quebra paradigmas e possibilita, a partir de suas inquietações, modificar uma realidade. Assim, emergem as figuras intituladas pioneiras, aquelas que desbravam, abrem caminhos, se adiantam em determinados campos e contribuem para construir novas perspectivas.

Seguindo essa lógica, o estudo aqui exposto busca evidenciar contribuições de pioneiras do esporte brasileiro e, desta forma, também homenageá-las: Maria Lenk (1915-2007), Melânia Luz (1928-2016), Benedicta Souza Oliveira (1927-2020), Wanda dos Santos (1932), Aída dos Santos (1937), Irenice Maria Rodrigues (s/d-1981), Maria Esther Bueno (1939-2018). Estas, entre outras mulheres, se tornaram referências para o esporte brasileiro. Entretanto, mesmo com tamanha relevância, algumas das histórias e contribuições ainda são pouco conhecidas no país, sobretudo entre as gerações mais recentes. O presente estudo almeja colaborar com suas divulgações.

O pioneirismo e a limitação que o formato da presente publicação exige, refletiram em delimitações. Todavia, para publicações futuras, o trabalho poderá se estender para outras representações femininas do esporte brasileiro, citando como exemplos, a ginasta Daiane dos Santos; as judocas Ketley Quadros, Sarah Menezes, Danielle Zangrandi, Edinanci Fernandes da Silva; as jogadoras de basquete Hortênsia Marcari e Maria Paula Gonçalves da Silva; a jogadora de voleibol Isabel Barroso Salgado Alencar; as do vôlei de praia, Sandra Pires Tavares e Jaqueline Louise Cruz Silva; Marta Vieira da Silva, no futebol; Maurren Maggi e Fabiana Murer, do atletismo; Patrícia Medrado, do tênis; Patrícia Amorim, da natação, entre outras.

As mulheres aqui retratadas, constituem referências para o esporte e inspirações para a vida, ao mostrarem-se inovadoras, resistentes, resilientes e vencedoras em múltiplos campos de atuação.

A participação das mulheres nos esportes e, especialmente nos Jogos Olímpicos Modernos, foi crescendo gradativamente, e sua gênese remete à segunda edição dos jogos, realizada em Paris, no ano de 1900 com a participação de 16 mulheres nas modalidades de golfe e tênis.

As Olimpíadas da Era Moderna foram concebidas pelo barão Pierre de Coubertin com intuito de exaltarem os feitos masculinos em idade adulta, pois seriam eles, na opinião do idealizador, os verdadeiros heróis olímpicos. Assim, a primeira versão dos jogos foi realizada em Atenas, no ano de 1896 (GOELLNER, 2003; FARIAS, 2008).

Às mulheres, até 1912, fora concedido o direito de participar de algumas modalidades, como tênis, patinação, tiro com arco (FARIAS, 2008, p. 1), que de forma geral, eram compreendidas como mais compatíveis com o corpo feminino. Nos anos 1920, os saberes médicos, fundamentados em ideias eugenistas, colocavam o corpo em evidência e, dessa forma, passaram a delineá-lo como alegorias da feminilidade e da masculinidade, baseados numa diferenciação, que naquele momento, era compreendida como o *natural entre sexos e raças* (FARIAS, 2008, p. 1).

Aos poucos, a pressão feminina alavancou mudanças nos jogos olímpicos e novas provas foram incorporadas, como as de atletismo, em 1928, consideradas impróprias às mulheres, até aquele momento. No hipismo, apenas em 1952 deu-se a permissão à participação das mulheres. Paulatinamente, deram-se revisões nesse sentido, até que em 2012, na edição de Londres, a participação feminina, finalmente, ocorreu em todas as modalidades.

Para se ter uma ideia desse crescimento, de acordo com o gráfico apresentado em Pinheiro (2020), de 1896 a 2016 o salto numérico foi de 0 para 5176 atletas mulheres. Nas Olimpíadas seguintes, realizadas em Tóquio, a participação entre mulheres e homens mostrou-se equilibrada em termos numéricos de atletas e de modalidades (NAÇÕES UNIDAS BRASIL).

Os registros mostram que, ainda que estejamos no começo de um percurso difícil e longo, preconceitos e paradigmas começaram a ser superados e quebrados, enquanto as atletas, cada uma a sua maneira, desenhavam novos contornos para a realidade de seus tempos e abriam caminhos para as gerações seguintes.

MARIA LENK (1915-2007): A PRIMEIRA MULHER A REPRESENTAR O BRASIL EM OLÍMPIADA

A nadadora, paulistana e descendente de alemães, Maria Emma Hulda Lenk Zigler, com apenas 17 anos, foi a primeira mulher a representar o Brasil, em Olimpíadas. Naquele período, o cenário político e econômico mundial estava abalado pela crise financeira instaurada em decorrência dos efeitos da *Grande Depressão Americana*, provocada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Os anos que transcorreram durante a Primeira Guerra Mundial e os que se sucederam logo após o encerramento dos conflitos foram prósperos para os Estados Unidos. Entretanto, no final da década de 1920 a economia dos países europeus começou a se recuperar e o mercado americano passou a enfrentar limitações para o consumo de seus produtos agrícolas e industrializados. Em consequência, seus estoques começaram a se avolumar. O Brasil, que iniciava o período da ditadura Vargas (1930-1945), sentiu reflexos imediatos dessa situação e sobre a economia brasileira deram-se os mesmos efeitos em relação ao café, seu principal produto de exportação.

Em tal contexto, os atletas brasileiros partiram para os Jogos de Los Angeles, EUA, em 1932. O Navio Itaquicê, pertencente à Companhia Nacional de Navegação Costeira, havia sido cedido ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) para transportar os 85 atletas que compunham a delegação brasileira, em uma viagem que ficou conhecida pelas manobras utilizadas pelos responsáveis para tentar economizar recursos. Uma delas foi a incumbência dada aos atletas de venderem as sacas de café encalhadas e estocadas nos porões do navio em cada porto que ele atracasse. Outra, foi a tentativa de economizar tributos por meio de uma camuflagem de guerra aplicada ao navio, com o objetivo de transportar o Canal do Panamá se beneficiando de isenções tributárias. Além de não obterem sucesso com a tentativa de drible, na chegada seria ainda necessário recolher uma taxa sobre cada atleta que desembarcasse.

Dessa forma, fez-se uma triagem e apenas os 67 considerados realmente aptos a competir, desembarcaram.

Maria Lenk competiu e se tornou a primeira mulher sul-americana a participar de Jogos Olímpicos. Na Olimpíada seguinte, realizada em Berlim durante o ano de 1936, tornou-se precursora do nado borboleta entre as mulheres e chegou às semifinais dos 200m peito com a mesma braçada.

Durante a década de 1930, os literatos da época, ainda consideravam a natação, assim como a dança clássica e a esgrima, modalidade dotada de uma certa distinção, afinada com a morfologia feminina e vinculada à manutenção da saúde, da beleza e elegância. Especialmente a natação era vista como um esporte utilitário e de grande capacidade higiênica (FARIAS, 2008, p. 2).

Nesse sentido, contrariando os ditames da época que não consideravam a competitividade como algo coerente com a natureza feminina, Lenk se valeu do que havia de favorável a ela, modificou o cenário, se projetou como atleta e ganhou visibilidade. Esse foi o caso também da paulistana Hilda Von Puttkammer (1912- s/d), atleta da esgrima, que competiu nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936².

Em 1939, Maria Lenk bateu recordes mundiais nos 200 e 400m nado peito, se tornando uma promessa para as Olimpíadas de 1940 que, todavia, foi cancelada em função da Segunda Guerra Mundial.

Com o encerramento da carreira de nadadora, a atleta investiu na Educação Física, como profissão, integrando a primeira turma da Escola Superior de Educação Física, de São Paulo, mais tarde incorporada à Universidade de São Paulo, USP. Posteriormente, foi recebida como docente na Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, criada em 1939, sob a égide do Estado Novo liderado por Getúlio Vargas, quem, inclusive, cumprimentou a atleta pessoalmente na ocasião (REZENDE, 2015).

² Ver <https://cbesgrima.org.br/atletas-olimpicos/>

MELÂNIA LUZ (1928-2016) E BENEDICTA SOUZA OLIVEIRA (1927-2020): MULHERES NO ATLETISMO

Os primeiros Jogos Olímpicos que aconteceram após os conflitos da Segunda Guerra Mundial, foram sediados em Londres, em 1948. O cenário mundial estava envolvido por uma atmosfera de esperança, reconstrução e reparos aos danos ocasionados pelos conflitos. Assim, o evento teve grande repercussão e a adesão das nações foi significativa, totalizando o número de 59.

Naquele ano, além de 5 atletas de natação³, o Brasil levava também 6 outras que disputariam as provas do atletismo⁴, entre elas, Melânia Luz e Benedicta Souza Oliveira, que juntas integraram a equipe de revezamento 4x100m - ao lado de Elizabeth Clara Müller e Lucila Pini, prova na qual quebraram o recorde Sul-Americano. Na década de 1940, as mulheres começaram a se destacar nos esportes considerados tipicamente masculinos e menos refinados, como o caso do próprio atletismo e do futebol, colocando o assunto nas discussões sobre quais modalidades seriam compatíveis com a chamada *natureza feminina* (FARIAS, 2008).

Os discursos da época enalteciam, sobretudo, o casamento e a maternidade, consideradas a principais funções femininas, e expressavam preocupações com a exposição do corpo às práticas que, ocasionalmente, pudesse lesionar órgãos funcionais e reprodutivos. Ao homem, dirigia-se o enaltecimento à virilidade, traço muito valorizado do perfil masculino. Nesse sentido, os riscos do atletismo para a mulher, sobretudo, os provocados pela corrida sobre barreiras e pelo salto em distância, eram vistos com desconfianças pela classe médica (FARIAS, 2008). Em 1941, por

³ Piedade Coutinho Tavares da Silva (1920-1977), acompanhada do filho pequeno Frederico; Edith Groba, Maria Angélica Leão da Costa (1931-2002), Talita Alencar Rodrigues (1934), Eleonora Schmitt (1931). Consulte <https://saopaulo.blog/2020/11/20/conheca-melania-luz-a-saopaulina-1a-mulher-negra-a-defender-as-cores-brasileiras-em-olimpiadas-na-incrivel-reportagem-do-ge/>.

⁴ Lucila Pini (1930-1974), Helena Cardoso de Menezes (1927-2020), Benedicta Souza Oliveira (1927-2020), Gertrudes Ida Morg (1925-2016), Elisabeth Clara Müller (1926-2010) e Melânia Luz (1928-2016). Consulte <https://saopaulo.blog/2020/11/20/conheca-melania-luz-a-saopaulina-1a-mulher-negra-a-defender-as-cores-brasileiras-em-olimpiadas-na-incrivel-reportagem-do-ge/> e <https://web.archive.org/web/20110727011947/http://www.la84foundation.org/6oic/OfficialReports/1948/OR1948.pdf>

meio do Decreto-Lei no. 3199, as mulheres já haviam sido oficialmente vetadas de algumas modalidades, tais como o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo, ou ainda que delas participassem, deveriam estar atentas aos limites (GOELLNER, 2005).

O pioneirismo da paulistana Melânia Luz⁵, se deu de forma ampla, como uma das mulheres a competir pelo atletismo, recordista sul-americana e como a primeira mulher negra a representar o Brasil em uma Olimpíada, esboçando certos rompimentos das vinculações exclusivas dos esportes com ideais padronizados (FARIAS, 2008, p. 3).

No mesmo evento, emergiu Benedicta Souza Oliveira, no auge de sua carreira de atleta, que se encerrou em 1956⁶. Todavia, em 1965, ela passou a treinar a seleção brasileira, tornando-se a primeira treinadora da modalidade no país, paralelamente ao trabalho de treinadora no Clube Espéria, em São Paulo, no qual se dedicava à formação de novos talentos.

WANDA DOS SANTOS (1932): AMOR À CAMISA BRASILEIRA E À EDUCAÇÃO FÍSICA

Na primeira versão dos Jogos Pan-Americanos, ocorrido em 1951, na cidade de Buenos Aires, o número de atletas brasileiras mulheres dobrou e foram ampliadas as categorias e conquistas de medalhas:

⁵ Melânia Luz, paulistana de origem pobre, do bairro do Bom Retiro, competiu nas Olimpíadas de 1948 também na prova de 200m atingindo o tempo de 26".6m/s e a quarta colocação. Foi atleta do São Paulo Futebol Clube e treinada por Dietrich Gerner, o técnico alemão que também treinava Ademar Ferreira da Silva, primeiro bicampeão olímpico do Brasil, no salto triplo (Helsinque, 1952 e Melbourne, 1956). Sua carreira no atletismo teve início em 1945, quando disputou o Troféu Brasil, e obteve o segundo lugar, atrás de Elisabeth Clara Müller. São destaque suas participações nas provas de 200m rasos e revezamento 4 x 100m (medalha de bronze por equipes) do Campeonato Sul-Americano de Atletismo (1946); 100m rasos (segundo lugar) no 2º Troféu Brasi; 100m (segundo lugar), 200 m (primeiro lugar) e revezamento 4 x 100 no campeonato paulista de atletismo de 1946 no Canindé (1946), pela equipe do São Paulo; 100 m (bronze), 200 m (prata) e revezamento 4x 100 por equipes no Campeonato Sul-Americano de Atletismo de 1947. Bateu recordes nacionais por equipes na prova 4 x 75m e na prova 4 x 100, durante os preparativos para os Jogos Olímpicos de 1948. Ao mesmo tempo que atuava como atleta, manteve sua carreira como técnica de laboratório, durante 30 anos, buscando soluções para a falta de investimentos nos atletas de sua época e categoria.

⁶ Benedicta conseguiu seis títulos paulistas, dois brasileiros e três recordes sul-americanos nos 100m. Como treinadora da seleção, participou dos Jogos Pan-americanos de 1971, 1975 e 1983 e em uma das Olimpíadas de Montreal, em 1976.

[...] de um total de 22 representantes da delegação feminina, formada por 4 da esgrima, 7 da natação, 1 de saltos ornamentais e 4 do tênis. Superando tabus e preconceitos arraigados, a equipe do atletismo feminino conquistou quatro medalhas, uma de prata e três de bronze, das cinco obtidas pelas mulheres na competição. As medalhas foram conseguidas nas provas de arremesso de peso (prata e bronze), salto em altura (bronze) e salto em distância (bronze), sendo que a medalha de bronze no salto em distância foi conquistada pela atleta negra Wanda dos Santos. A outra medalha de bronze, foi obtida na natação, na prova de 4 x 100m livre (FARIAS, 2008, p. 3).

As medalhistas foram as atletas Vera Trezoitko⁷; Elisabeth Clara Müller⁸; Wanda dos Santos⁹, o quarteto Ana Lucia Santa Rita, Idamys Busin, Piedade Coutinho, Talita Rodrigues¹⁰ e a dupla Helena Stark e Sylvia Villari¹¹.

Posteriormente, Wanda dos Santos representou o Brasil em duas Olimpíadas: 1952, em Helsinque e 1960, em Roma. Em Helsinque, juntamente com Deise Jurdelina de Castro Freire, ambas atletas negras e de

⁷ A paulista Vera Trezoitko (1929-1993) conquistou a prata no arremesse de peso feminino. São destaques em sua carreira os resultados obtidos na modalidade voleibol, em Pan-Americanos: Cidade do México, em 1955 (bronze); Chicago, em 1959 (ouro); São Paulo, em 1963 (ouro); Medalhas por equipe: Rio de Janeiro, em 1951 (ouro); Lima, 1961 (ouro); Santiago, 1962 (ouro). No atletismo feminino, em São Paulo, em 1954, (bronze no arremesso de peso); Montevidéu, em 1958 (bronze no arremesso de peso); Lima, em 1961 (prata no arremesso de peso e bronze no lançamento de dardo); Cali, 1963 (arremesso de peso).

⁸ Clara que já havia tido uma participação significativa nos jogos de 1948, no Pan de 1951 conquistou medalha de bronze no salto. Foi filiada ao Esporte Clube Pinheiros.

⁹ No Pan de 1951, conquistou medalha de bronze, salto em distância. Wanda é paulistana e sua carreira Wanda teve início no esporte com o basquete, mas atuava nas pistas do Colégio e do Clube Atlético Ypiranga, em 1943. Passou pelo Clube Palmeiras e em 1947, passou a integrar a equipe do São Paulo Futebol Clube (SPFC), treinada pelo alemão Dietrich Gerner, conforme exposto anteriormente, foi técnico de Melânia Luz e de Adhemar Ferreira da Silva, entre outros e foi quem convenceu Wanda a trocar o basquete pelo atletismo. Entre suas conquistas são destaques os resultados obtidos nos Mundiais de atletismo (bicampeã na prova de 80m com barreira); nos Jogos Ibero-Americanos (bicampeã); Pan-Americanos: Chicago, em 1959 (prata nos 80m com barreira); Cidade do México, em 1955 (bronze nos 80m com barreira); São Paulo, em 1963 (bronze nos 80m com barreira). Nos Jogos Olímpicos participou da versão de 1952, ocorrida em Helsinque e na de 1960, em Roma. Estabeleceu recorde mundial dos 300m com barreira. Tornou-se professora de Educação Física, manteve-se vinculada ao SPFC e competiu pelo clube até pelo menos, os 76 anos de idade (ABRAM, s/d).

¹⁰ O quarteto conquistou medalha de bronze na prova 4x100 m livre – feminino.

¹¹ Dupla que conquistou o bronze no tênis feminino.

origens pobres, chamaram a atenção pela cor da pele e, conforme o relato de Wanda, houve certa curiosidade das atletas locais com relação a isso. Em 1960, era a única mulher a integrar a delegação brasileira olímpica. O preconceito racial vivenciado pelas duas atletas foi discutido por Farias (2008), por uma ótica mais ampla, a partir do momento que este tangencia a categoria “atletismo feminino”, uma vez que se observam condições de classe e raça diferenciadas entre as atletas (FARIAS, 2008, p. 5).

Wanda não foi a primeira mulher a levar o Brasil às Olimpíadas. Também não foi primeira mulher negra a integrar a delegação olímpica brasileira. Mas, ao fazer parte dessa geração, abriu caminhos, superou obstáculos e seguiu pela trilha do esporte e da educação física, como mostra o relato aos 74 anos, em pleno exercício profissional:

Quando eu entrava dentro da pista, eu não queria conversa com ninguém, eu me concentrava nas barreiras, só dizia boa sorte, [...] olhava bem para as minhas adversárias e dizia comigo, estou vestindo a camisa do Brasil. [...] quando nós vestíamos essa camiseta, era a maior emoção. Foi com ela que eu tirei o meu terceiro lugar nos Jogos Pan-Americanos, em 1963, no Brasil. [...] você sabe que o professor de Educação Física sempre gosta de dar aula, então eu gosto de estar sempre com as minhas alunas, ensinando, porque agora eu dou aula mais para a terceira idade. É um prazer ensinar (SANTOS, Wanda In GLOBO ESPORTE, 2007).

Como mostrado no documentário dirigido por Cleisson Vidal, *Wanda dos Santos - Sem Barreiras*, a atleta seguiu em atividade, até pelo menos os 83 anos de idade, disputando competições de veteranos e treinando outros atletas. Wanda expressa feminilidade, delicadeza, alegria, dedicação e responsabilidade com tudo o que faz e representa.

Figura 1: os atletas Wanda dos Santos e Marcelo Augusti



Fonte: Acervo da autora, 2007

AÍDA DOS SANTOS (1937): PRIMEIRA A PARTICIPAR DE UMA FINAL OLÍMPICA

Aída dos Santos¹², representou o atletismo brasileiro nos Jogos Olímpicos de 1964, em Tóquio, nas provas de salto em altura e em 1968, na cidade do México, na prova do pentatlo. Assim como as colegas Melânia, Wanda e Deise Jurdelina, passou pelos enfrentamentos vinculados às limitações de recursos, ao racismo e ao preconceito. Aída complementou o quadro de adversidades com a ingerência do pai sobre sua carreira, que incluía, entre outras repreensões mais agressivas, proibições aos eventos esportivos.

No período no qual o Brasil esteve sob o comando dos militares, a atleta, conforme entrevistas feitas na época, em uma atitude ousada, expôs situações difíceis que incluíam rotinas de treinos exaustivos comandadas pelos militares, angústias, solidão, desamparo técnico e social durante

¹² Nascida no estado do Rio de Janeiro, formou-se em geografia, educação física e pedagogia. De 1975 a 1987, foi professora de educação física na Universidade Federal Fluminense (UFF).

o evento e os preparativos que o antecedeu. Para se ter uma ideia do enfrentamento de Aída, ela sequer tinha um treinador para acompanhá-la, tampouco dinheiro ou até mesmo uniforme para a cerimônia de abertura¹³. Mesmo com tamanha adversidade, a atleta foi a primeira brasileira a participar de em uma final Olímpica, na modalidade de Salto em altura, na qual conquistou o quarto lugar, em Tóquio.

Posteriormente, se tornou a primeira brasileira a participar da modalidade pentatlo¹⁴, nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg (1967), em Cali (1971) e também nas Olimpíadas da Cidade do México (1968), na qual obteve vigésima posição e em um contexto no qual vigoravam no Brasil proibições às mulheres para competirem nesta e em outras modalidades consideradas masculinas (FARIAS, 2008).

IRENICE RODRIGUES, A PIONEIRA QUE FOI APAGADA (s/d - 1981)

O ano de 1968 foi de muita efervescência e tensão devido às manifestações e agitações sociais que eclodiam em diversos países e seus reflexos pelo mundo.

Para se ter uma ideia do contexto, deram-se inúmeros movimentos, como a intensificação das tensões dos conflitos no Vietnã; o assassinato do líder do movimento contra a segregação social, Martin Luther King, nos Estados Unidos; a *Primavera de Praga*, na antiga e extinta Tchecoslováquia, evento no qual a população saiu às ruas exigindo reformas que visassem maior liberdade no país; os movimentos estudantis ocorridos em Paris, que ficou conhecido como *Maio de 68*; os conflitos no continente africano que estava em processo de descolonização; as lutas armadas revolucionárias que em estavam em curso nos países sul-americanos contra a atuação das ditaduras militares.

¹³ Consultar <https://ge.globo.com/olimpiadas/ep/centauro/noticia/aida-dos-santos-unica-brasileira-em-toquio-em-1964-recebe-o-uniforme-que-nunca-existiu.ghtml>. Ver <https://jornalismojunior.com.br/aida-dos-santos-um-salto-para-a-historia/>.

¹⁴ Formado pelas provas dos 200m, dos 100m com barreiras, do salto em distância, do salto em altura e do arremesso de peso. Por duas vezes consecutivas, ela ganhou a medalha de bronze na prova, estabelecendo a marca de 4.531 pontos nos Jogos de Winnipeg, novo recorde sul-americano e única medalha de bronze da delegação feminina (FARIAS, 2008, p. 5).

O Brasil, que já estava sob os ditames do autoritarismo do regime militar desde o golpe de 1964, sentia os reflexos de todas essas agitações mundiais e as camadas da população, sobretudo às formadas por jovens e estudantes, se organizavam em lideranças de esquerda que visavam ameaçar a estabilidade do governo militar por meio de ações de guerrilhas, agitações, protestos, etc. Por sua vez, os militares combatiam as manifestações de insatisfações populares com violentas represálias.

Em tal conjuntura se desenvolveu a trajetória da atleta Irenice Rodrigues¹⁵, negra, de origem pobre e com personalidade forte - como atestaram os depoimentos de familiares e colegas (BRASIL, 2017).

A história de Irenice passou a ser mais divulgada depois que pesquisadores como Cláudia Farias, da Universidade Federal Fluminense e Kátia Rubio, da Universidade de São Paulo, em suas pesquisas, notaram a ausência dos resultados da atleta nos Jogos e levantaram questionamentos. O esforço para obter informações sobre a atleta é demonstrado no documentário *Procura-se Irenice*, de 2017, direção Marco Escrivão e Thiago B. Mendonça. O documentário resulta do trabalho conjunto entre pesquisadores, jornalistas, apresentadores, produtores e o Ministério da Cultura, além de familiares, amigos e colegas de trabalho de Irenice (BRASIL, 2017).

Com ótimas performances para disputar a prova de 800m - prova esta que ainda não era bem vista para as mulheres - e orientada pelo treinador Genário Simões, Irenice era tida como atleta de grande potencial para vencer a prova nos Jogos Olímpicos de 1968.

Eu conheci a Irenice através do meu treinador, o professor Genário Simões, que era treinador dela também. Muitas vezes nós treinávamos juntos e eu corria a mesma prova que a Irenice, 800 e 1500, ela fazia 400 e 800, e o seu Genário me usava como *cãozinho*. Irenice era uma pessoa muito aguerrida, muitas vezes eu estava na frente, e ela vinha numa velocidade mais rápida, ela me empurrava para que eu saísse da frente [...] ela fazia resultados tão bons, que hoje, passados, aproximadamente, 45 a 50 anos ela seria campeã brasileira da prova de 800m, e

¹⁵ Natural de Itabirito, Minas Gerais.

naquela época, mesmo com as condições adversas, que nós tínhamos aqui, a Irenice fazia esses resultados, imagine a Irenice nos dias de hoje, ela seria a atleta campeã olímpica (LANCETTA, Carlos In BRASIL, 2017).

Entretanto, o desfecho sua participação foi inesperado, tendo sido desligada do evento antes da prova e encaminhada de volta ao Brasil, como punição à acusação de rebeldia, em função de um desentendimento com a colega Maria da Conceição Cipriano. Dentre as características mais marcantes da atleta, estavam o talento para o atletismo e seu comportamento questionador, que era interpretado pelas autoridades da época como sinônimo de indisciplina:

A Irenice eu conheci muito pouco, foi uma atleta, grande corredora dos 800m, mas ela do Rio de Janeiro, e eu de São Paulo. Sempre ela correu muito bem e também era uma negra muito bonita, [...], mas ela era de pavio fraco, fraco. Qualquer coisinha ela também não deixava pra depois não (SANTOS, Wanda In BRASIL, 2017).

Essas atitudes assim que ela tomava, de falar e não deixar para depois, e pensar depois que a coisa acontecia, isso aí prejudicou bastante ela, porque naquela época você não precisava nem falar, bastava pensar pra você já ter logo uma represália do teu gesto, das tuas atitudes (PEREIRA, Silvina In BRASIL, 2017).

E nós vivíamos numa época difícil, que foi uma época da ditadura militar, as pessoas não podiam falar muito, e Irenice era contestadora, ela contestava mesmo, e por conta disso, ela sofreu algumas sanções disciplinares, tanto por parte do Comitê Olímpico Brasileiro, como por parte da própria Confederação Brasileira de Desportos. [...] (LANCETTA, Carlos In BRASIL, 2017).

Ela não era uma atleta indisciplinada, ela era uma atleta que tinha os ideais dela. Ela pensava. Ela pensava e queria que todo mundo pensasse, só que ninguém estava querendo pensar. O pessoal estava sendo levado pela onda (PEREIRA, Silvina In BRASIL, 2017).

Dotada de fortes inclinações às lideranças, naquela época, ela já havia articulado movimentos grevistas de peso que envolviam atletas do estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, em protesto às péssimas condições que o atletismo brasileiro enfrentava.

Vítima de racismo, inclusive dentro do próprio clube - o Fluminense – ela já adotava posturas muito críticas com relação a isso, desafiando e enfrentando proibições, protestando contra o clube e se colocando na linha de frente de manifestações, em um tempo no qual a maioria das pessoas, por motivos óbvios, adotava o silêncio como estratégia para lidar com as adversidades.

A morte da atleta deu-se ainda no período da ditadura militar, devido a um acidente de moto e que para o qual, reservam-se ainda muitas dúvidas.

MARIA ESTHER BUENO (1939 – 2018): PRIMEIRA SUL-AMERICANA A CONQUISTAR WIMBLEDON

No ano de 1968, deu-se também a última conquista do título de duplas de *Grand Slam*, por Maria Esther Andion Bueno, tenista brasileira, paulistana e descendentes de espanhóis, ao lado da australiana Margaret Court. A carreira da atleta brasileira, caracterizada por uma série de conquistas¹⁶ que lhes garantiu reconhecimentos, fama e prestígio nacionais e internacionais, entrou na fase de encerramento, obtendo poucos títulos após esse ano.

Aos 19 anos, ganhou pela primeira vez o famoso torneio de Wimbledon e manteve-se no topo do ranking mundial por quatro temporadas (1959, 1960, 1964 e 1966). Em 1978, entrou para o Salão da Fama do Tênis. Após conquistar seu primeiro grande título, em 1959, foi recebida no Brasil com todas as honrarias que costumam ser prestadas aos grandes campeões:

Maria Esther Bueno foi recebida por multidões no Brasil, sendo homenageada no Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao chegar ao Aeroporto do Galeão, a tenista

¹⁶ A atleta totalizou 589 títulos conquistados em sua carreira. Para saber mais consulte <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/maria-esther-bueno-bailarina-do-tenis-7-vezes-campea-na-grama-de-wimbledon-21551481>

seguiu no helicóptero que servia à Presidência da República direto par ao Palácio Laranjeiras, na Zona Sul do Rio, então capital do país [...]. Na ocasião, o presidente Juscelino Kubitschek recebeu a jovem atleta com honrarias [...]. Na capital paulista, desfilou em carro aberto do Corpo de Bombeiros (O GLOBO, 2017).

As atividades esportivas de Maria Esther Bueno começaram na infância, nas aulas de balé e na natação, ambas, como já apontado anteriormente, consideradas compatíveis com a natureza feminina, conforme os preceitos médicos de base higienista da época.

Na década de 1950, ainda muito jovem, com o apoio da família – financeiro inclusive, pois nessa época os prêmios das conquistas ainda não eram dados em dinheiro - a atleta seguiu sua carreira no exterior, partindo para os Estados Unidos e, posteriormente, para a Europa, onde suas conquistas foram muito enaltecidas. No Brasil, tornou-se a maior atleta do tênis.

CONSIDERAÇÕES

O texto aqui exposto tratou de diferentes trajetórias femininas no mundo do esporte brasileiro. O ponto comum observado entre todas as atletas foi o esforço para permear o mundo modelado para o enaltecimento masculino, ampliar possibilidades de realizações, buscar reconhecimento e afirmar o controle sobre seus corpos.

Todas as experiências revelaram formas de enfrentamentos mais ou menos acirrados, dadas as épocas nas quais ocorreram e às mentalidades às quais as atletas estiveram submetidas. São notórios as exclusões e o racismo às competidoras do atletismo ou a indiferença no tratamento com seus resultados. Se para todas o caminho para o reconhecimento esportivo foi difícil, para estas, sem dúvidas, a luta se deu em um âmbito maior e as superações foram constantes.

O que o presente texto expõe são fragmentos da luta pela inserção feminina nos diferentes meios, neste caso, o esportivo. Neste e em muitos outros contextos, ela continua.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ATLETISMO MASTER – ABRAM. **Wanda dos Santos.** Disponível em <https://abrambrasil.com/icones-do-atletismo-master/wanda-dos-santos/>.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Produtora Memória Viva. Instituto de Políticas Relacionais. Secretaria do Audiovisual. Direção ESCRIVÃO, Marco. MENDONÇA, Thiago B. **Procura-se Irenice.** São Paulo, 2017.
- CAMERON, Julia. **Nunca é tarde demais.** A vida criativa e cheia de propósito depois dos 50 anos. 1^a ed. São Paulo: Fontanar, 2016.
- FARIAS, Cláudia Maria de. Irenice Maria Rodrigues, o esquecimento de uma atleta olímpica brasileira. In: **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio:** História e Parcerias, 2018.
- _____. Superando barreiras e preconceitos: a trajetória do atletismo feminina brasileiro. In: **Fazendo Gênero 8. Corpo, violência e poder,** 2008.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. O esporte e a espetacularização dos corpos femininos. In: **Labrys, estudos feministas**, n.4, agosto-dezembro 2003 (Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos>).
- LANCETTA, Carlos. **Depoimento** In BRASIL, 2017.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Em 2020, 48,8% dos participantes nas Olimpíadas são mulheres.** Agosto, 2021 (Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/139127-em-2020-488-dos-participantes-nas-olimp%C3%ADadas-s%C3%A3o-mulheres>)
- REZENDE, José. **Maria Lenk, uma Lição de Vida – Parte II.** Disponível em <https://www.acerj.com.br/maria-lenk-uma-licao-de-vida-parte-ii/>
- O GLOBO. **Maria Esther Bueno.** A bailarina do tênis 7 vezes campeã na grama de Wimbledon, 2017. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/maria-esther-bueno-bailarina-do-tenis-7-vezes-campea-na-grama-de-wimbledon-21551481>
- PEREIRA, Silvina. **Depoimento** In BRASIL, 2017.
- SANTOS, Wanda. **Depoimento** In GLOBOESPORTE, 2007.
- SANTOS, Wanda. **Depoimento** In BRASIL, 2017.
- VIDAL, Cleisson. **Wanda dos Santos – Sem Barreiras,** 2013. Documentário.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLEBER BIANCHESSI

Doutorando em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Mestre em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Especialização em Mídias Integradas na Educação (UFPR); Especialização em Gestão Pública (UFPR); Especialização em Desenvolvimento Gerencial (FAE Business School); Especialização em Interdisciplinaridade na Educação Básica (IBPEX); Especialização em Saúde para Professores do Ensino Fundamental e Médio (UFPR). Graduação em Administração de Empresas (UNICESUMAR). Graduação em Filosofia (PUC-PR), Sociologia (PUC-PR) e História (PUC-PR).

E-mail: cleberbian@yahoo.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

- A**
ACONTECIMENTO ARTÍSTICO 6-7, 93
administração escolar 53, 55
ALÉM DO CORPO 6, 8, 107
assistência social 10, 18, 20-21
Associação Cristã de Moços 17
Associação Pan-Americana de Mulheres 21
ATO DE RESISTÊNCIA 5, 7, 65
ação educativa 54
- C**
campo cultural 9
capitalismo 71, 74, 108
CIDADES JUSTAS 5, 7, 23
comunidades camponesas 65
conservatório de música 6, 79, 88
Constituição Federal de 1988 27, 57
céitico 119
- D**
Declaração Universal dos Direitos Humanos 27
desenvolvimento socioambiental 31
desigualdade de gênero 26, 28
direitos constitucionais 23
direito à cidade e à mulher 32
direito à moradia 5, 7, 23, 26-27, 33
- E**
educação no Brasil 5, 7, 106
emancipação feminina 11, 17-18, 22, 59
Enfermagem 5, 7, 35, 37, 40, 45-48
equidade de gênero 5, 7, 23, 30
espaço público 25, 27, 52, 87
espaço urbano 24, 28
esporte brasileiro 6, 8, 119-120, 133
ETNOSÓNICAS 79
Expressionismo 103
- F**
FBPF 9-11, 16-22
Federação Brasileira pelo Progresso Feminino 9-10, 14, 16-18, 20-21, 109
feminilização do magistério 59
feminismo 5, 7, 9-10, 14-16, 18, 20, 22, 59-60, 63, 67, 77-78, 88, 107, 109, 117
fenômeno da caridade 10
- G**
Georgina de Albuquerque 7, 93, 95-99, 101, 103-106
gestão democrática 5, 7, 49-52, 54-56, 63-64
gestão educacional 53-54, 62, 64
gripe espanhola 11-12
- H**
Husserl 39
- I**
isolamento socioespacial 32
- J**
Jeronyma Mesquita 7, 9, 11-13, 15, 17-18, 20-22
- L**
Lei Maria da Penha 30, 33
Lia Vieira 8, 107, 110, 116
luta coletiva 5, 7, 65, 67, 73-74, 76-77
- M**
Marcha das Margaridas 65-68, 78
Maria Lacerda de Moura 18
Marie Curie 17
Modernismo 96-97, 102-104
modernização 10
moradia digna 23, 25, 27-28, 31
MULHER CAMPONESA 5, 7, 65
mulheres do Brasil 2, 22
MULHERES E PIONEIRAS 6, 8, 119
MULHERES NO ATLETISMO 124
mulheres notáveis 16
mulheres transgêneros 5, 7, 35-38, 40, 43, 46
- N**
Nicinha 8, 107, 110-111, 114-117
- O**
Olimpíadas 121-123, 125-127, 129, 134
- P**
participação ativa 9-10, 51-52
POLÍTICAS HABITACIONAIS 26
políticas públicas 24, 30-31, 33-34, 43, 50, 55-57, 62-63, 117
políticas públicas educacionais 50, 55, 57, 63
postura antiautoritária 54
Programa Minha Casa Minha Vida 30, 33-34
Progresso 9-10, 14, 16-18, 20-22, 109, 136
projeto pedagógico 49, 52, 55
protagonismo feminino 6, 79-80, 86, 89-90
proteção ambiental 28
Práticas Integrativas 5, 7, 35, 37, 44, 46-48
Práticas Integrativas e Complementares em Saúde 35, 48
- R**
reiki 5, 7, 35, 37-38, 40-48
- S**
Sesmarias 26, 34
Sistema Único de Saúde 35, 37
solidariedade 10-11, 114
sufrágio feminino 21, 109
século XX 5, 7, 9-12, 14, 21, 24, 79-80, 83, 93
- T**
teoria feminista 50, 59, 81, 92
- U**
urbanização 10, 24-25, 31-32
- V**
vanguarda intelectual 12
violência 6, 8, 25, 27, 29-30, 33-34, 36, 43, 107, 109-110, 112, 114-116, 118, 134
voto feminino 9
vulnerabilidade em saúde 36

ISBN 978-65-5368-409-6



9 786553 684096 >

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai/)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai/)



[contato@editorabagai.com.br](mailto: contato@editorabagai.com.br)